

Justiça Intergeneracional e Sustentabilidade

Uma Análise dos Discursos
Parlamentares e dos Média



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

FUTUREFORUM

Joana Gonçalves de Sá, Paulo Almeida, Lília Perfeito

Este trabalho foi desenvolvido pelo grupo de investigação em Data Science and Policy da NOVA School of Business and Economics (NOVA SBE).

Coordenação de equipa: Joana Gonçalves de Sá

Extração e tratamento de dados do Parlamento: Paulo Almeida e Lília Perfeito

Extração e tratamento de dados dos Media: Cláudio Haupf-Vieira e João Franco

Escrita e análise crítica: Paulo Almeida, Lília Perfeito, Joana Gonçalves de Sá

Estudo encomendado pela Fundação Calouste Gulbenkian. As conclusões expressas no estudo são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Calouste Gulbenkian.

| | |
|--|-----------|
| Sumário Executivo | 7 |
| 1. Discursos Parlamentares | 8 |
| 1.1. Metodologia: Seleção de discursos e divisão temática | 9 |
| 1.2. Análise Temporal: Quando se fala em sustentabilidade e justiça intergeracional?..... | 15 |
| 1.3. Discursos Parlamentares – Justiça Intergeracional | 19 |
| 1.4. Discursos Parlamentares – Sustentabilidade | 34 |
| 1.5. Parlamento – Discussão crítica | 48 |
| 2. Imprensa Escrita Online | 50 |
| 2.1. Seleção de jornais, notícias e divisão temática | 51 |
| 2.2. Jornais <i>online</i> – Justiça Intergeracional | 52 |
| 2.3. Jornais <i>online</i> – Sustentabilidade | 64 |
| 2.4. Conclusão – Jornais <i>online</i> | 74 |
| 3. Twitter | 75 |
| 3.1. Metodologia | 76 |
| 3.2. Comparação | 78 |
| 3.3. Conclusão Twitter | 79 |
| 4. Conclusões | 80 |
| 5. Anexos | 83 |
| 5.1. Anexo I – Excertos de discursos por classificação | 84 |
| 5.2. Anexo II – Excertos de discursos por Orador | 95 |
| 5.3. Anexo III – Deputados com maior número absoluto de discursos em SDD | 104 |
| 5.4. Anexo IV – Cronistas com menções a JI | 107 |

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1.1. Palavras-chave | 11 |
| Tabela 1.2. Número de discursos em cada tema. O número total inclui SDD e JI | 11 |
| Tabela 1.3. Regressão logit da frequência de discursos que falam em JI | 26 |
| Tabela 1.4. Oradores com uma maior frequência de discursos sobre JI | 28 |
| Tabela 1.5. Oradores com uma maior número de discursos sobre JI | 28 |
| Tabela 1.6. Correlação entre os componentes principais e os temas | 30 |
| Tabela 1.7. Regressão logit da frequência de discursos que falam em SDD | 39 |
| Tabela 1.8. Oradores com uma maior frequência de discursos sobre sustentabilidade | 41 |
| Tabela 1.9. Correlação entre os componentes principais e os temas | 44 |
| Tabela 2.1. Correlação entre a componente principal 1 (CP1) e componente principal 2 (CP2) com cada tema | 58 |
| Tabela 2.2. Correlação entre a componente principal 1 (CP1) e componente principal 2 (CP2) com cada tema | 68 |
| Figura 1.1. Distribuição por sub-temas dos discursos classificados como sendo sobre sustentabilidade, justiça intergeracional, sobre ambos e não-classificados em JI ou SDD | 12 |
| Figura 1.2. Dentro de cada sub-tema, distribuição da classificação em JI, SDD, ambas ou nenhuma | 13 |
| Figura 1.3. Dentro de cada tema, distribuição da classificação em JI, SDD ou ambas | 14 |
| Figura 1.4. Frequência de sessões parlamentares em que se fala em SDD ou JI, usando a mesma escala ou usando escalas diferentes | 15 |
| Figura 1.5. Dinâmica temporal dos vários temas dentro no Parlamento | 16 |
| Figura 1.6. Dinâmica temporal dos vários temas dentro da JI | 17 |
| Figura 1.7. Dinâmica temporal dos vários temas dentro da SDD | 18 |
| Figura 1.8. Correlação entre a soma da frequência de discursos nos vários sub-temas (saúde, educação, SS, ambiente, dívida e outros) e a frequência de discursos em JI ou SDD | 19 |
| Figura 1.9. Frequência de sessões parlamentares em que se fala em JI | 20 |
| Figura 1.10. Painel A – Número de oradores que falaram em JI, normalizado pelo total de MPs de cada partido que passaram pelo parlamento desde o ano 2000. Painel B – Número de discursos sobre JI, normalizado pelo total de discursos de cada partido desde o ano 2000 | 21 |
| Figura 1.11. Painel A – Número de oradores de cada género que falaram em JI, normalizado pelo número de oradores e MPs que passaram pelo Parlamento desde 2000. Painel B – Número de discursos sobre JI desde o ano 2000, normalizado pelo total de discursos de cada género. Painéis C e D – idênticos aos painéis A e B respectivamente, mas com informação desde 1976 | 23 |

| | |
|--|----|
| Figura 1.12. Painel A – Distribuição de idades dos oradores quando falam em JI e na totalidade do seu discurso. Painel B – Rácio das frequências de oradores entre quem fala em JI e quem fala em geral | 24 |
| Figura 1.13. Painel A – Distribuição de anos de nascimento dos oradores quando falam em JI e as idades quando os oradores falam em geral. Painel B: Rácio das frequências de oradores entre quem fala em JI e quem fala | 25 |
| Figura 1.14. Distribuições do número (A) e frequência (B) de discursos sobre justiça intergeracional por orador e por partido | 27 |
| Figura 1.15. A – Distribuição dos discursos JI de cada partido pelos temas identificados. B – Análise de componentes principais à frequência de discursos JI por tema e por partido | 29 |
| Figura 1.16. Dinâmica temporal dos temas seleccionados quer no contexto da justiça intergeracional quer fora dela | 31 |
| Figura 1.17. Correlação entre as frequências de discursos de cada tema, quer dentro dos discursos em JI, quer na totalidade de discursos | 33 |
| Figura 1.18. Frequência de sessões parlamentares em que se fala em SDD | 34 |
| Figura 1.19. Painel A – Número de oradores que falaram em SDD, normalizado pelo total de MPs de cada partido que passaram pelo parlamento desde o ano 2000. Painel B – Número de discursos sobre SDD, normalizado pelo total de discursos de cada partido desde o ano 2000 | 35 |
| Figura 1.20. Painel A – Número de oradores de cada género que falaram em SDD, normalizado pelo número de oradores e MPs que passaram pelo parlamento desde 2000. Painel B – Número de discursos sobre SDD desde o ano 2000, normalizado pelo total de discursos de cada género. Painéis C e D – idênticos aos painéis A e B respectivamente, mas com informação desde 1976 | 36 |
| Figura 1.21. Painel A – Distribuição de idades dos oradores quando falam em SDD e no discurso geral. Painel B – Rácio das frequências de oradores entre quem fala em SDD e quem fala em geral | 37 |
| Figura 1.22. Painel A – Distribuição de anos de nascimento dos oradores quando falam em SDD e no discurso geral. Painel B – Rácio das frequências de oradores entre quem fala em SDD e quem fala em geral | 38 |
| Figura 1.23. Distribuições do número e frequência de discursos sobre sustentabilidade por orador e por partido | 40 |
| Figura 1.24. Distribuição temática dos discursos sobre sustentabilidade de dois oradores e dois membros do governo | 42 |
| Figura 1.25. A – Distribuição dos discursos de cada partido pelos temas identificados. B – Análise de componentes principais à frequência de discursos por tema e por partido | 43 |
| Figura 1.26. Dinâmica temporal dos temas seleccionados quer no contexto da sustentabilidade quer fora dele | 45 |
| Figura 1.27. Correlação entre as frequências de discursos de cada tema, quer dentro dos discursos em SDD, quer na totalidade de discursos | 47 |

| | |
|--|----|
| Figura 2.1. Volume de notícias por trimestre por jornal e total de notícias por jornal | 52 |
| Figura 2.2. Top 10 da contagem de categorias das notícias extraídas dos jornais, dentro dos artigos classificados em JI | 53 |
| Figura 2.3. Distribuição temática de artigos ao longo do tempo e total com base nas palavras-chave definidas na Tabela 1.1. | 55 |
| Figura 2.4. Dinâmica temporal (por ano) das notícias do dataset agregado, por temática e por partido | 56 |
| Figura 2.5. A – Distribuição dos artigos com tema identificado com referências a cada partido. B – Análise de componentes principais à frequência de artigos por tema e por partido | 58 |
| Figura 2.6. Contagem do top 15 de palavras no título, <i>lead</i> e corpo do dataset JI | 59 |
| Figura 2.7. Contagem das top 15 palavras do <i>título</i> das notícias classificadas em JI por ano .. | 60 |
| Figura 2.8. Contagem das top 15 palavras do <i>lead</i> das notícias classificadas em JI por ano .. | 61 |
| Figura 2.9. Contagem das top 15 palavras do <i>corpo</i> das notícias classificadas em JI por ano .. | 62 |
| Figura 2.10. Contagem das top 15 palavras na vizinhança de 'intergeracional' e 'gerações' (considerando uma vizinhança de -4 a +4 palavras) por ano (SDD+JI) | 63 |
| Figura 2.11. Volume de notícias por trimestre por jornal e total de notícias por jornal | 64 |
| Figura 2.12. Top 10 da contagem de categorias das notícias extraídas dos jornais, dentro dos artigos classificados em SDD e JI | 65 |
| Figura 2.13. Distribuição temática de artigos ao longo do tempo e total com base nas palavras-chave definidas na Tabela 1.1. | 66 |
| Figura 2.14. Dinâmica temporal (por ano) das notícias do dataset agregado, por temática e por partido | 67 |
| Figura 2.15. A – Distribuição dos artigos com tema identificado com referências a cada partido. B – Análise de componentes principais à frequência de artigos por tema e por partido | 68 |
| Figura 2.16. Contagem do top 15 de palavras no título, <i>lead</i> e corpo do dataset de sustentabilidade | 69 |
| Figura 2.17. Contagem das top 15 palavras do <i>título</i> das notícias por ano (SDD+JI) | 70 |
| Figura 2.18. Contagem das top 15 palavras do <i>lead</i> das notícias por ano para SDD | 71 |
| Figura 2.19. Contagem das top 15 palavras do <i>corpo</i> das notícias de sustentabilidade por ano | 72 |
| Figura 2.20. Contagem das top 15 palavras na vizinhança de 'sustentável' e 'sustentabilidade' (considerando uma vizinhança de -4 a +4 palavras) por ano | 73 |
| Figura 3.1. Descrição do dataset <i>Twitter</i> – Sustentabilidade | 77 |

SUMÁRIO EXECUTIVO

Um conceito importante na tomada de decisão política e na manutenção da coesão social é o de justiça intergeracional. No entanto, não sabemos até que ponto esta noção é uma preocupação real ou sequer se está presente no discurso público e na sociedade. Este relatório apresenta uma análise do discurso público e está dividido em três capítulos, correspondentes às três fontes de dados analisados: debates em plenário da Assembleia da República Portuguesa, entre 1976 e 2018, média tradicionais representados por três jornais de grande tiragem nacional e a rede social *Twitter*. Tendo como objectivo perceber se as decisões atuais são tomadas tendo em conta o seu possível impacto nas gerações vindouras, identificámos textos (debates, artigos ou *posts*) que incluíssem termos relacionados com Justiça Intergeracional e Sustentabilidade. Concluimos que tanto o conceito de Justiça Intergeracional como o de Sustentabilidade estão pouco presentes, mas têm vindo a aumentar consistentemente, tendo atingido o pico durante a recente crise financeira. Estes temas são falados principalmente nos contextos da segurança social, dívida, saúde, ambiente e educação e existem diferenças entre os partidos com assento parlamentar, quer em frequência quer em contexto. Em relação à rede social *Twitter*, as menções são muito poucas e na sua grande maioria relacionadas com questões ambientais. Isto está alinhado com estudos recentes que identificam os acidentes naturais como uma das maiores preocupações do portugueses.

1.

DISCURSOS PARLAMENTARES



Este capítulo descreve a análise dos discursos parlamentares. As duas primeiras secções incluem tanto Justiça Intergeracional (JI) como Sustentabilidade (SDD). A secção 1.1 descreve a metodologia seguida, em particular o sistema de classificação em temas (JI ou SDD) e sub-temas (dívida, ambiente, saúde, educação, segurança social) em que estes tópicos são mencionados. A secção 1.2 foca-se na dinâmica temporal das menções a JI e SDD. As secções seguintes aprofundam estas análises tratando os temas separadamente (JI no 1.3 e SDD no 1.4), incluindo quando (análise temporal), quem (análise dos oradores) e o quê (análise dos sub-temas).

1.1.

METODOLOGIA: SELEÇÃO DE DISCURSOS E DIVISÃO TEMÁTICA

Para perceber até que ponto os conceitos de Justiça Intergeracional (JI) e de Sustentabilidade (SDD) estão presentes no discurso político desenvolvemos uma pré-análise em três partes: 1) extraímos e analisámos as transcrições das sessões parlamentares de Abril de 1976 a Julho de 2018; 2) identificámos todos os discursos proferidos em sessões plenárias durante este período e seleccionámos aqueles em que o orador está inequivocamente identificado (entre 77% e 85% dependendo se consideramos o corpus todo ou apenas as últimas 6 legislaturas); 3) classificámos todos os discursos que referiam JI e SDD, sendo que definimos um **discurso** como o conjunto de todo o texto atribuído a um orador em cada sessão. É importante notar que isto inclui discurso tanto de deputados (Membros do Parlamento – MP) como de Membros do Governo (MG). No caso de MP ou MG independentes estes foram alinhados com o partido que os elegeu ou nomeou.

Ao todo analisámos de forma automática 112 947 discursos, dos quais 929 (0.8%) foram classificados como falando em JI, 4330 (3.9%) em SDD e 298 (0.3%) em ambos. Os discursos JI são todos aqueles onde as expressões “**intergeracional**”, “**gerações vindouras**” e “**gerações futuras**” são usadas pelo menos uma vez e os discursos SDD são todos onde se usam as expressões “**sustentável**” ou “**sustentabilidade**”. Retirámos da análise todos os discursos que mencionavam as palavras “insustentável” e “insustentabilidade” pois estas eram muitas vezes usadas

com outro sentido (por exemplo na expressão “posição insustentável”), representando aproximadamente 10% dos discursos sobre sustentabilidade. Esta classificação automática foi validada de forma manual: destes discursos lemos 78, tendo verificado que 73 (ou 94%) estavam bem classificados. Fizemos então uma análise semi-manual de sub-classificação: de cerca de 800 discursos parlamentares classificados como mencionando JI, identificámos cinco sub-temas principais, presentes na maioria dos discursos: ambiente, saúde, segurança social (SS), educação e dívida. Classificámos assim todos os discursos parlamentares nestas categorias com base nas palavras-chave descritas na Tabela 1.1. Sempre que uma das palavras da lista surge num discurso ele é classificado como pertencendo ao sub-tema correspondente. Para validar esta classificação, seleccionámos artigos ao acaso que foram analisados manualmente e identificámos mais três pequenos temas, correspondendo a cerca de 3% dos discursos (28 para JI e 147 para SDD): a sustentabilidade da agricultura, das forças de segurança e de três empresas públicas, a TAP, a RTP e a RDP, que ficaram classificados como “outros”. Destes três, o tema mais frequente é o da agricultura que surge muitas vezes ligado ao ambiente (porque ambos referem o património rural português) mas não os juntámos porque também surge frequentemente ligado à economia e produção de alimentos. Também o tema das empresas públicas poderia ser expandido para incluir todas e não só estas, as mais mencionadas no contexto da sustentabilidade e JI. Como se pode ver na tabela 1.1, a lista de termos para classificação por sub-temas é curta, mas isso permite não só reduzir o número de classificações erradas mas também evitar sobre-representação de sub-temas, uma vez que alguns têm mais palavras identificativas (sinónimos, etc) do que outros. Dado que conseguimos classificar dentro destes sub-temas 85% dos discursos classificados como de JI ou SDD, esta decisão parece razoável.

Os restantes discursos não classificados que conseguimos ler são casos em que a palavra sustentabilidade é usada para qualificar outras e não associada ao tema em si (por exemplo quando se fala se uma determinada política é ou não sustentável, ou seja, se pode ou não ser mantida a longo prazo). A Tabela 1.2 mostra os números totais e normalizados de cada tema. A Tabela no Anexo 1 tem exemplos representativos de excertos de discursos classificados, não-classificados e classificados em cada um dos sub-temas.

É de notar que vários discursos foram classificados em mais que um tema, pelo que a soma das frações é superior a 100%. A Figura 1.1 mostra a distribuição temática dos discursos classificados nos quatro conjuntos: SDD, JI, comuns a JI e SDD e discursos não classificados em qualquer um dos dois temas.

Tabela 1.1.
Palavras-chave

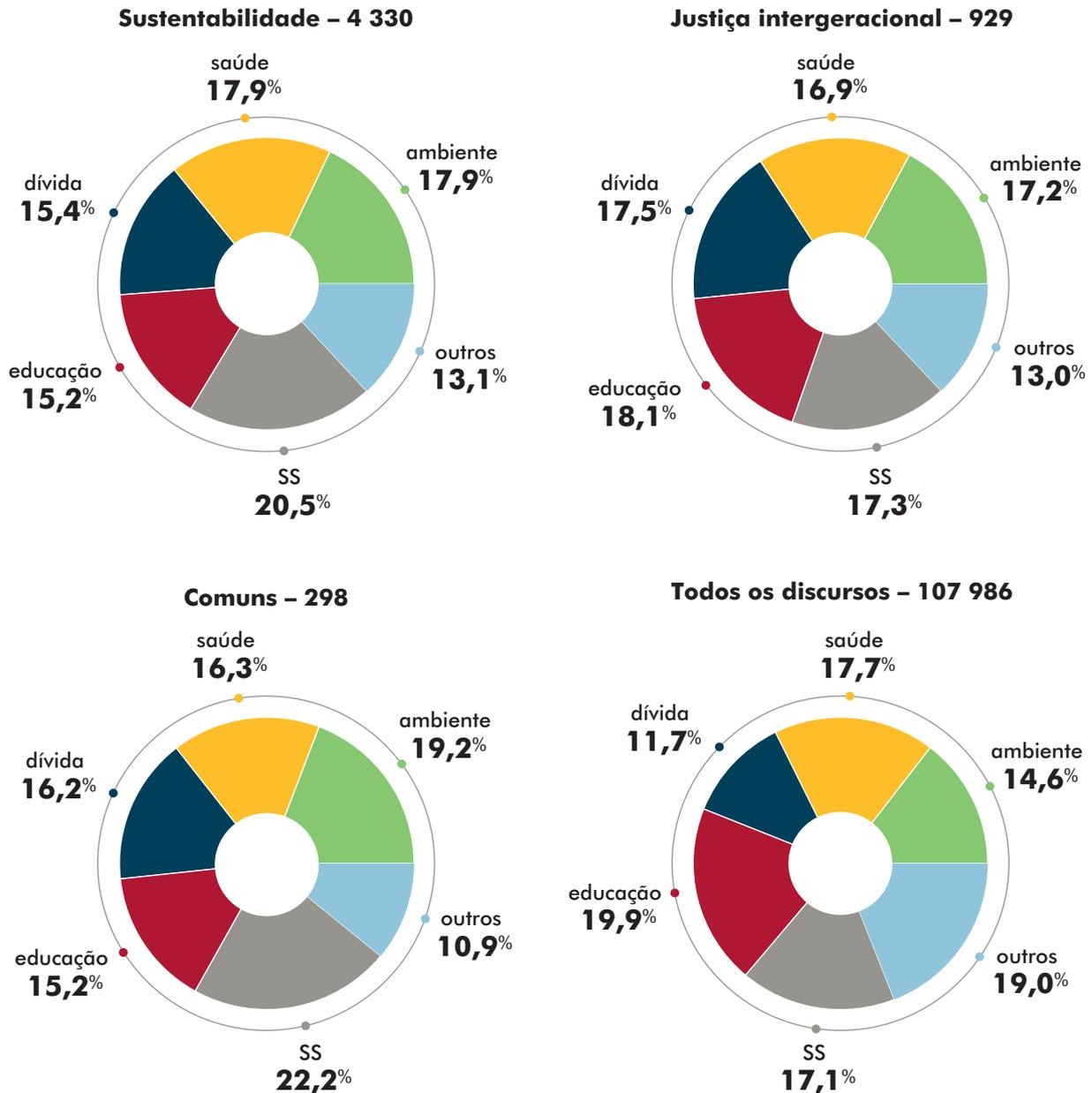
| Tema | Termos |
|-------------------|---|
| Ambiente | ambiente, água, floresta, hídrico |
| Dívida | dívida, juros |
| Educação | educação, escola |
| Saúde | saúde, S.N.S |
| Segurança social | pensão, segurança social, S.S. |
| Outros | agricultura, agricultores, agrícola, polícia, TAP, RTP, RDP |
| Não classificados | – |

Tabela 1.2.
Número de discursos em cada tema
O número total inclui SDD e JI

| Tema | Número total | Fração | Número em sustentabilidade | Fração | Número em JI | Fração |
|-------------------|--------------|--------|----------------------------|--------|--------------|--------|
| Ambiente | 11321 | 0.10 | 1397 | 0.32 | 301 | 0.32 |
| Dívida | 9067 | 0.08 | 1200 | 0.28 | 305 | 0.33 |
| Educação | 15500 | 0.14 | 1180 | 0.28 | 316 | 0.34 |
| Saúde | 13781 | 0.12 | 1390 | 0.32 | 295 | 0.32 |
| Segurança social | 13300 | 0.12 | 1595 | 0.37 | 302 | 0.33 |
| Outros | 14805 | 0.13 | 9355 | 0.24 | 227 | 0.24 |
| Não classificados | 65904 | 0.58 | 625 | 0.14 | 132 | 0.14 |

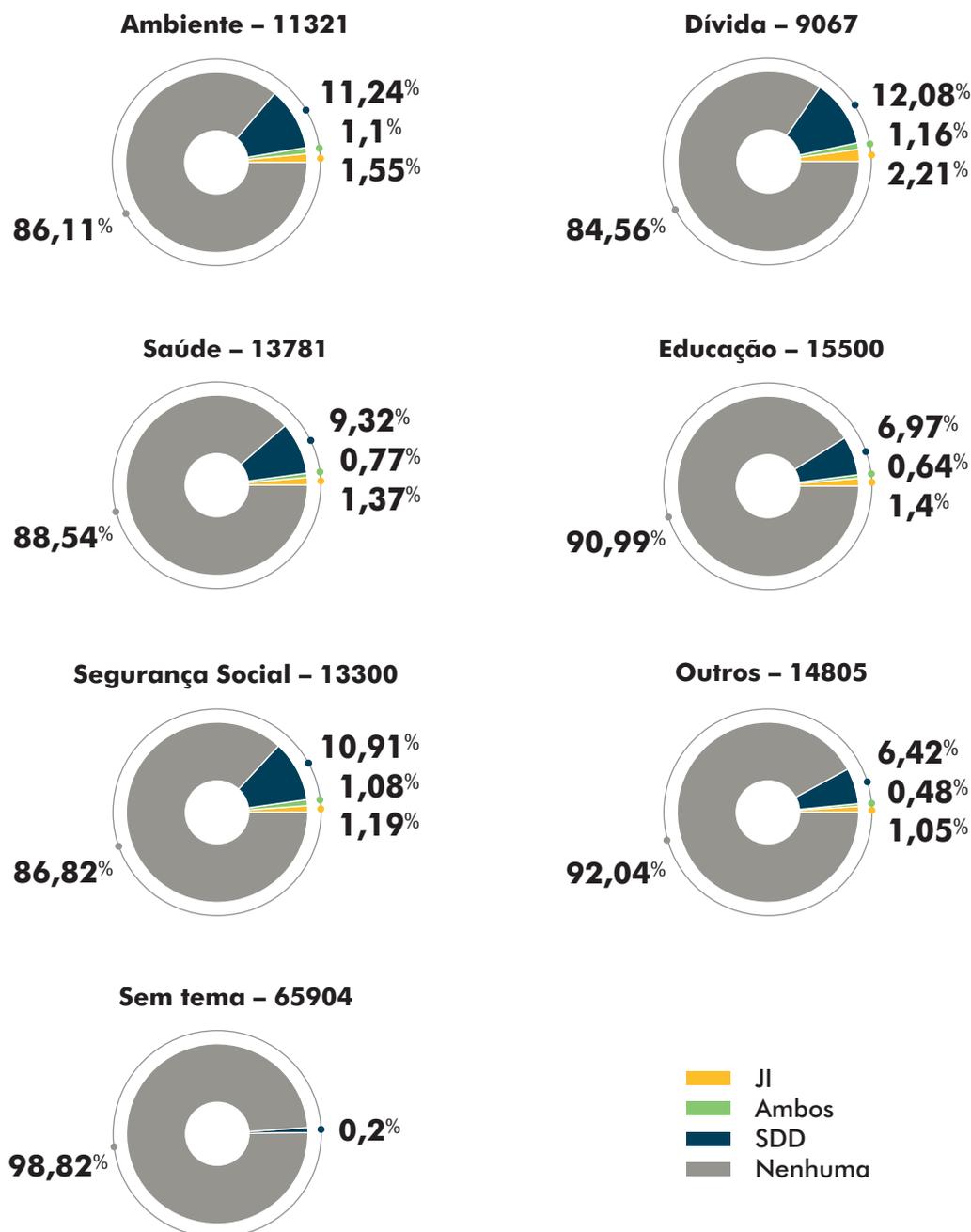
Figura 1.1.

Distribuição por sub-temas dos discursos classificados como sendo sobre sustentabilidade, justiça intergeracional, sobre ambos e não-classificados em JI ou SDD. Está ainda identificado em cada título o número total de discursos em cada grupo



De modo a dissecar estas distribuições um pouco mais, fizemos a análise inversa. Classificámos todos os discursos como mencionando um dos sub-temas identificados em cima e analisámos qual a frequência de menções a JI, SDD e ambos, dentro de cada sub-tema. A Figura 1.2 mostra que a larga maioria dos discursos de cada tema não referem nem JI nem SDD.

Figura 1.2.
Dentro de cada sub-tema, distribuição da classificação em JI, SDD, ambas ou nenhuma

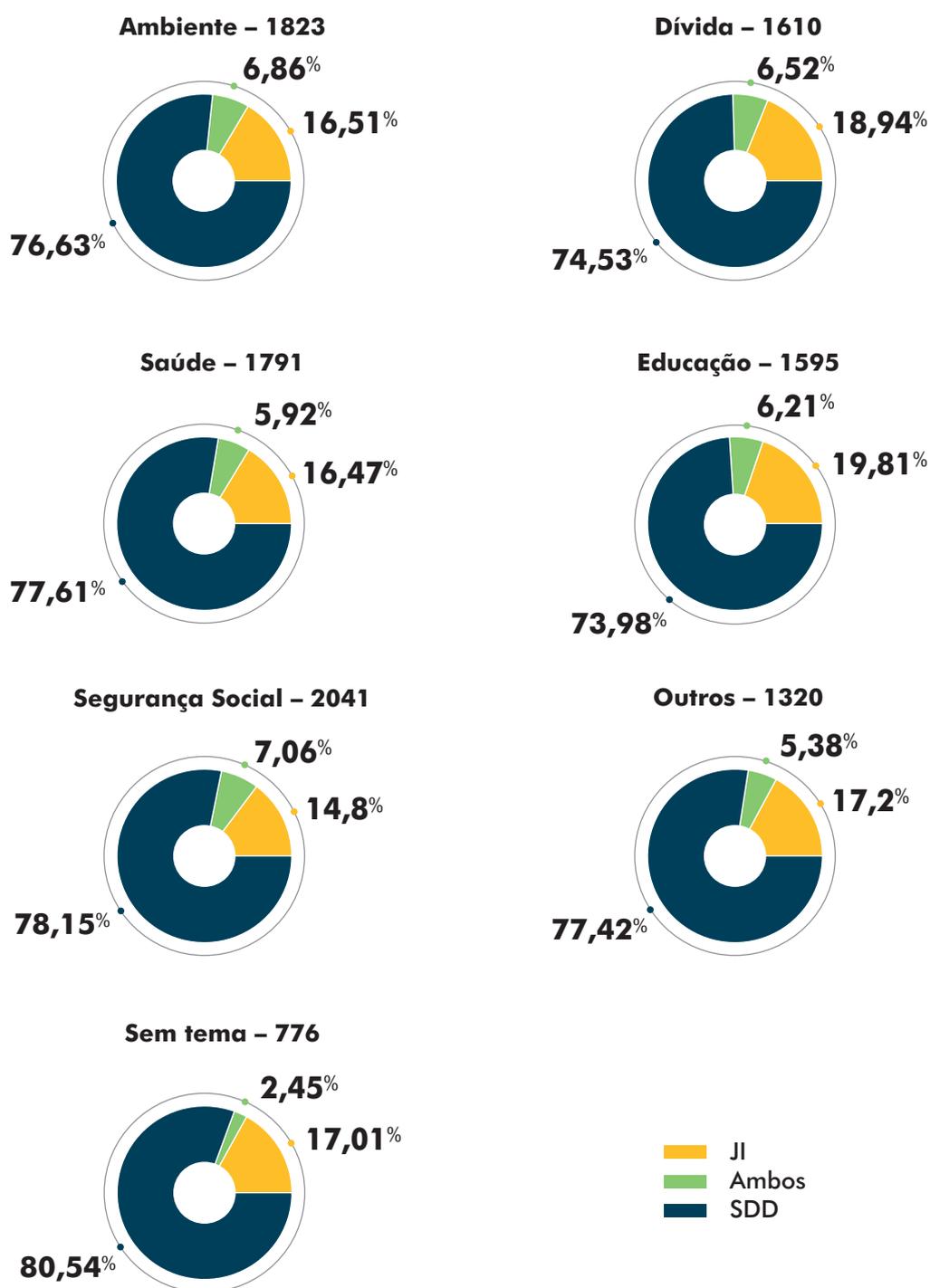


Na Figura 1.3 pode ver-se a distribuição por SDD e JI em maior detalhe. Vê-se por exemplo que em nenhum sub-tema a JI ocupa uma fracção maior do que a SDD. O tema em que a JI ocupa uma maior fracção é a educação e a menor a segurança social. É ainda de notar que mesmo nos não-classificados, a fracção maior é em SDD. Para isto contribui o facto da definição dos sub-temas ter sido baseada na leitura de discursos classificados como JI.

Em geral, é claro que tanto JI como SDD são temáticas proporcionalmente muito pouco discutidas no Parlamento, mesmo nos contextos em que são mais frequentemente mencionadas.

Figura 1.3.

Dentro de cada tema, distribuição da classificação em JI, SDD ou ambas



1.2. ANÁLISE TEMPORAL: QUANDO SE FALA EM SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA INTERGERACIONAL?

Na Figura 1.4 vê-se a evolução temporal dos discursos que falam em SDD e JI.

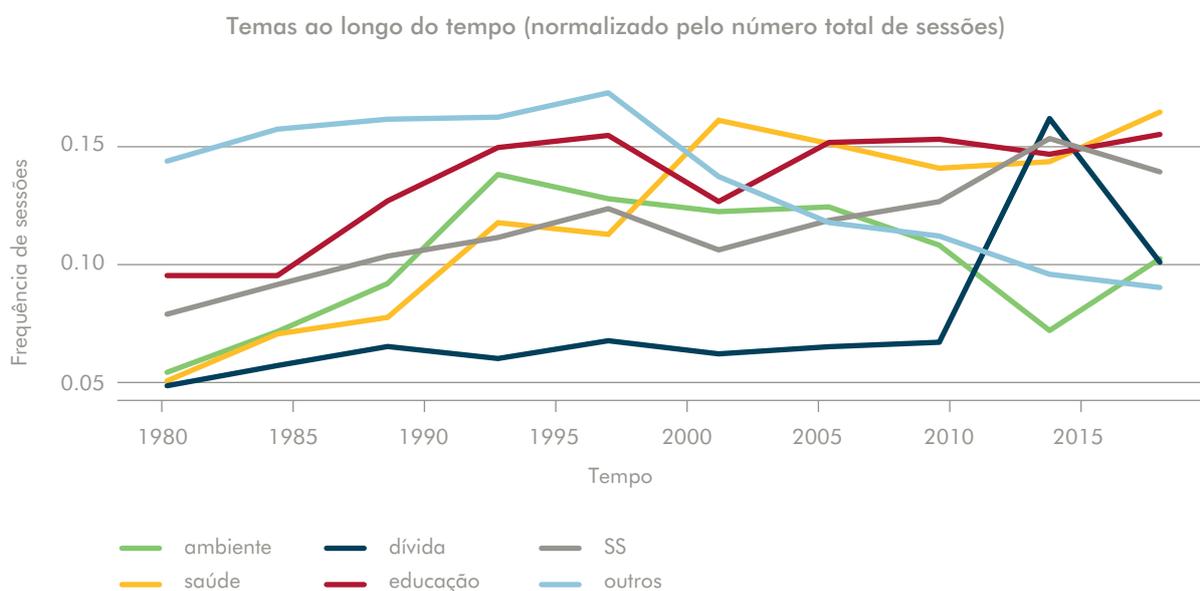
Figura 1.4.

Frequência de sessões parlamentares em que se fala em SDD (azul) ou JI (verde), usando a mesma escala (painel de cima) ou usando escalas diferentes (painel de baixo – eixo verde à direita mostra a frequência de menções a JI). Os dados estão agrupados a cada quatro anos (média móvel) de modo a visualizar melhor as tendências e a sua correlação (painel de baixo, caixa vermelha)



Embora os números da SDD sejam muito maiores do que os da JI, tanto a tendência como a distribuição de temas são semelhantes e as sessões que mencionam um ou outro tema estão significativamente correlacionadas (correlação de Spearman $\rho = 0.82$, $p = 0.004$ – correlação feita com os dados agrupados por ano). Isto pode ser porque estas temáticas têm de facto dinâmicas parecidas ou porque os sub-temas (ou contextos) em que estas são mencionadas variam de forma semelhante. Para distinguir entre estas possibilidades correlacionámos a proporção dos diferentes sub-temas dentro dos discursos classificados como sendo de SDD e JI. Esta correlação não é significativamente diferente de zero, possivelmente porque existe pouca variância entre os vários temas, tanto em SDD como em JI. Assim, fizemos também um teste de χ^2 de modo a comparar as contagens de discursos em cada tema. Este teste indica que as duas distribuições temáticas serão diferentes ($p=0.001$), sendo que as diferenças maiores são na educação, dívida (2% e 2.9 % mais comuns dentro da JI, respectivamente) e na segurança social (3.1% mais comum na SDD). Assim, apesar da dinâmica semelhante, estes temas têm abrangências diferentes e a sua tendência crescente pode dever-se à variação de menções dos sub-temas e não à JI e SDD em si.

Figura 1.5.
Dinâmica temporal dos vários temas dentro do Parlamento
 As cores representam os sub-temas ou contextos



As Figuras 1.5, 1.6 e 1.7 mostram a evolução dos vários sub-temas, dentro dos discursos todos, dos classificados como JI e SDD, respectivamente. Alguns padrões saltam à vista, nomeadamente o pico de menções no contexto da dívida (linhas azuis) durante a altura da crise financeira, acompanhado por um decréscimo do tema ambiente (linhas verdes), quer em termos relativos (como seria de esperar dada a supremacia da questão da dívida), quer em termos absolutos.

Figura 1.6.

Dinâmica temporal dos vários temas dentro da JI

No gráfico de cima estão as frequências de discursos sobre JI relativas a todos os discursos do parlamento, com as cores representando os sub-temas ou contextos em que a JI é mencionada. No gráfico de baixo estão as frequências de discursos de cada tema, relativas ao total de discursos sobre JI

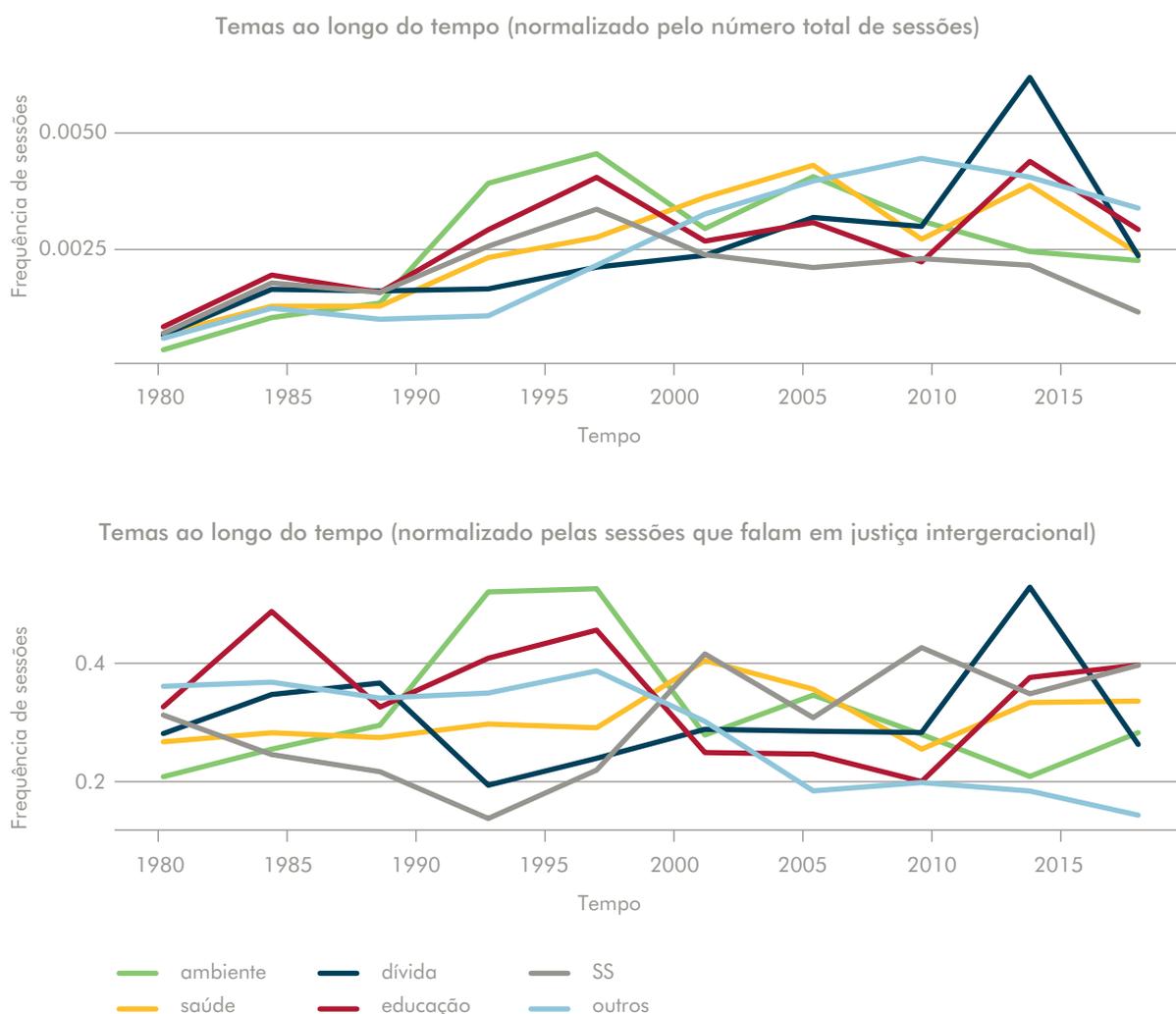
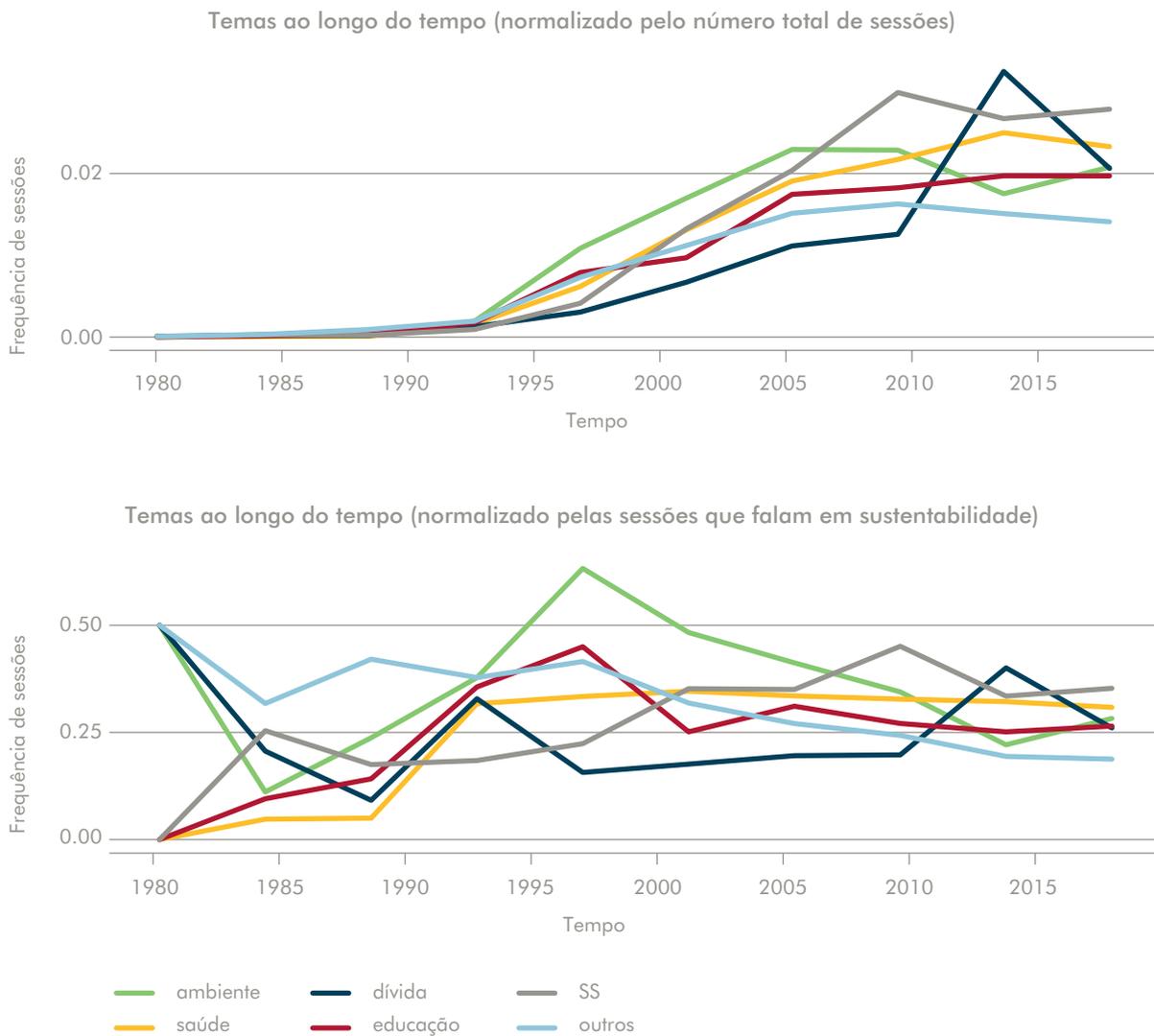


Figura 1.7.

Dinâmica temporal dos vários temas dentro da SDD

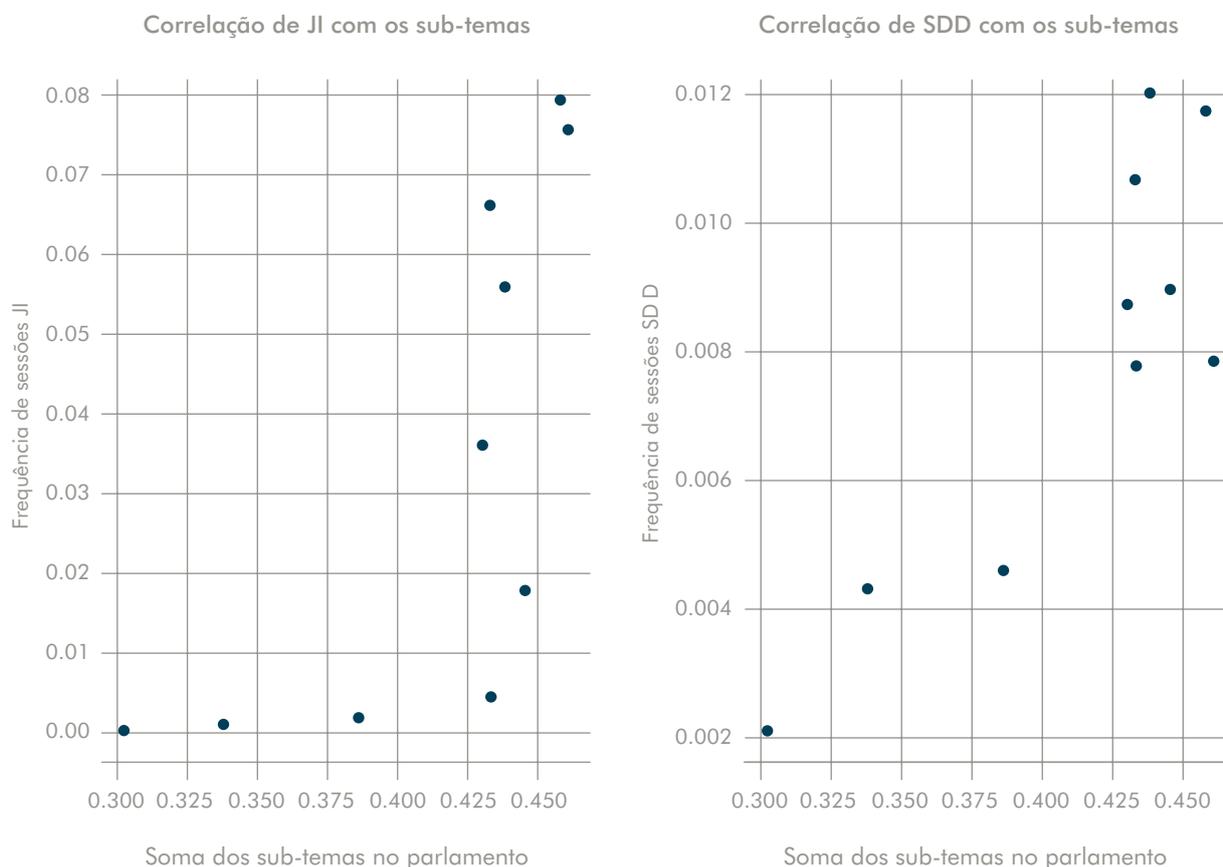
No gráfico de cima estão as frequências de discursos sobre SDD relativas a todos os discursos do parlamento, com as cores representando os sub-temas ou contextos em que a SDD é mencionada. No gráfico de baixo estão as frequências de discursos de cada tema, relativas ao total de discursos sobre SDD



Comparámos o aumento em frequência destes subtemas no parlamento com o aumento de JI e SDD. Tanto JI como SDD estão correlacionadas com estes subtemas (correlação de Spearman $\rho=0.83$ para JI e $\rho=0.68$ para SDD, $p < 0.03$), Figura 1.8. Assim, e conforme discutido em cima, isto poderá indicar que o aumento de frequência de JI/SDD está relacionado com o aumento destes temas no parlamento.

Figura 1.8.

Correlação entre a soma da frequência de discursos nos vários sub-temas (saúde, educação, SS, ambiente, dívida e outros) e a frequência de discursos em JI (esquerda) ou SDD (direita)



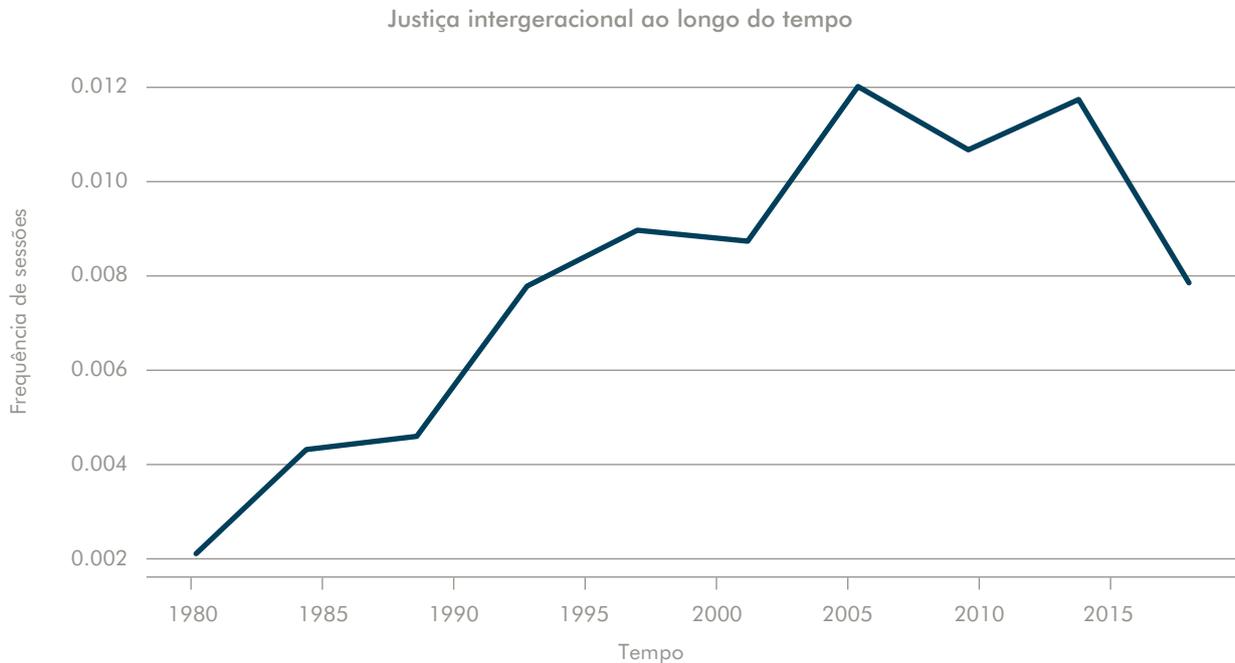
1.3. DISCURSOS PARLAMENTARES – JUSTIÇA INTERGERACIONAL

As menções a JI têm tido uma tendência temporal genericamente crescente, com o pico em 2005, que se manteve durante os anos da crise financeira, ou pelo menos até 2014 (Figura 1.9).

Figura 1.9.

Frequência de sessões parlamentares em que se fala em JI

Os dados estão agrupados a cada quatro anos (média móvel) de modo a visualizar melhor a tendência



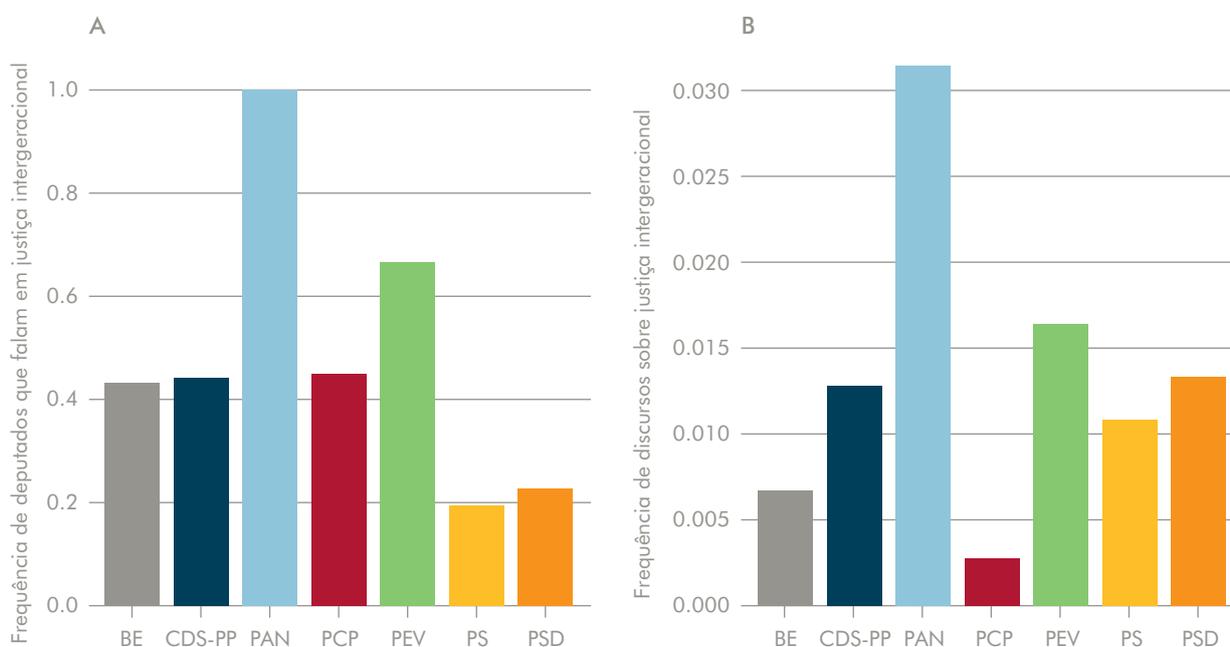
1.3.1. Análise por Orador: Quem fala em Justiça Intergeracional?

Para saber que partidos, MPs e MGs mais falam em JI, restringimos a análise aos últimos 19 anos (depois de 1 de Janeiro de 2000) por três razões: 1) este período tem maior frequência de discursos; 2) é quando temos mais confiança na classificação dos oradores e 3) é o período com maior relevância para qualquer intervenção a ser feita. Partimos assim de 56 901 discursos, dos quais 585 foram classificados como mencionando JI (1%). Durante este período temos registo de intervenções por 1 056 oradores diferentes, dos quais 261 falam pelo menos uma vez em JI (25%). Fizemos assim duas análises diferentes e com interpretações diferentes. Primeiro, olhámos para o número de oradores por partido que falam em JI (Figura 1.10A) e depois olhámos para a frequência de discursos por partido (Figura 1.10B). Ao longo do documento, vamos usar a palavra “Orador” para designar qualquer MP ou MG que esteja registado na nossa base de dados como tendo proferido algum discurso durante o período em análise. Existem assim mais deputados e membros do governo do que oradores.

Como seria de esperar, os partidos mais pequenos têm uma maior proporção de deputados que falam em JI (Figura 1.10A), porque cada MP tem uma maior oportunidade de falar seja em que assunto for. O caso extremo é o PAN que, sempre que tinha oportunidade de falar em qualquer assunto, tinha de o fazer através do seu único deputado (até 2019). Quando normalizado para o número total de discursos, este efeito é compensado (Figura 1.10B). Curiosamente o PAN e o PEV continuam a ser os partidos que mais falam em JI. Fomos então ver, quer num caso quer noutro, se as diferenças são significativas.

Figura 1.10.

Painel A – Número de oradores que falaram em JI, normalizado pelo total de MPs de cada partido que passaram pelo parlamento desde o ano 2000.
Painel B – Número de discursos sobre JI, normalizado pelo total de discursos de cada partido desde o ano 2000



Para os números de oradores (que são medidas discretas), usámos uma tabela de contingência onde aplicámos o teste do χ^2 . Muito resumidamente, este teste compara as contagens de oradores em cada classe (que falaram em JI e os que não falaram), estima o número esperado de oradores dada a frequência global (25%) e dado o número de oradores de cada partido. Verificámos que de facto existem diferenças significativas entre partidos (valor $p < 0.001$, quer incluamos o PAN e o PEV ou não). De seguida tentámos perceber quais os partidos que mais se destacam fazendo comparações aos pares. Para isso usámos o teste exato de Fisher que é semelhante ao χ^2 mas mais preciso. Fazendo as comparações aos pares e corrigindo para testes múltiplos (10 testes, removendo o PAN e o PEV), existem seis diferenças significativas (valor $p < 0.005$ de modo a ter em conta que fizemos 10 testes). O PS e o PSD são diferentes dos outros três partidos, sendo que PCP/BE/CDS têm mais oradores a falar de JI que o PS/PSD. Tal como mencionado acima, estas diferenças podem dever-se ao número total de oradores que é bastante diferente entre estes partidos.

Por isso, fizemos também a análise não por orador mas por partido. De modo a comparar as frequências de discursos para cada partido (Figura 1.10B), usámos a informação da frequência de discursos por orador e aplicámos o teste de Kruskal-Wallis, assumindo frequências contínuas, podendo ou não ter uma distribuição normal. Este teste mostrou que existem diferenças entre os partidos ($p < 0.001$). Aplicámos então o mesmo teste par a par de modo a identificar quais os partidos diferentes, corrigindo para testes múltiplos. Removendo o PAN e PEV (que têm um nú-

mero demasiado pequeno de oradores para os testes serem fiáveis), verificámos a existência de dois grupos: PCP/BE falam significativamente menos em JI do que PS/PSD (os valores p dentro de cada grupo são menores que 0.05 e maiores entre grupos). Já o CDS apenas é diferente do PCP, encontrando-se a meio caminho entre os dois grupos. Estas diferenças vão numa direcção oposta àquela evidenciada na Figura 1.10A. Assim, a análise conjunta indica que uma grande proporção de MPs do BE e PCP falam em JI, mas fazem-no poucas vezes. Em relação à sobre-representação de PS e PSD, isto pode dever-se ao facto de serem partidos com responsabilidades governativas. O Parlamento Português teve relativamente poucos atores nos últimos 45 anos, tendo tido cerca de 2500 MPs, dos quais aproximadamente 200 foram a certa altura MGs (8%). Para testar se existe uma sobre-representação de actores com estas responsabilidades, seleccionámos os 100 oradores que falaram em JI de forma mais frequente (a extensão da Tabela 1.4) e analisámos quantos destes foram a determinada altura MGs, tendo identificado uma presença de mais de um terço de MGs neste grupo. Isto pode indicar que o tema da JI é principalmente invocado no Parlamento por Membros do Governo (presentes, passados e futuros).

Analisámos também a presença de possíveis diferenças de género usando os mesmos testes descritos acima e verificámos que não existem diferenças no género dos oradores que falam em JI (Figura 1.11A e B – teste exacto de Fisher e Kruskal-Wallis respetivamente, $p > 0.05$). No entanto, quando incluímos os discursos anteriores ao ano 2000, vemos diferenças significativas, teste exato de Fisher, $p = 0.03$. No caso da frequência de discursos, as diferenças não são significativas, independentemente do intervalo temporal considerado (Kruskal-Wallis $p = 0.4$ em ambos os casos). Uma vez que passaram pelo Parlamento Português muito menos mulheres que homens, a grande maioria das quais depois do ano 2000 (312 mulheres para 857 homens desde o ano 2000 e ao todo 386 para 1670), é possível que estas diferenças de género se estejam a atenuar exatamente pelo rácio mulher/homem estar a aumentar (Figura 1.11).

Igualmente, comparámos a idade dos oradores quando falam em JI e quando discursam em geral (Figura 1.12). Verificamos que não existem diferenças na distribuição das idades dos deputados que falam e não falam em JI χ^2 , $p = 0.8$).

Dado que não encontramos um padrão muito claro nesta análise, fomos olhar para o ano de nascimento dos oradores. A idade e o ano de nascimento estão obviamente correlacionados (coeficiente de Spearman $\rho = -0.9$) mas quando olhamos para a distribuição dos anos de nascimento dos oradores e dos oradores que falam em JI não vemos nenhum padrão claro. A figura (Figura 1.13) mostra estes dados.

Figura 1.11.

Painel A – Número de oradores de cada género que falaram em JI, normalizado pelo número de oradores e MPs que passaram pelo Parlamento desde 2000. Painel B – Número de discursos sobre JI desde o ano 2000, normalizado pelo total de discursos de cada género. Painéis C e D – idênticos aos painéis A e B respectivamente, mas com informação desde 1976

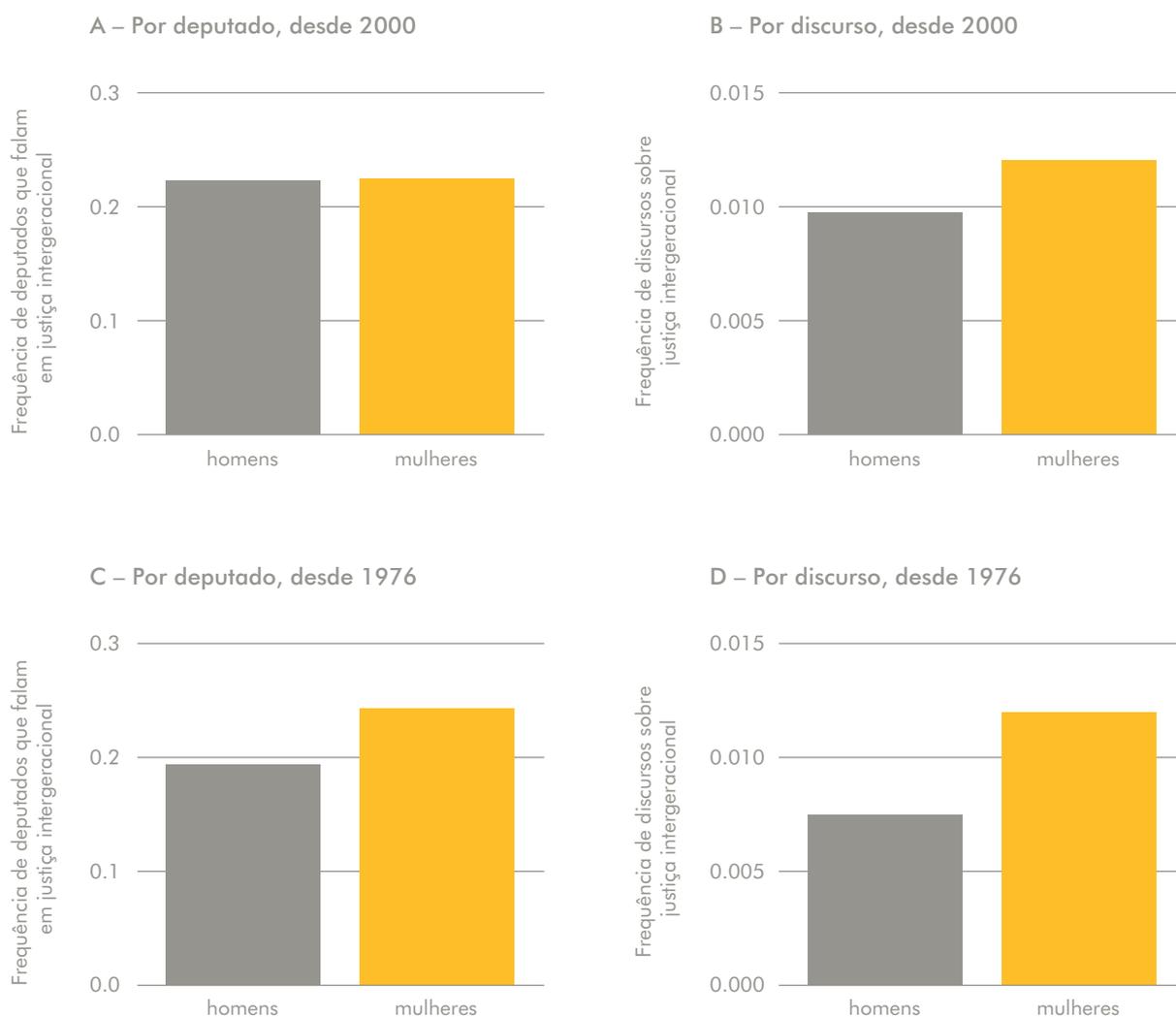


Figura 1.12.

Painel A – Distribuição de idades dos oradores quando falam em JI (azul) e na totalidade do seu discurso (vermelho). No primeiro caso a mediana é 45.9 e no segundo é 46.3. **Painel B – Rácio das frequências de oradores entre quem fala em JI e quem fala em geral.** Um rácio de 1 significa que a frequência de oradores daquela idade é igual entre as duas distribuições. Um valor acima de 1 indica um excesso de oradores que falam em JI e abaixo de 1 indica que proporcionalmente há menos oradores daquela idade a falar em JI. A caixa cinzenta engloba a média ± 2 desvios padrão e a caixa mais escura representa a média ± 1 desvio padrão. Os pontos fora destas caixas são considerados *outliers*

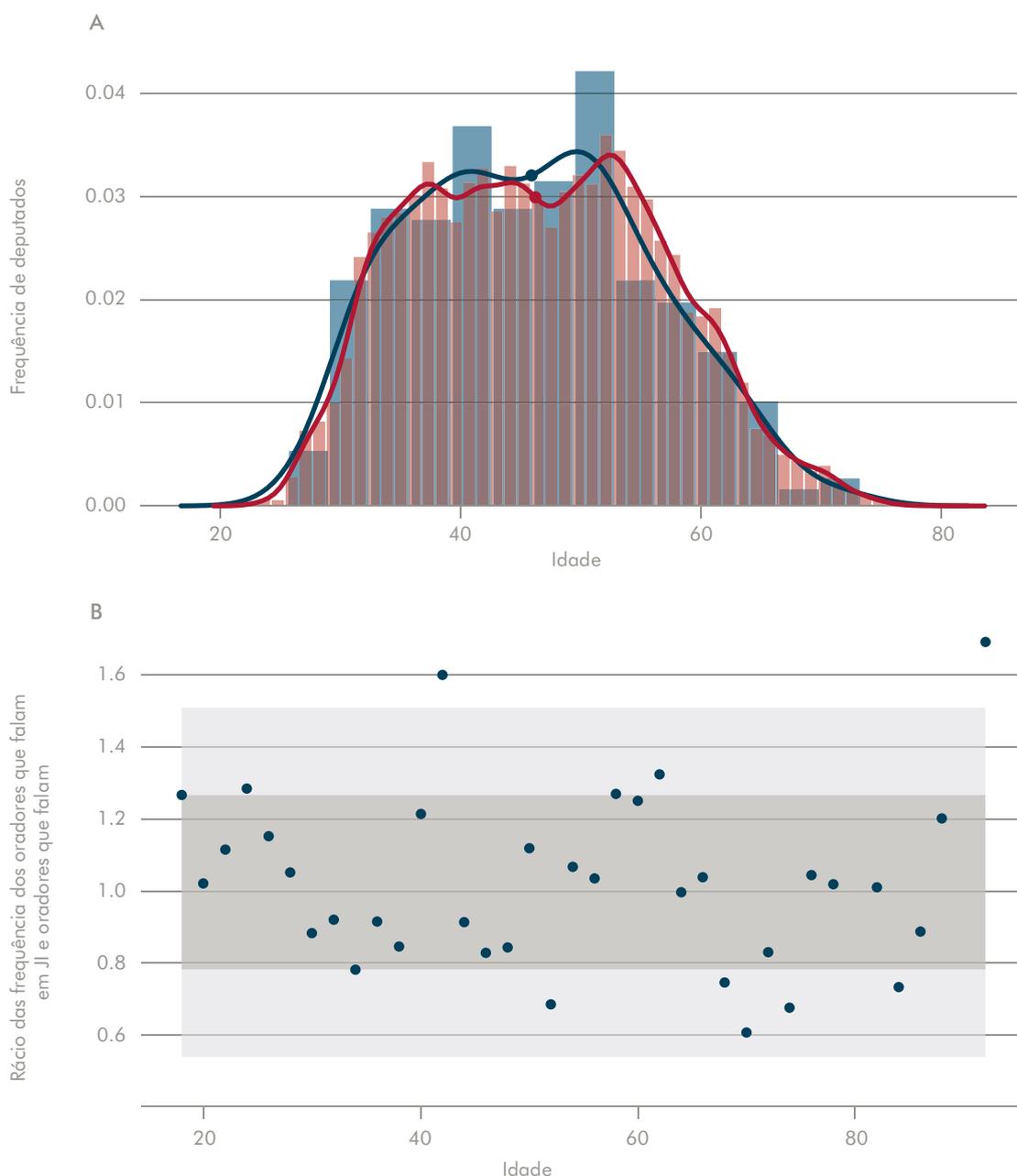
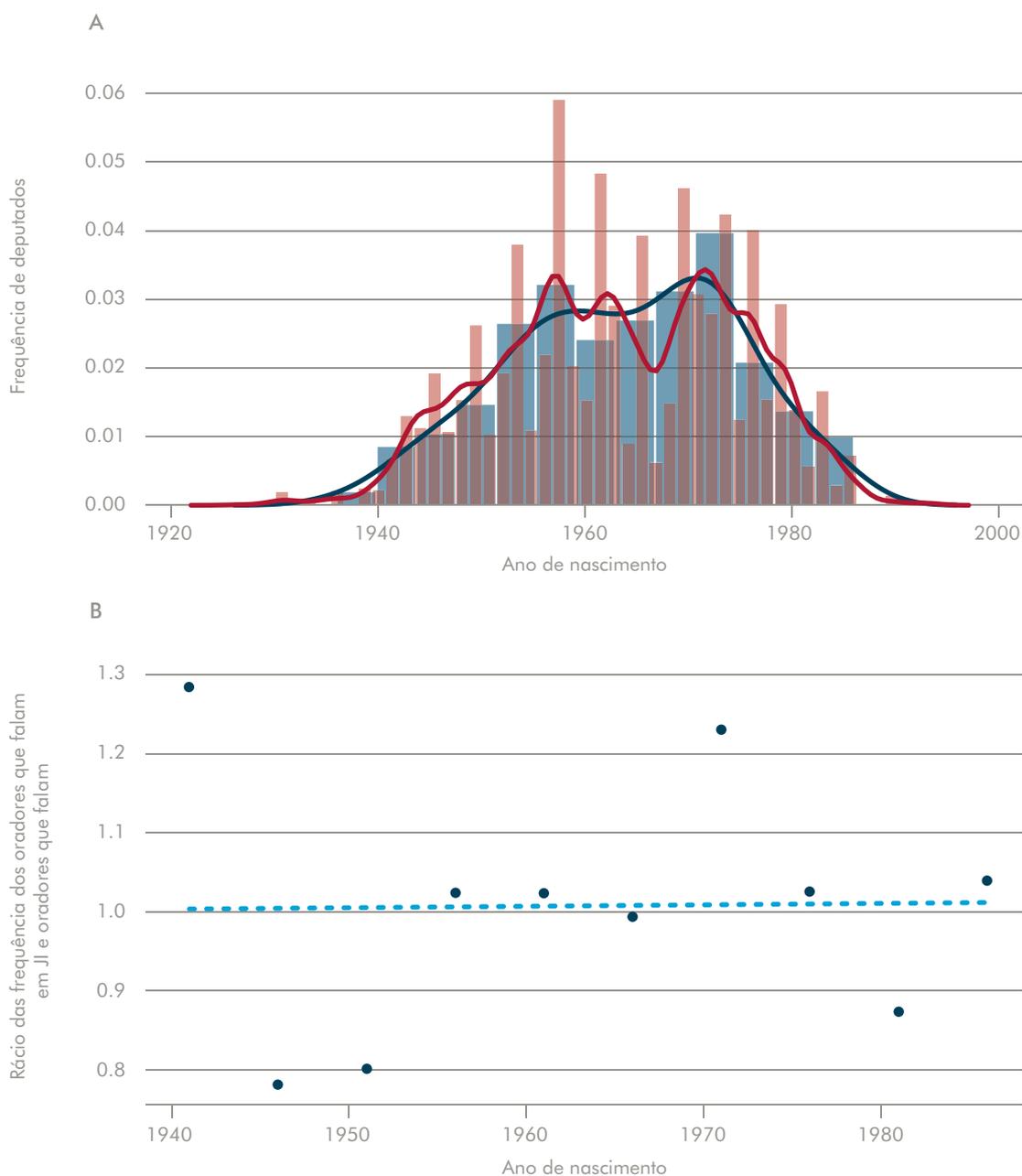


Figura 1.13.

Painel A – Distribuição de anos de nascimento dos oradores quando falam em JI (azul) e as idades quando os oradores falam em geral (vermelho).

No primeiro caso a mediana é 1963 e no segundo é 1965. **Painel B – Rácio das frequências de oradores entre quem fala em JI e quem fala.** Um rácio de 1 significa que a frequência de oradores que nasceram naquele ano é igual entre as duas distribuições. Um valor acima de 1 indica um excesso de oradores que falam em JI e abaixo de 1 indica que proporcionalmente há menos oradores daquele ano de nascimento a falar em JI. A linha representa a melhor reta de regressão que explica os dados. O $R^2 = 0.01$ e a correlação não é significativa (correlação de Spearman $\rho = 0.6$)



De modo a perceber um pouco melhor a interacção entre ano de nascimento, género e partido, fizemos uma regressão cujos resultados estão na Tabela 1.3. Não incluímos a idade porque esta tem uma correlação muito forte com o ano de nascimento e como tal iria enviesar a regressão. Os resultados sugerem que tanto o ano de nascimento como o género têm um efeito, ou seja, um discurso sobre JI tem 0.6 de probabilidade de ser proferido por uma mulher; e por cada ano a mais na data de nascimento, reduz-se em 0.0096 esta probabilidade. Já entre os partidos também há diferenças sendo que os discursos em JI têm uma probabilidade acrescida de serem proferidos pelo PAN, PS ou PSD. É de notar no entanto que apenas o género tem um valor p abaixo de 0.02. Tanto o efeito do ano de nascimento como dos partidos não manteriam a sua significância se corrigíssemos para testes múltiplos. Assim, estes resultados devem ser tomados apenas como resultados sugestivos.

De seguida, analisámos em maior pormenor as distribuições de número e frequência de discursos por orador. O objetivo é identificar dentro de cada partido quem mais fala em JI, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. As Figuras 1.14A e B mostram estas duas distribuições, por partido. Os círculos representam *outliers*, ou seja, oradores que falam mais do que a maioria dos seus colegas de bancada, depois de restringir a análise aos que fizeram mais de cinco discursos ao longo da sua passagem pelo parlamento. A Tabela 1.4 mostra os nomes dos oradores que mais se destacaram dos seus partidos na frequência de discursos sobre JI e a Tabela 1.5 mostra os oradores que mais se destacaram em termos absolutos, ou seja, os que têm o maior número de discursos a falar JI.

Tabela 1.3.

Regressão logit da frequência de discursos que falam em JI

| Características do orador | Coefficiente (erro padrão) |
|---------------------------|----------------------------|
| Ano de nascimento | -0.0096* (0.004) |
| Género feminino | 0.4** (0.1) |
| BE | 1.2 (1) |
| CDS-PP | 1.9 (1) |
| PAN | 2.8* (1) |
| PCP | 0.56 (1) |
| PEV | 1.78 (1) |
| PS | 2.11* (1) |
| PSD | 2.4* (1) |
| Constante | 12.78 (2.8) |

* $p < 0.05$; ** $p < 0.001$

Os coeficientes da regressão logit são *logOdds*, ou seja são interpretados como o logaritmo da probabilidade de ter ou não ter uma determinada característica, por exemplo, 0.4 é o logaritmo do rácio da probabilidade de um discurso em JI vir de uma mulher e a probabilidade de vir de um homem.

Figura 1.14.

Distribuições do número (A) e frequência (B) de discursos sobre justiça intergeracional por orador e por partido. A linha vermelha representa a mediana e a caixa representa os valores entre o primeiro e terceiro quartis. Os bigodes representam o terceiro quartil mais 1.5 vezes a diferença entre o primeiro e terceiro quartis. Os círculos representam *outliers* que ficam acima do topo do bigode

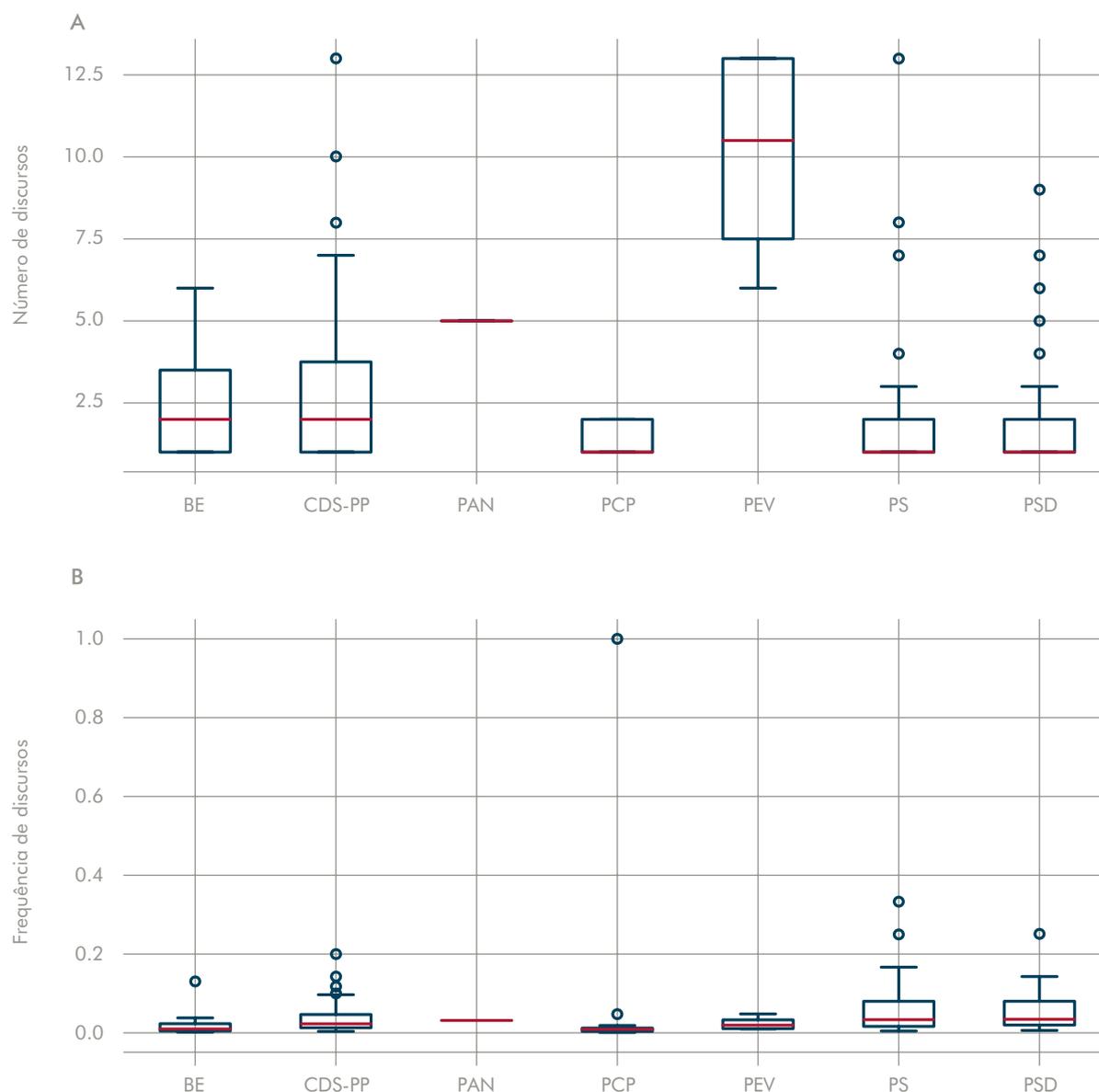


Tabela 1.4.

Oradores com uma maior frequência de discursos sobre JI

| Partido | Nome | Frequência de discursos |
|---------|--------------------------------------|-------------------------|
| BE | Alda Maria Botelho Correia Sousa | 0.13 |
| CDS-PP | Antonino Aurélio Vieira de Sousa | 0.14 |
| CDS-PP | António Pedro Carvalho Morais Soares | 0.112 |
| CDS-PP | Luís José Vieira Duque | 0.10 |
| PCP | Joaquim Manuel da Fonseca Matias | 0.05 |
| PCP | Eugénio Óscar Garcia da Rosa | 0.05 |
| PS | Mário Lino | 0.33 |
| PS | Maria Cidália Bastos Faustino | 0.22 |
| PS | Carlos Baptista Lobo | 0.22 |
| PS | Emanuel Augusto Santos | 0.19 |
| PSD | Mário José Magalhães Ferreira | 0.20 |

Tabela 1.5.

Oradores com um maior número de discursos sobre JI

| Partido | Nome | Número de discursos |
|---------|---|---------------------|
| CDS-PP | Nuno Miguel Miranda de Magalhães | 13 |
| CDS-PP | Luís Pedro Russo da Mota Soares | 10 |
| CDS-PP | Paulo Sacadura Cabral Portas | 8 |
| PS | Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal | 13 |
| PS | Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins | 4 |
| PS | Augusto Ernesto Santos Silva | 4 |
| PS | António Luís Santos da Costa | 4 |
| PS | Alberto de Sousa Martins | 4 |
| PS | Maria José Guerra Gamboa Campos | 4 |
| PS | Elza Maria Henriques Deus Pais | 4 |
| PS | José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro | 4 |
| PS | Luís Filipe Marques Amado | 4 |
| PS | José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa | 7 |
| PS | Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina | 8 |
| PSD | Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque | 4 |
| PSD | José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro | 5 |
| PSD | Maria Manuela Dias Ferreira Leite | 5 |
| PSD | Luís Filipe Alexandre Rodrigues | 6 |
| PSD | Pedro Manuel Mamede Passos Coelho | 6 |
| PSD | Adão José Fonseca Silva | 7 |
| PSD | Elsa Maria Simas Cordeiro | 4 |
| PSD | Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves | 9 |
| PSD | Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva | 4 |
| PSD | Carlos Eduardo Almeida de Abreu Amorim | 5 |
| PSD | Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes | 5 |

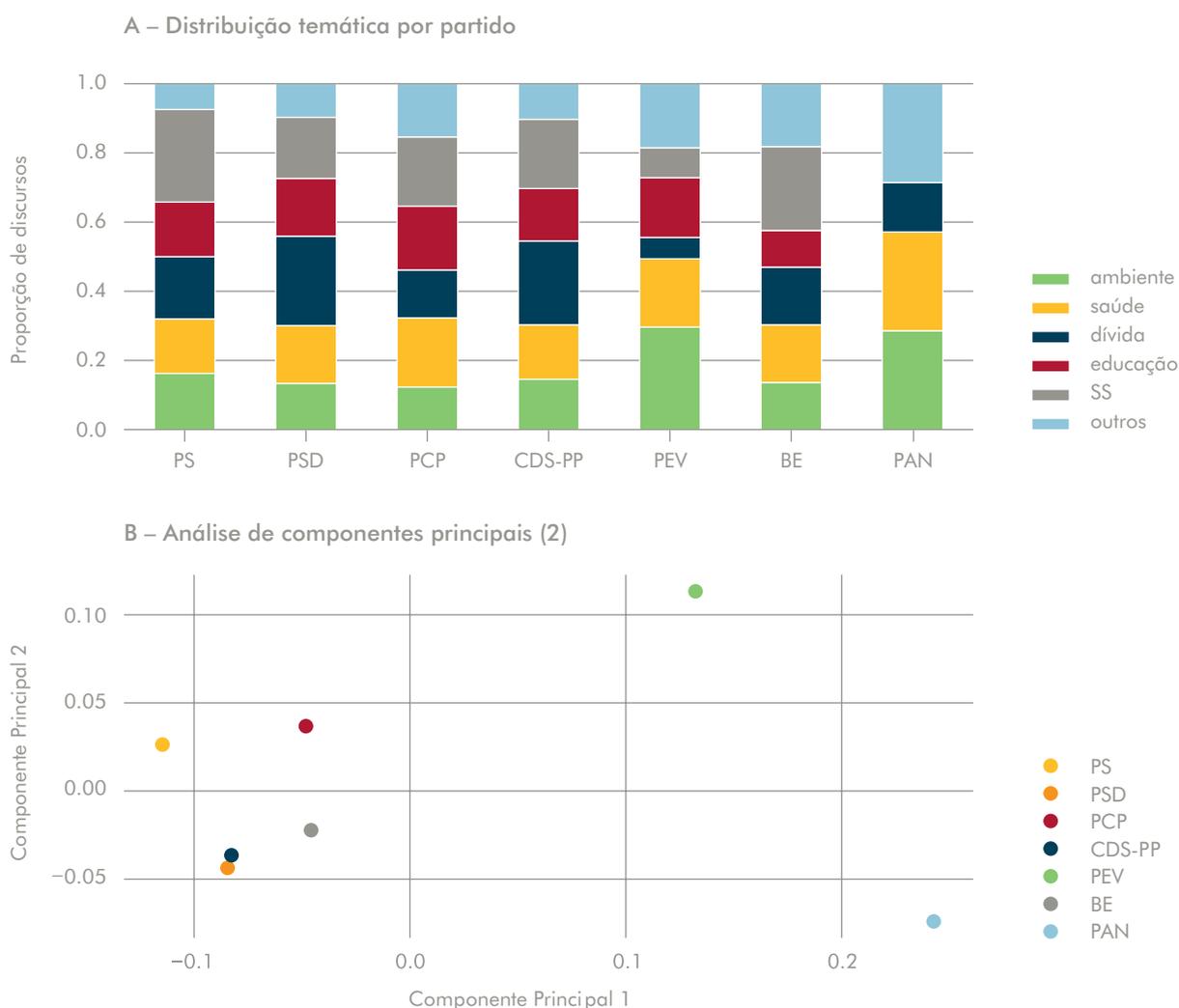
1.3.2. Análise por tema: Em que contextos se fala de justiça intergeracional?

Como descrito na secção inicial, os discursos foram classificados em seis sub-temas (ou contextos), baseados em palavras-chave. Para perceber como estes sub-temas se distribuem pelos partidos voltámos a focar a análise no período pós ano 2000. A Figura 1.15A mostra, para cada partido, a distribuição temática dentro da JI. Voltamos a notar que um mesmo discurso pode estar classificado em mais do que um tema.

Uma análise de χ^2 mostra que há diferenças entre os partidos ($p < 0.001$). Para perceber um pouco melhor de onde vêm essas diferenças, fizemos uma análise de componentes principais (PCA). A Figura 1.15B mostra as duas componentes principais que explicam 71% e 16% da variância, respectivamente.

Figura 1.15.

A – Distribuição dos discursos JI de cada partido pelos temas identificados. B – Análise de componentes principais à frequência de discursos JI por tema e por partido



É de notar que a primeira componente separa o PAN e o PEV dos outros partidos (como já tinha sido observado antes), enquanto que a segunda agrupa PS e PCP, e BE, PSD e CDS. Os componentes principais de uma análise PCA são compostos por vários componentes reais (neste caso a frequência de discursos em cada tema) e não é trivial perceber quais os que mais contribuem para a separação. No entanto, é possível correlacionar cada componente com cada um dos temas. Assim, restringimos a análise aos dois primeiros componentes principais (estes explicam 94% das diferenças entre partidos) e a Tabela 1.6 mostra os valores destas correlações. No Anexo II estão exemplos de alguns discursos por oradores dos vários partidos. Podemos perceber que o PAN e o PEV se destacam por falarem mais em JI no contexto de ambiente e menos no contexto da segurança social, e que o PS e PCP falam mais no contexto do sub-tema educação e menos no contexto do sub-tema da dívida do que PSD, CDS e BE. Isto também é visível na Figura 1.15A.

Tabela 1.6.
Correlação entre os componentes principais e os temas

| | ambiente | saúde | dívida | educação | SS | outros |
|------------------------|----------|--------|--------|----------|----------|---------|
| Componente Principal 1 | 0.45 | 0.26 | -0.30 | -0.30 | -0.61 | 0.40615 |
| Componente Principal 2 | 0.40 | -0.035 | -0.60 | 0.66 | 0.206069 | -0.071 |

Justiça intergeracional no contexto de cada tema

Nas secções anteriores a análise focou-se na presença de termos relacionados com JI tendo identificado cinco contextos, ou sub-temas, principais onde estes termos são utilizados (dívida, SS, educação, ambiente e saúde). Nesta secção invertemos a análise, à imagem do que tinha sido feito na secção 1.1.: focamo-nos nos cinco contextos e perguntamos quão frequente é referir JI quando se fala da dívida, ou do ambiente, por exemplo. Começámos por analisar a dinâmica temporal de cada um dos cinco contextos, quer dentro da temática da JI quer fora, desde o início da Terceira República (1976) até Julho de 2018. Nos gráficos da Figura 1.16 estão representados o número de discursos que incluem JI (azul) e o total de discursos de cada sub-tema, ou contexto (laranja). Estão ainda representados os rácios entre estes dois valores para cada tema. Embora o número de discursos sobre JI seja baixo, como já tínhamos visto, a tendência parece ser de aumento em todos os temas. Levanta-se assim a pergunta, será que as referências JI estão a aumentar apenas porque estes cinco sub-temas se tornaram mais populares? Embora não possamos responder a essa pergunta de uma forma definitiva, parece-nos que o aumento das menções a JI tem uma dinâmica própria e independente do contexto onde se inserem. Isto porque verificámos que os temas dentro de JI aumentam de uma forma bastante correlacionada (Figura 1.17A), enquanto que nos temas em geral, embora também estejam em média correlacionados (Figura 1.17B), essa correlação é bastante menor e, num caso, até negativa.

Curiosamente, esta correlação negativa nos discursos em geral é entre ambiente e dívida. Mesmo dentro da JI, estes dois temas são aqueles que têm uma menor correlação. Olhando para a

distribuição de temas ao longo do tempo (Figura 1.16, e Figura 1.6) vê-se que a partir de cerca de 2010, houve um aumento de referências a dívida e uma diminuição relativa de menções a ambiente, quer no contexto JI quer fora dele. Isto pode indicar que o tema ambiente é abandonado em alturas de crise, ou quando a dívida é mais debatida e, de facto, esta tendência poderá estar a inverter-se desde 2014, mas ainda é cedo para tirar conclusões.

Figura 1.16.

Dinâmica temporal dos temas seleccionados quer no contexto da justiça intergeracional (azul) quer fora dela (amarelo). Os gráficos que apenas têm uma linha azul representam o rácio entre os valores a azul e a amarelo. Nestes últimos, a média global aparece como texto dentro do painel respectivo

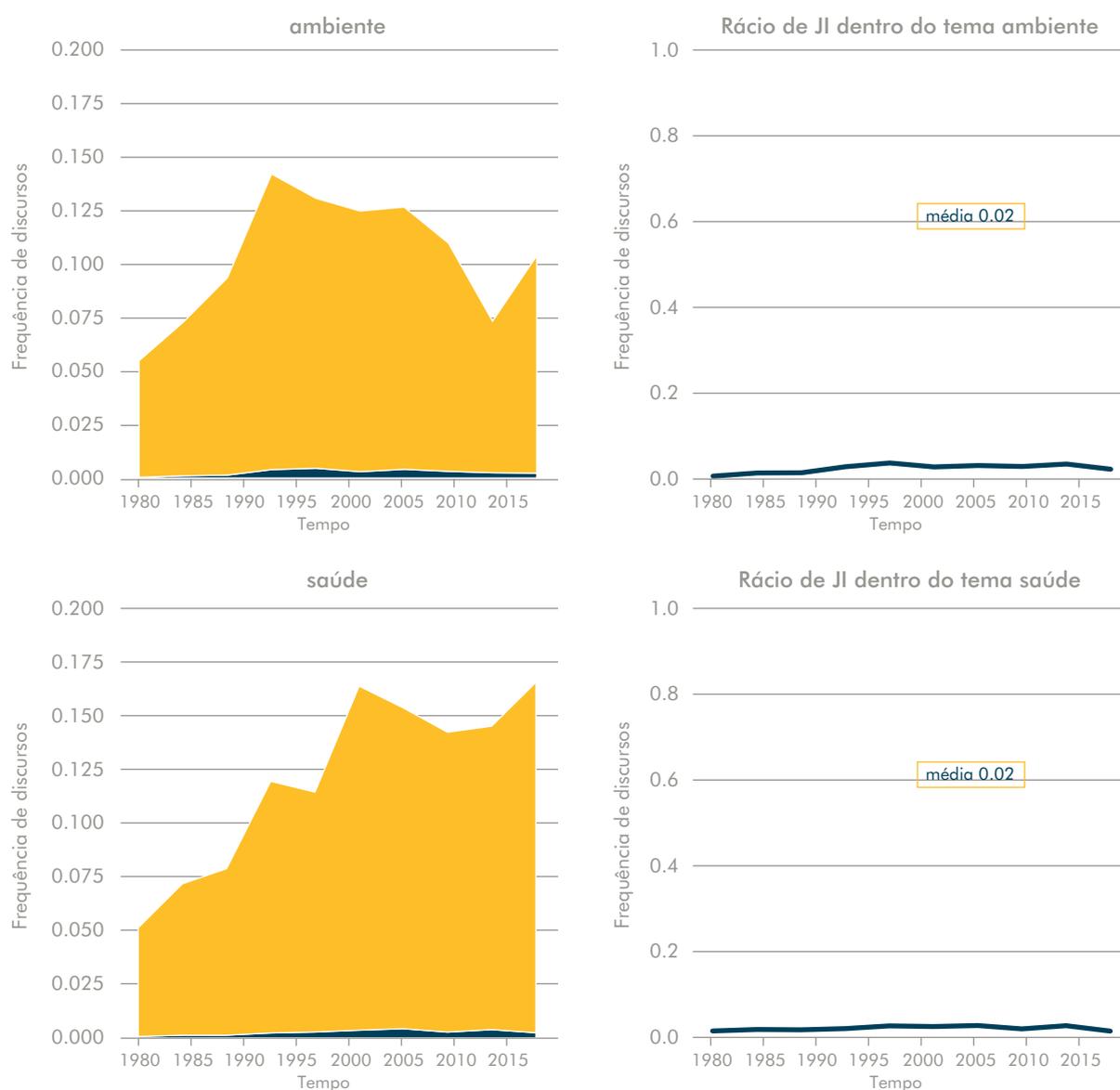


Figura 1.16. (continuação)

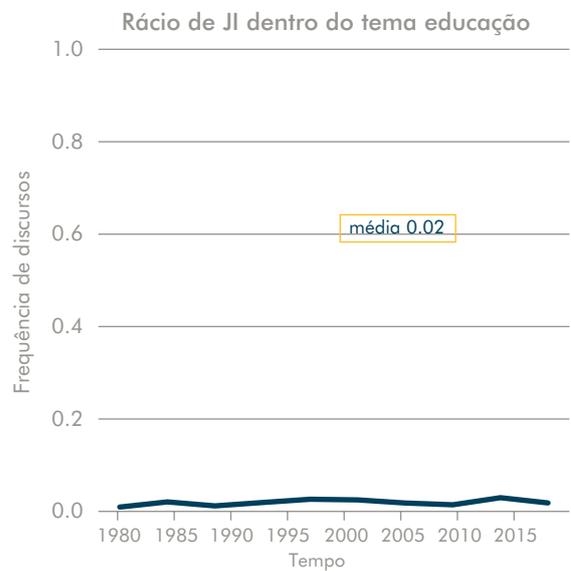
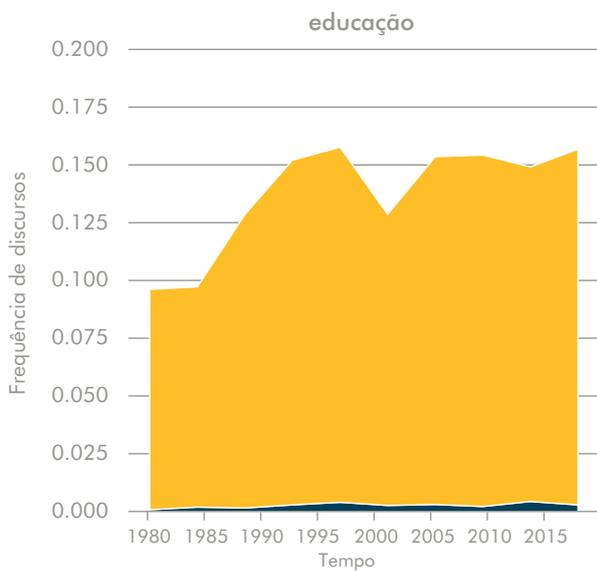
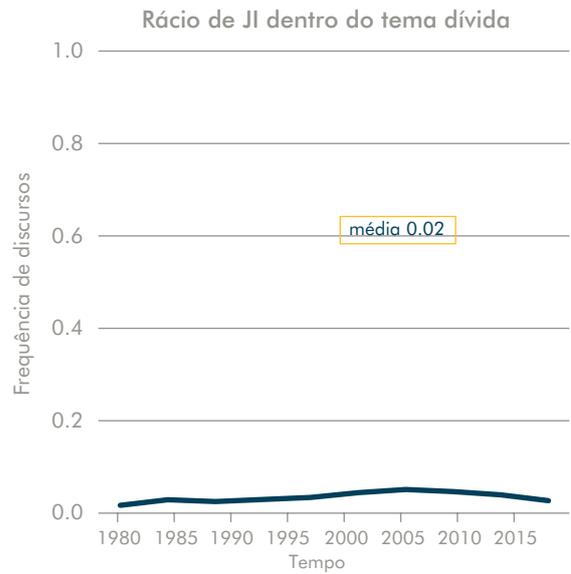
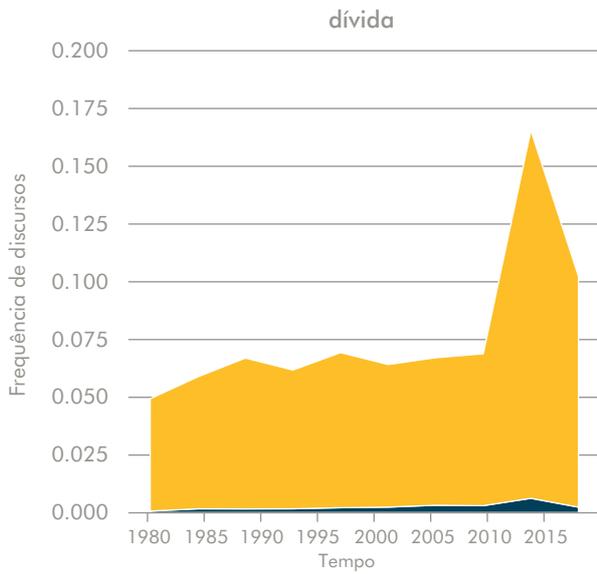
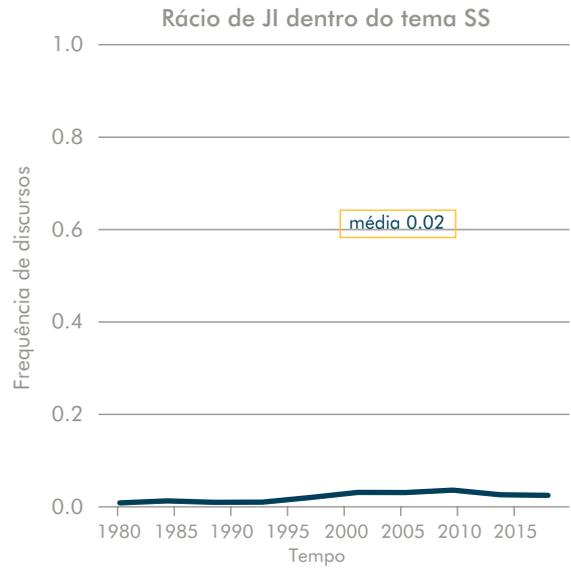
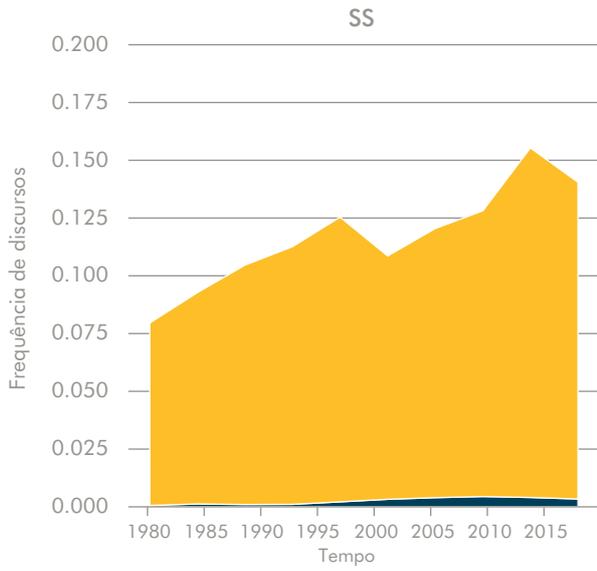
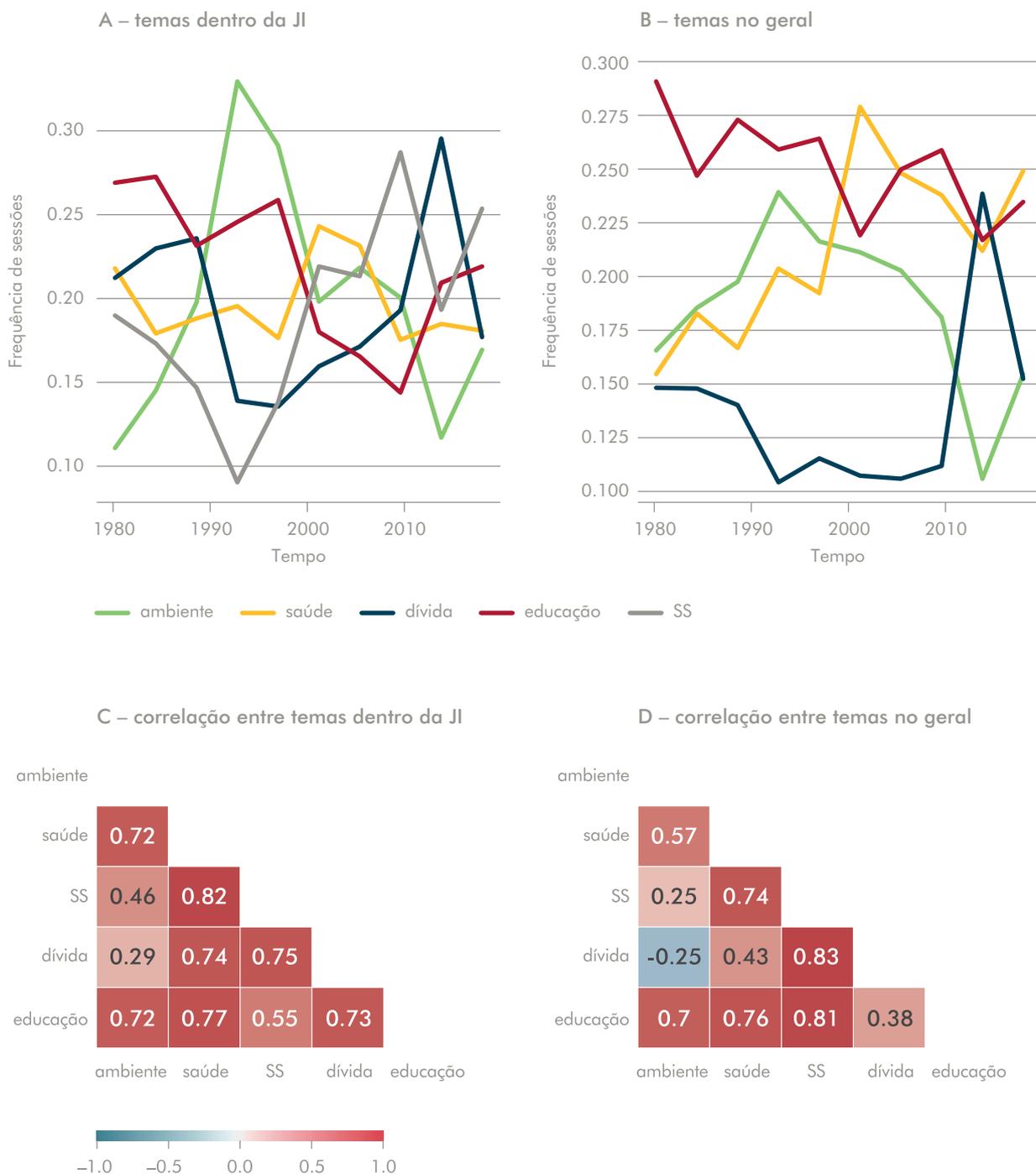


Figura 1.17.

Correlação entre as frequências de discursos de cada tema, quer dentro dos discursos em JI (esquerda), quer na totalidade de discursos (direita)
Os painéis A e B mostram as frequências relativas de cada tema e os painéis C e D mostram os fatores de correlação de Pearson



| | | | | | |
|----------|----------|-------|------|--------|----------|
| ambiente | | | | | |
| saúde | 0.72 | | | | |
| SS | 0.46 | 0.82 | | | |
| dívida | 0.29 | 0.74 | 0.75 | | |
| educação | 0.72 | 0.77 | 0.55 | 0.73 | |
| | ambiente | saúde | SS | dívida | educação |

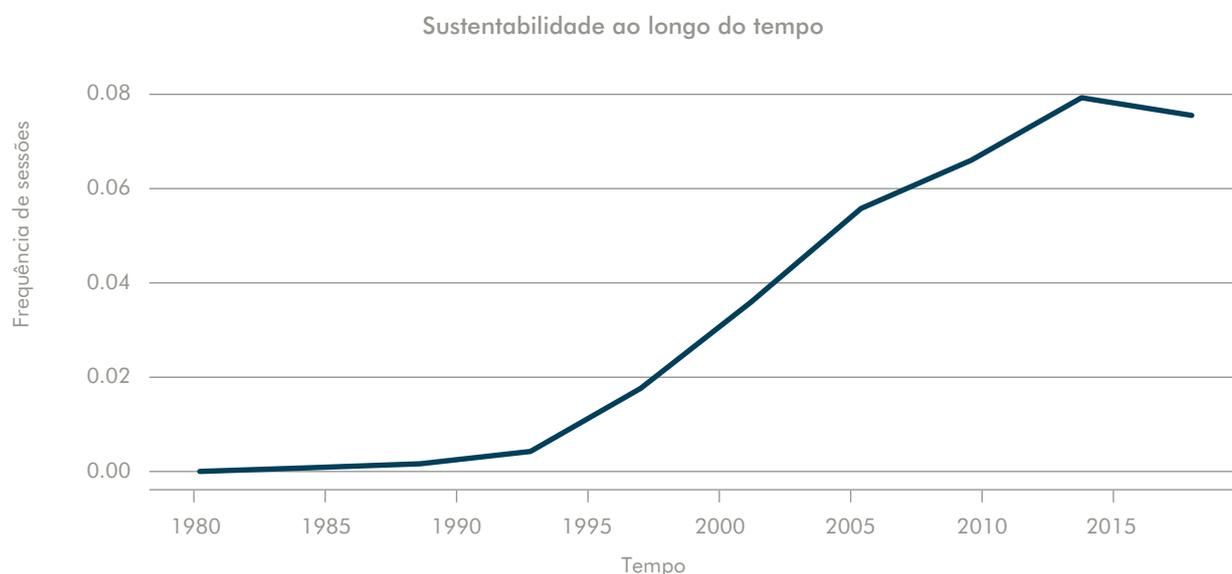
| | | | | | |
|----------|----------|-------|------|--------|----------|
| ambiente | | | | | |
| saúde | 0.57 | | | | |
| SS | 0.25 | 0.74 | | | |
| dívida | -0.25 | 0.43 | 0.83 | | |
| educação | 0.7 | 0.76 | 0.81 | 0.38 | |
| | ambiente | saúde | SS | dívida | educação |

1.4. DISCURSOS PARLAMENTARES – SUSTENTABILIDADE

Tal como fizemos para a JI, limitamos agora a análise aos discursos classificados como mencionando sustentabilidade (SDD). A Figura 1.18 mostra a frequência de discursos classificados como SDD ao longo do tempo, também com uma tendência crescente mas com um pico mais tardio.

Figura 1.18.

Frequência de sessões parlamentares em que se fala em SDD. Os dados estão agrupados a cada quatro anos (média móvel) de modo a visualizar melhor a tendência



1.4.1. Análise por Orador: Quem fala em sustentabilidade?

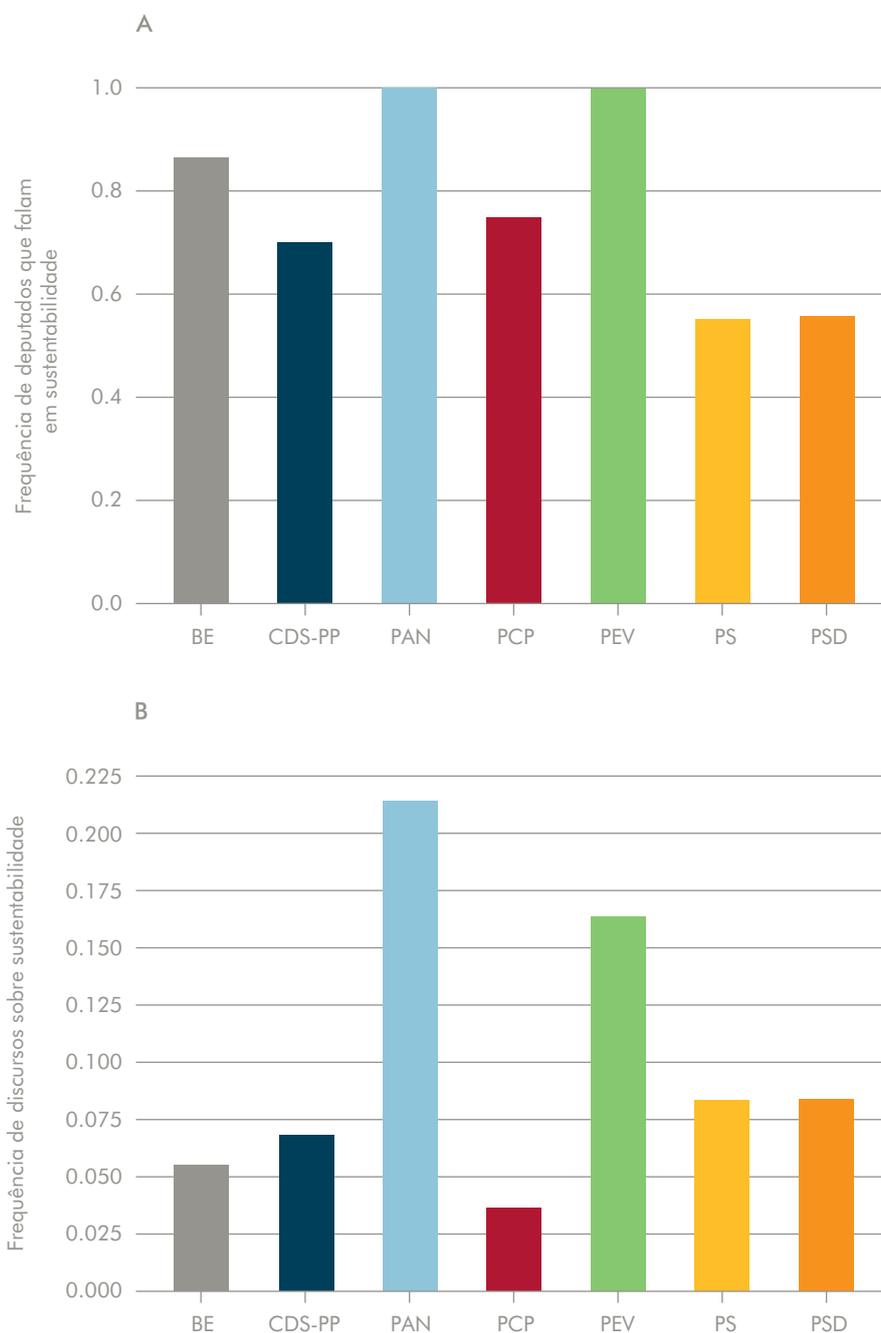
Começámos por restringir a análise aos últimos 19 anos (depois de 1 de Janeiro de 2000) pelas razões descritas anteriormente. Identificamos assim 56 901 discursos, dos quais 3860 referem SDD (6.7%). Durante este período temos registo de intervenções por 1 056 oradores diferentes, dos quais 619 falam pelo menos uma vez em SDD (59%).

Tal como para JI, os partidos mais pequenos (PEV e PAN) têm uma maior proporção de deputados que falam em SDD (Figura 1.19A) e continuam a ser os partidos que mais mencionam SDD. Quando normalizado para o número total de discursos, este efeito é compensado (Figura 1.19B).

Estas diferenças são significativas entre partidos (valor $p < 0.001$, quer incluamos o PAN e o PEV ou não) mas em termos de comparação a pares, as únicas diferenças significativas voltam a ser entre os partidos maiores PS/PSD e os restantes. Em termos de frequências de discursos, (Figura 1.19B), também encontramos diferenças significativas, formando-se 2 grupos, o BE e PCP

Figura 1.19.

Painel A – Número de oradores que falaram em SDD, normalizado pelo total de MPs de cada partido que passaram pelo parlamento desde o ano 2000. Painel B – Número de discursos sobre SDD, normalizado pelo total de discursos de cada partido desde o ano 2000

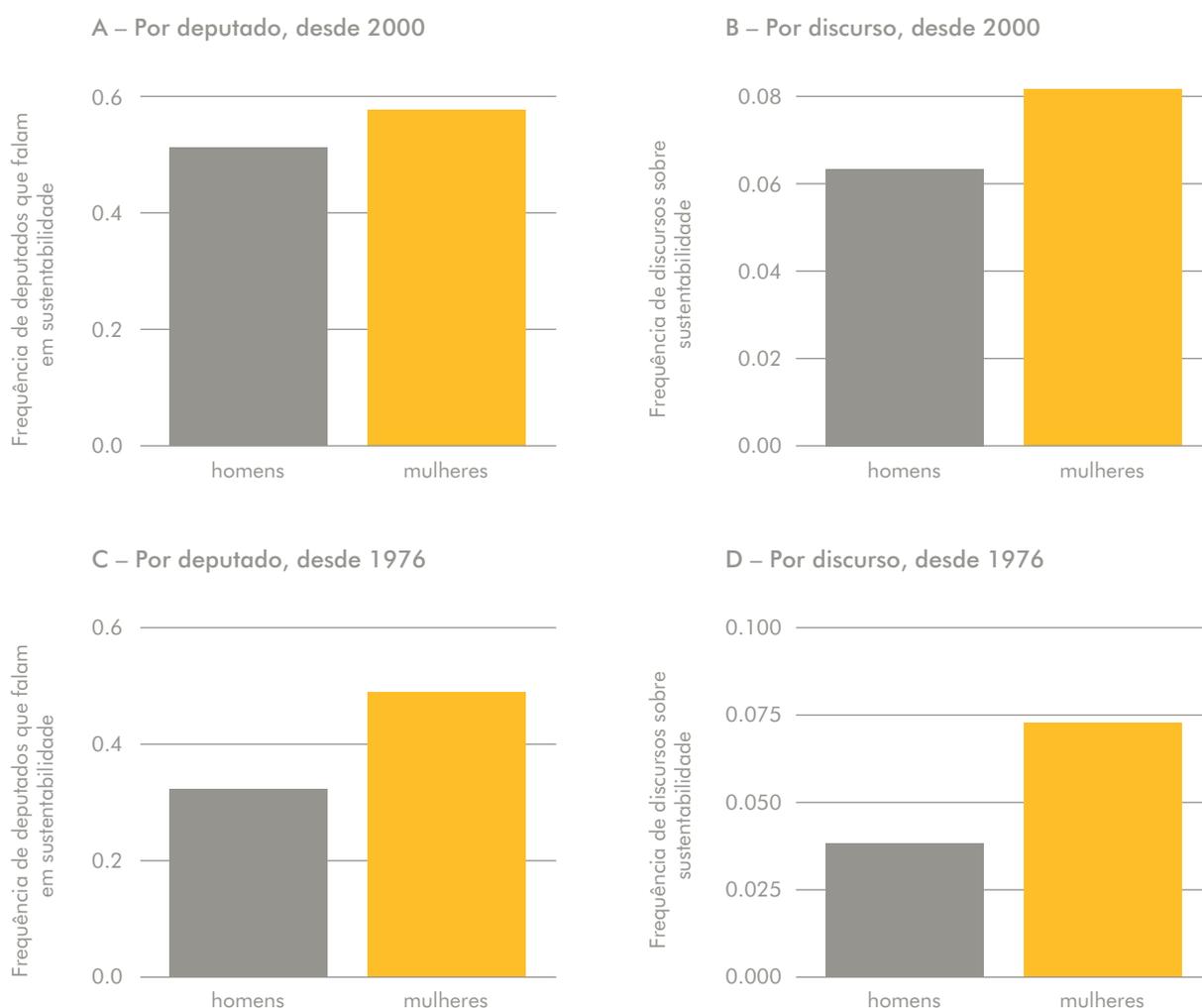


não diferentes entre si mas diferentes de PSD, PS e CDS. Aqui o efeito dos partidos pequenos desaparece e revelam-se as diferenças de discurso. No seu conjunto, os dados parecem indicar que uma grande proporção de oradores do BE e PCP falam em SDD, mas fazem-no poucas vezes, exactamente como acontecia nos discursos com menções a JI.

Usando os mesmos testes descritos anteriormente, verificamos que não existem diferenças de género (Figura 1.20A $p = 0.05$). No entanto, quando incluímos os discursos anteriores ao ano 2000, vemos diferenças significativas, $p < 0.001$ ((Figura 1.20C). Já se olharmos para a frequência de discursos, vemos diferenças de género, seja qual for o período temporal considerado (Figuras 1.20B e D $p \leq 0.01$).

Figura 1.20.

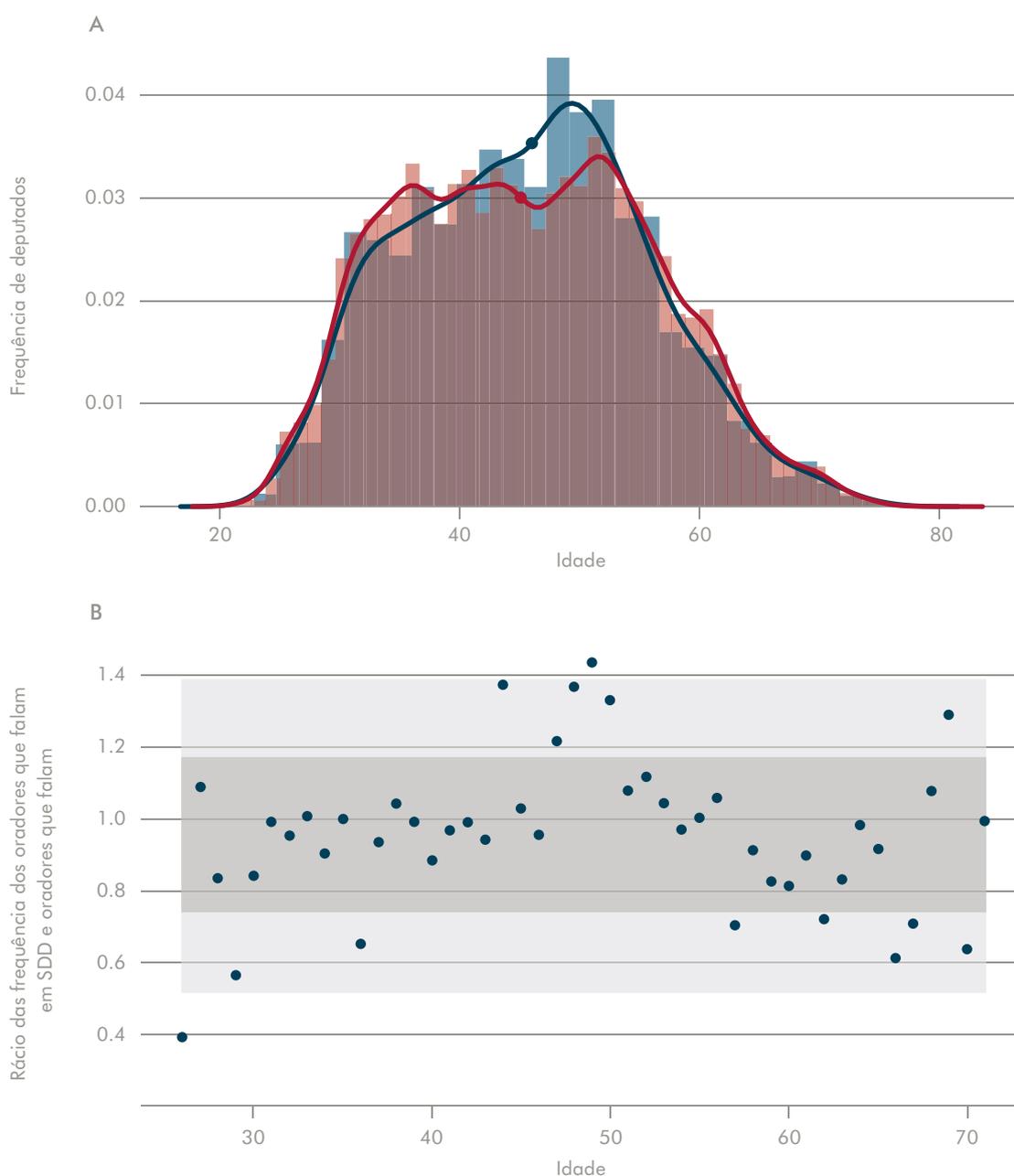
Painel A – Número de oradores de cada género que falaram em SDD, normalizado pelo número de oradores e MPs que passaram pelo parlamento desde 2000. Painel B – Número de discursos sobre SDD desde o ano 2000, normalizado pelo total de discursos de cada género. Painéis C e D – idênticos aos painéis A e B respectivamente, mas com informação desde 1976



Comparámos também a idade dos oradores quando falam em SDD e quando discursam em geral (Figura 1.21) e verificamos que, embora as medianas de idades não sejam diferentes (Kruskal-Wallis $p = 0.3$), as distribuições são, χ^2 , $p < 0.01$. Parece haver um excesso de deputados com cerca de 50 anos a falar em SDD.

Figura 1.21.

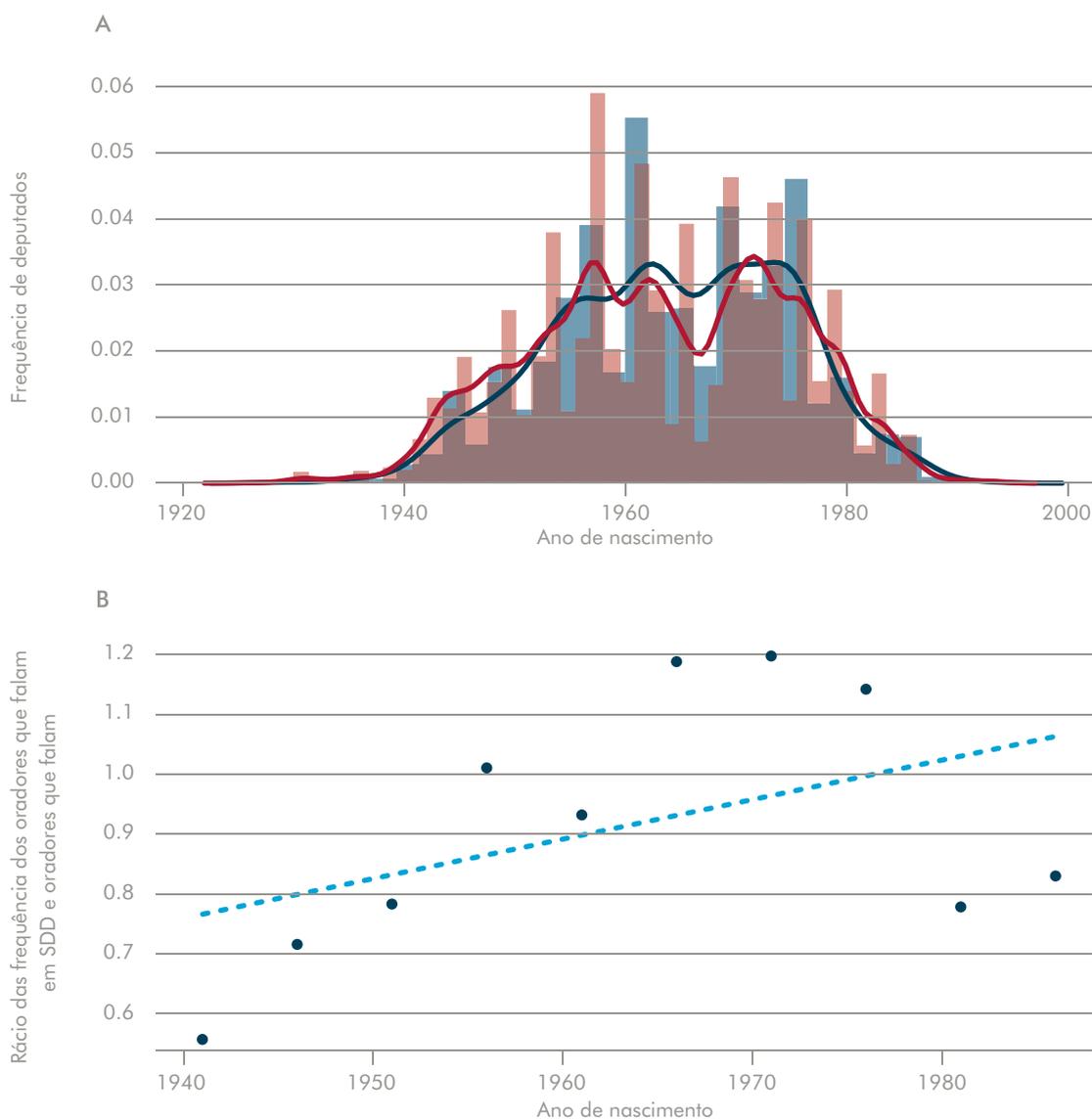
Painel A – Distribuição de idades dos oradores quando falam em SDD (azul) e no discurso geral (vermelho). No primeiro caso a mediana é 47 e no segundo é 46.3. Painel B – Rácio das frequências de oradores entre quem fala em SDD e quem fala em geral. Um rácio de 1 significa que a frequência de oradores daquela idade é igual entre as duas distribuições. Um valor acima de 1 indica um excesso de oradores que falam em SDD e abaixo de 1 indica que proporcionalmente há menos oradores daquela idade a falar em SDD. A caixa cinzenta engloba a média +/- 2 desvios padrão e a caixa mais escura representa a média +/- 1 desvio padrão. Os pontos fora destas caixas são considerados *outliers*



Dado que não encontramos um padrão muito claro nesta análise, fomos olhar para o ano de nascimento dos oradores. Quando olhamos para a distribuição dos anos de nascimento dos oradores e dos oradores que falam em SDD percebemos que quanto mais tarde nasceram os MPs, maior a probabilidade de falarem em SDD. A figura (Figura 1.22) mostra estes dados.

Figura 1.22.

Painel A – Distribuição de anos de nascimento dos oradores quando falam em SDD (azul) e no discurso geral (vermelho). No primeiro caso a mediana é 1963 e no segundo é 1965. **Painel B – Rácio das frequências de oradores entre quem fala em SDD e quem fala em geral.** Um rácio de 1 significa que a frequência de oradores que nasceram naquele ano é igual entre as duas distribuições. Um valor acima de 1 indica um excesso de oradores que falam em SDD e abaixo de 1 indica que proporcionalmente há menos oradores daquele ano de nascimento a falar em SDD. A linha representa a melhor recta de regressão que explica os dados. $R^2=0.46$ e a correlação não é significativa (correlação de Spearman $\rho=0.45$)



De modo a perceber um pouco melhor a interação entre ano de nascimento, género e partido, fizemos uma regressão cujos resultados estão na Tabela 1.7. Os resultados sugerem que tanto o ano de nascimento como o género têm um efeito, ou seja, um discurso sobre SDD tem mais 0.553 de probabilidade de ser proferido por uma mulher; e por cada ano a mais na data de nascimento, aumenta-se em 0.004 esta probabilidade. Já entre os partidos também há diferenças sendo que os discursos em SDD têm um decréscimo de probabilidade de serem proferidos pelo PCP e BE, tal como visto anteriormente.

De seguida, analisámos em maior pormenor as distribuições de número e frequência de discursos por orador. O objectivo é identificar dentro de cada partido quem mais fala em SDD, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. As Figuras 1.23A e B mostram estas duas distribuições, por partido. Os círculos representam *outliers*, ou seja, oradores que falam mais do que a maioria dos seus colegas de bancada, depois de restringir a análise aos que fizeram mais de cinco discursos ao longo da sua passagem pelo parlamento. A Tabela 1.8 mostra os nomes dos oradores que mais se destacaram dos seus partidos na frequência de discursos sobre SDD e a tabela no Anexo III mostra os oradores que mais se destacaram em termos absolutos, ou seja, os que têm o maior número de discursos a falar SDD. A Figura 1.24 mostra o padrão de temas para quadro oradores, dois dos quais membros do governo na altura (Vítor Gaspar e Pedro Passos Coelho). Estes dados demonstram que as razões para um orador falar de sustentabilidade podem ser muito diferentes.

Tabela 1.7.

Regressão logit da frequência de discursos que falam em SDD

| Características do orador | Coefficiente (erro padrão) |
|---------------------------|----------------------------|
| Ano de nascimento | 0.004* (0.002) |
| Género feminino | 0.21** (0.04) |
| BE | -1.9* (0.4) |
| CDS-PP | -1.6* (0.4) |
| PAN | -0.4 (0.5) |
| PCP | -2.2* (0.4) |
| PEV | -0.6 (0.4) |
| PS | -1.2* (0.4) |
| PSD | -1.3* (0.4) |
| Constante | -9 (3) |

* $p < 0.05$; ** $p < 0.001$

Os coeficientes da regressão logit são *logOdds*, ou seja são interpretados como o logaritmo da probabilidade de ter ou não ter uma determinada característica, por exemplo, 0.21 é o logaritmo do rácio da probabilidade de um discurso em JI vir de uma mulher e a probabilidade de vir de um homem.

Figura 1.23.

Distribuições do número (A) e frequência (B) de discursos sobre sustentabilidade por orador e por partido. A linha vermelha representa a mediana e a caixa representa os valores entre o primeiro e terceiro quartis. Os bigodes representam o terceiro quartil mais 1.5 vezes a diferença entre o primeiro e terceiro quartis. Os círculos representam *outliers* que ficam acima do topo do bigode

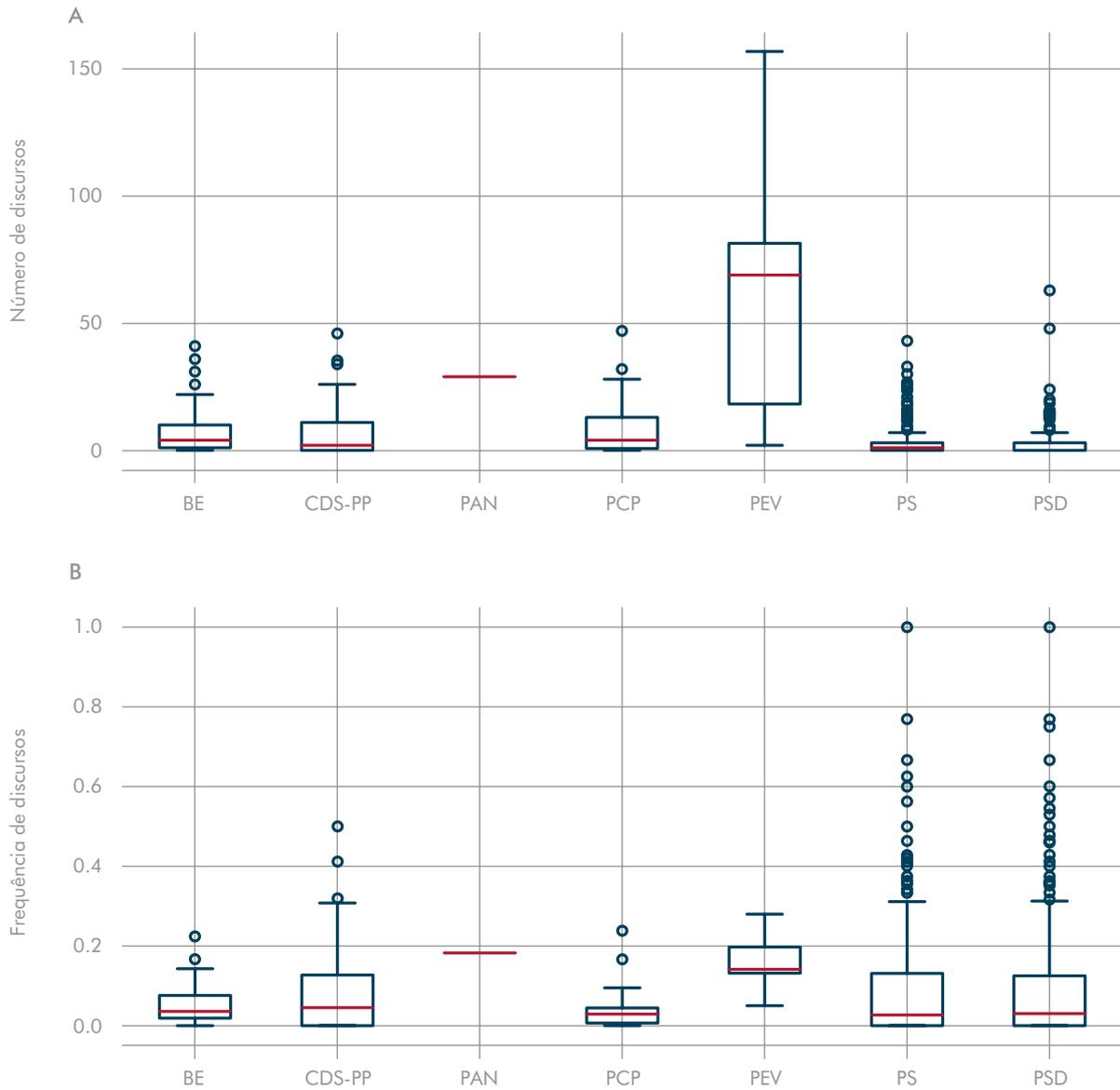


Tabela 1.8.

Oradores com uma maior frequência de discursos sobre sustentabilidade

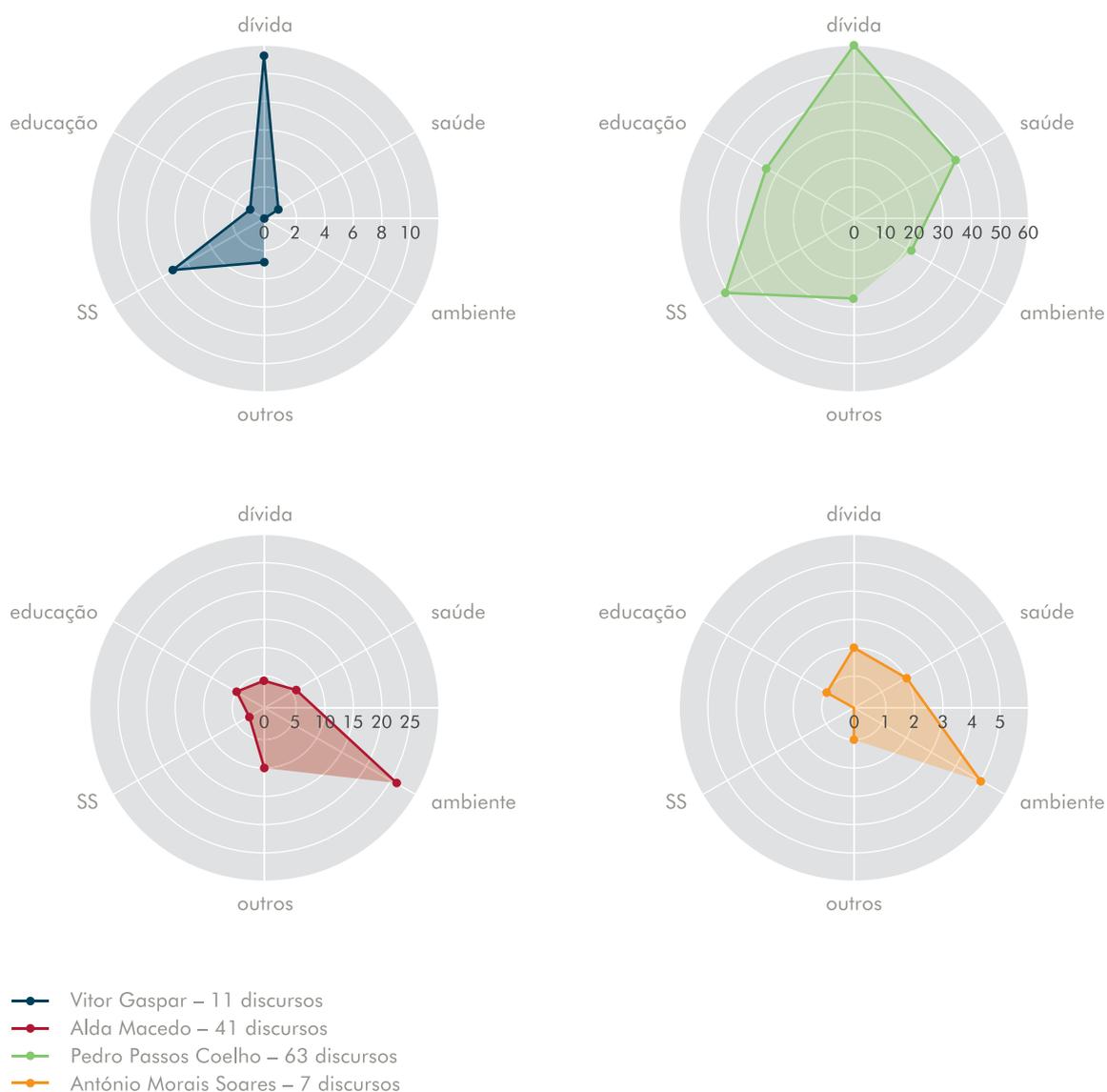
| Partido | Nome | Frequência de discursos |
|---------|--|-------------------------|
| BE | Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo | 0.22 |
| BE | Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro | 0.17 |
| CDS-PP | António Pedro Carvalho Morais Soares | 0.41 |
| CDS-PP | Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Neto | 0.32 |
| PCP | Eugénio Óscar Garcia da Rosa | 0.23 |
| PCP | Joaquim Manuel da Fonseca Matias | 0.17 |
| PS | Francisco Jose Ferreira da Rocha | 0.77 |
| PS | Ana Maria Teodoro Jorge | 0.62 |
| PS | Francisco Nunes Correia | 0.56 |
| PS | Marcos Sá Rodrigues | 0.50 |
| PS | Mário Lino | 0.50 |
| PS | José Vieira da Silva | 0.46 |
| PS | João Fernando Brum de Azevedo e Castro | 0.43 |
| PS | Jovita de Fátima Romano Ladeira | 0.42 |
| PS | Teixeira dos Santos | 0.41 |
| PS | Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa | 0.40 |
| PS | Luís Capoulas Santos | 0.37 |
| PS | Luís Garcia Braga da Cruz | 0.36 |
| PS | Luís Vieira | 0.36 |
| PS | Jaime Silva | 0.36 |
| PS | Maria Helena dos Santos André | 0.35 |
| PS | Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto | 0.34 |
| PS | Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto | 0.33 |
| PS | Alexandre Tiedtke Quintanilha | 0.33 |
| PS | Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues | 0.33 |
| PS | Domingos Ribeiro Pereira | 0.33 |
| PS | Rui Nobre Gonçalves | 0.33 |
| PS | Nuno Severiano Teixeira | 0.33 |
| PSD | Paulo Macedo | 0.77 |
| PSD | Isaltino Morais | 0.57 |
| PSD | António Fernando Couto dos Santos | 0.545 |
| PSD | Pedro Manuel Mamede Passos Coelho | 0.53 |
| PSD | Armando Sevinate Pinto | 0.50 |
| PSD | Miguel de Castro Neto | 0.50 |
| PSD | Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva | 0.48 |
| PSD | Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque | 0.46 |
| PSD | Vitor Gaspar | 0.46 |
| PSD | Paulo Simões Júlio | 0.43 |
| PSD | Álvaro Santos Pereira | 0.41 |
| PSD | Mário José Magalhães Ferreira | 0.40 |
| PSD | Laura Patrícia de Sousa Monteiro Magalhães | 0.40 |
| PSD | Fernando Ribeiro Marques | 0.37 |
| PSD | Odete Maria Loureiro da Silva | 0.36 |

Tabela 1.8. (continuação)

| | | |
|-----|--------------------------------------|------|
| PSD | Hélder Rosalino | 0.35 |
| PSD | António Bagão Félix | 0.35 |
| PSD | Hélder António Guerra de Sousa Silva | 0.33 |
| PSD | Sérgio Monteiro | 0.33 |
| PSD | Teresa de Jesus Costa Santos | 0.32 |

Figura 1.24.

Distribuição temática dos discursos sobre sustentabilidade de dois oradores e dois membros do governo. É de notar que o número de discursos total varia por orador e que existem vários discursos classificados em mais do que um tema



1.4.2. Análise por tema: Em que contextos se fala de sustentabilidade?

Como descrito na secção inicial, os discursos foram classificados em seis temas, baseados em palavras-chave. Para perceber como estes temas se distribuem pelos partidos voltámos a focar a análise no período pós ano 2000. A Figura 1.25A mostra, para cada partido, a distribuição temática e voltamos a notar que um mesmo discurso pode estar classificado em mais do que um tema.

Uma análise de χ^2 mostra que há diferenças entre os partidos ($p < 0.001$) e para perceber de onde vêm essas diferenças, fizemos uma análise de componentes principais (PCA). A Figura 1.25B mostra as duas componentes principais que explicam 87% e 7% da variância, respetivamente.

Figura 1.25.

A – Distribuição dos discursos de cada partido pelos temas identificados. B – Análise de componentes principais à frequência de discursos por tema e por partido



A primeira componente separa o PAN e o PEV dos outros partidos, enquanto que a segunda separa os partidos mais à direita dos mais à esquerda. Conforme descrito, não é trivial perceber quais as características que mais contribuem para a separação em componentes. No entanto, é possível correlacionar cada componente com cada um dos sub-temas. Assim, restringimos a análise aos dois primeiros componentes principais (estes explicam 94% das diferenças entre partidos) e a Tabela 1.9 mostra os valores destas correlações. Podemos perceber que o PAN e o PEV se destacam por falarem mais no contexto do ambiente e menos nos contextos da dívida e segurança social, e que o PSD e CDS falam mais em SDD no contexto da dívida e menos nos contextos da educação e segurança social do que PS/PCP/BE. Isto também é visível na Figura 1.25A. No Anexo II estão exemplos de alguns discursos por oradores dos vários partidos.

Tabela 1.9.

Correlação entre os componentes principais e os temas

| | ambiente | saúde | dívida | educação | SS | outros |
|------------------------|----------|-------|--------|----------|-------|--------|
| Componente Principal 1 | 0.49 | 0.31 | -0.48 | 0.035 | -0.62 | 0.19 |
| Componente Principal 2 | -0.24 | 0.32 | 0.57 | -0.45 | -0.54 | -0.14 |

Sustentabilidade no contexto de cada tema

Nesta secção focamo-nos nos cinco sub-temas e perguntamos quão frequente é referir sustentabilidade quando se fala da dívida, ou do ambiente, por exemplo. Começámos por analisar a dinâmica temporal de cada um dos cinco sub-temas, quer dentro da temática da SDD quer fora, desde o início da Terceira República (1976) até Julho de 2018. Nos gráficos da Figura 1.26 estão representados o número de discursos que incluem SDD (azul) e o total de discursos de cada tema, ou contexto (laranja). Estão ainda representados os rácios entre estes dois valores para cada tema. Embora o número de discursos sobre SDD seja baixo, como já tínhamos visto, a tendência parece ser de aumento em todos os temas. Levanta-se assim a pergunta, será que as referências SDD estão a aumentar apenas porque estes cinco sub-temas (ou contextos) se tornaram mais populares? Tal como na JI, o aumento das menções a SDD tem uma dinâmica própria e independente do contexto onde se inserem. Isto porque verificámos que os temas dentro de SDD aumentam de uma forma bastante correlacionada (Figura 1.27A). Fora do tema SDD (Figura 1.27B), essa correlação é bastante menor.

Tal como na JI, o ambiente e dívida são os que menos estão correlacionados, sendo que essa correlação torna-se negativa durante a grande recessão Figura 1.27A.

Figura 1.26.

Dinâmica temporal dos temas selecionados quer no contexto da sustentabilidade (azul) quer fora dele (amarelo). Os gráficos que apenas têm uma linha azul representam o rácio entre os valores a azul e a amarelo. Nestes últimos, a média global aparece como texto dentro do painel respectivo

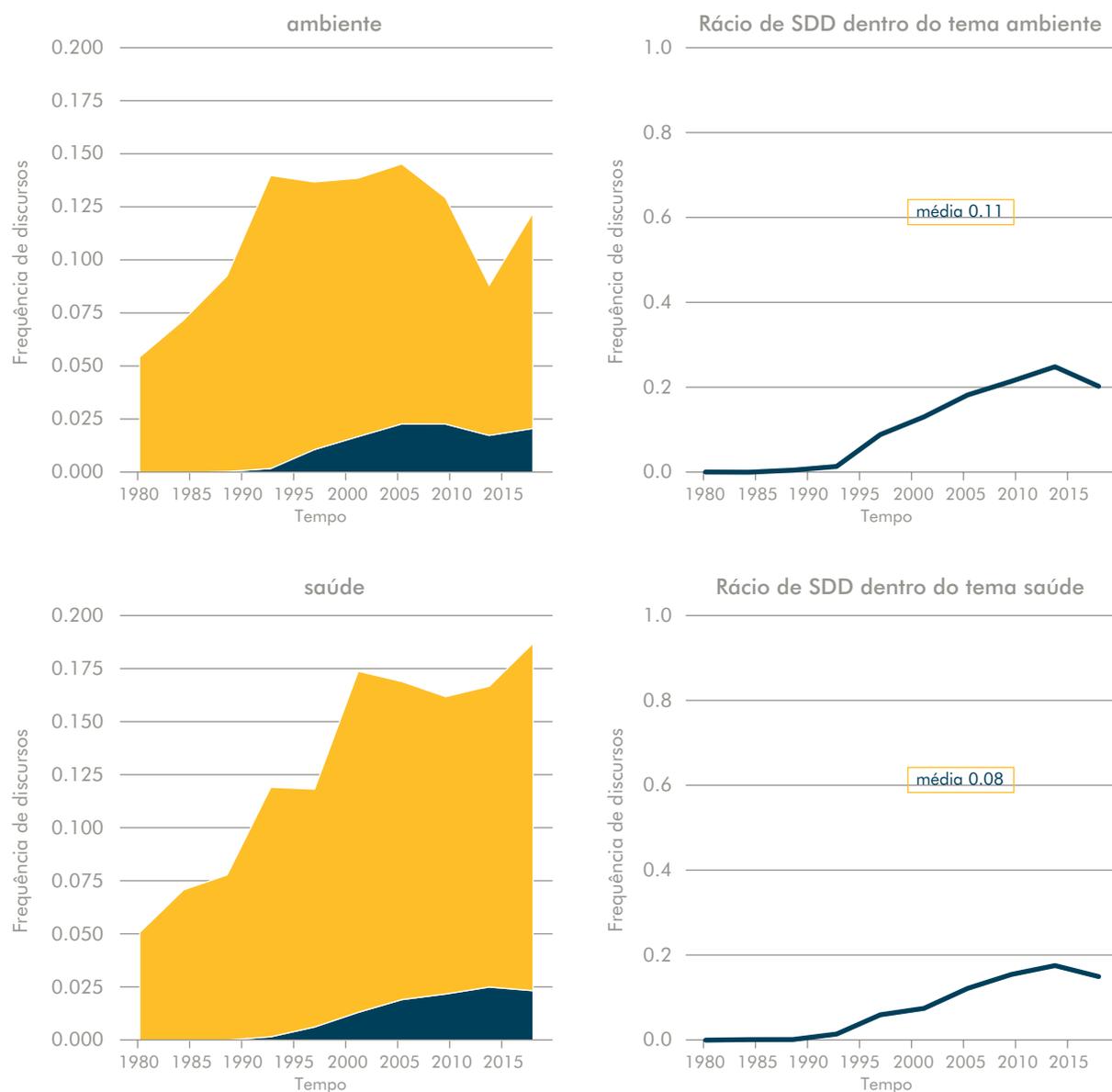


Figura 1.26. (continuação)

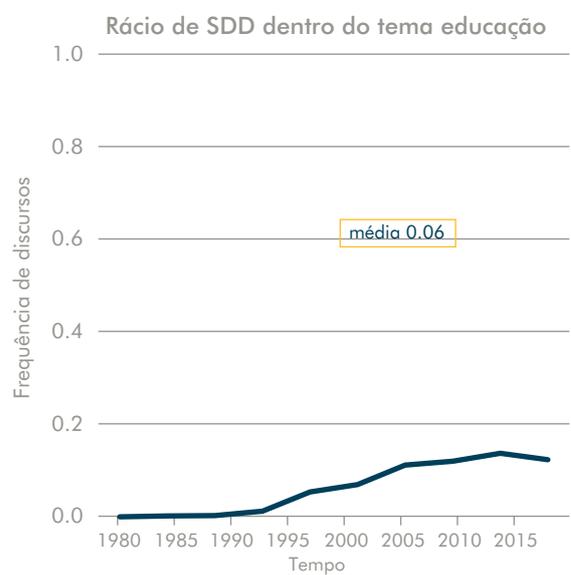
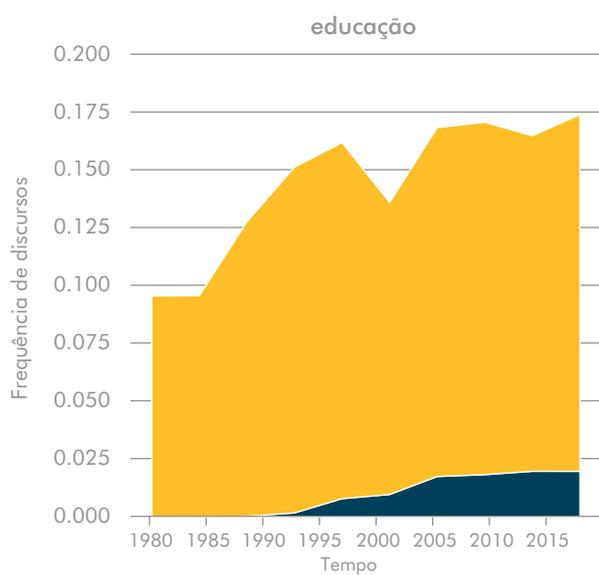
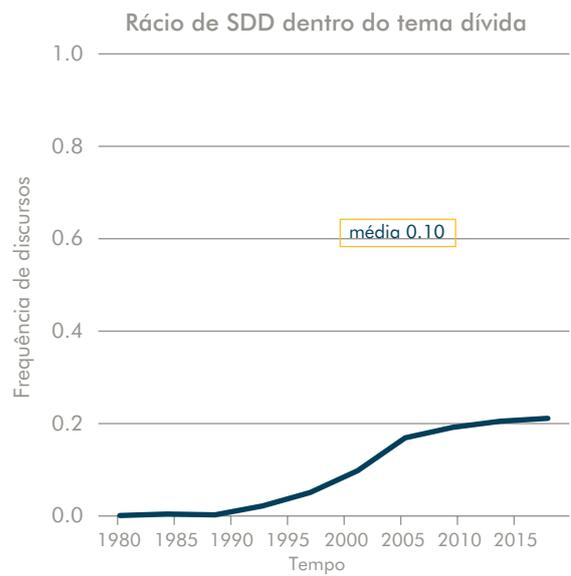
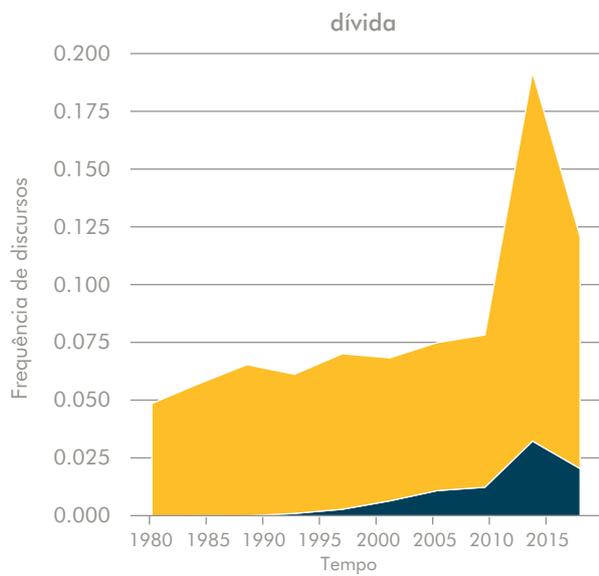
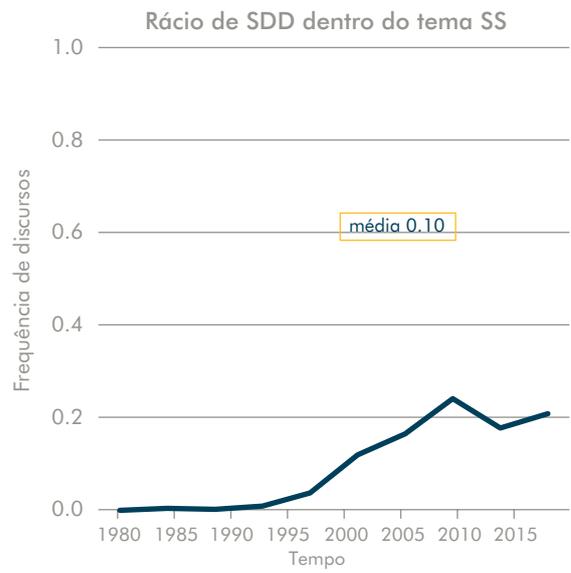
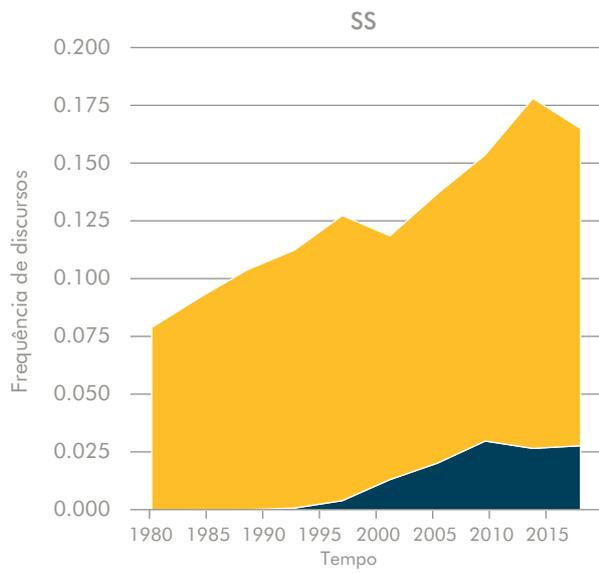
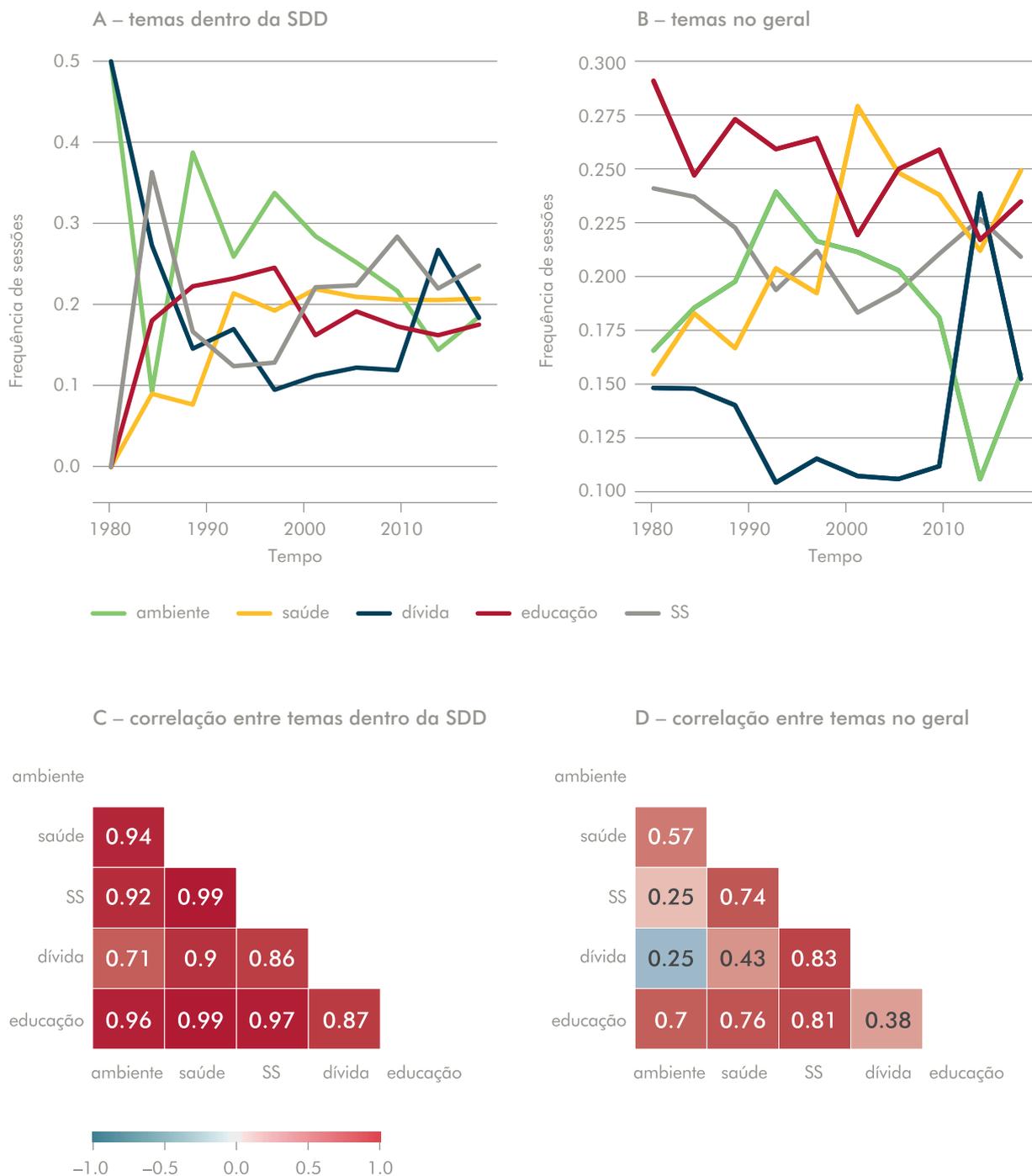


Figura 1.27.

Correlação entre as frequências de discursos de cada tema, quer dentro dos discursos em SDD (esquerda), quer na totalidade de discursos (direita).
Os painéis A e B mostram as frequências relativas de cada tema e os painéis C e D mostram os fatores de correlação de Pearson



1.5. PARLAMENTO – DISCUSSÃO CRÍTICA

1.5.1. Análise de conteúdo e palavras-chave

Ao contrário do que acontece com os artigos de notícias (Capítulo 2), não nos é possível fazer uma análise de conteúdo ou palavras-chave aos discursos parlamentares. Se o fizermos, obtemos principalmente palavras relativas a procedimentos próprios da instituição como “Presidente”, “deputado”, “votação”, etc. Isto deve-se, por um lado, ao facto destes termos terem de ser usados por força dos protocolos existentes, e por outro à linguagem dos debates ser consideravelmente diferente do português usado nos jornais, ou falado no dia-a-dia pela população. Para obter significado deste tipo de análise, teríamos de eliminar todas as palavras mais comuns, o que, sendo possível, se torna demasiado subjetivo. No entanto, através da análise semi-manual e curadoria manual feita anteriormente (ver também anexos) parece-nos muito improvável que acrescentar termos ou fazer uma análise dos conteúdos mais computacional fosse revelar mais temas ou tópicos gerais que ainda não tenham sido descritos.

1.5.2. Conclusões – Discurso político

Os temas da justiça intergeracional e sustentabilidade têm vindo a aumentar nas discussões parlamentares aos longo dos últimos anos. As menções a sustentabilidade são cerca de 5 vezes mais comuns do que as menções a justiça intergeracional, mas ambos os temas apresentam padrões semelhantes. Tal como no caso da JI, a SDD aparece muito associada a sub-temas como a dívida, a segurança social, a educação, a saúde e o ambiente. Houve um pico na discussão em SDD entre 2010 e 2015, provavelmente motivado pela crise financeira (Figura 1.9 e Figura 1.18) pois a dívida foi o sub-tema que mais aumentou nesta altura (Figura 1.6 e Figura 1.7). Seria de esperar que, caso a economia continuasse a recuperar, se observasse uma pequena redução, mas com uma tendência geral de subida. Nesse caso, seria possível que o tema dominante voltasse a ser o ambiente, que já mostrou sinais de subida quer no contexto da SDD (Figura 1.6 e Figura 1.7), quer fora dele (Figura 1.16 e Figura 1.17, último painel), até 2018. No caso de JI, o pico começa em 2005 e termina também com o final da crise em 2015. Não é claro o que motiva o aumento em 2005, mais uma vez pode ser causado pelo aumento dos discursos classificados nos diferentes sub-temas.

Em termos de diferenças partidárias na discussão do tema: as diferenças mais fortes vêm do PCP e BE que falam menos frequentemente em sustentabilidade do que os restantes. No caso do PCP poderá ser devido à coligação com o PEV, que concentra um maior interesse pela sustentabilidade ambiental. Os oradores comunistas estariam assim “libertos” para falarem de outros assuntos. No caso do BE é menos claro. Não podemos à partida excluir que estes partidos mencionem igualmente sustentabilidade mas usem termos que não levámos em consideração e só uma leitura exaustiva dos debates poderia ajudar a identificar essas eventuais diferenças.

Quanto aos oradores que se destacam dos seus partidos (Tabela 1.8), encontramos vários membros do governo liderado por Pedro Passos Coelho. Mais uma vez, este fenómeno poderá dever-se à crise económica durante a qual este governo exerceu funções. Por outro lado, entre os oradores que falam mais frequentemente em JI, mais de um terço desempenhou em alguma altura tarefas governativas, tanto em Governos liderados pelo PS como pelo PSD, o que é uma grande sobre-representação em relação aos 8% de deputados que estiveram alguma vez no Governo. Isto pode indicar que a questão da JI está mais presente nos MGs do que nos MPs em geral e poderá justificar uma análise mais aprofundada.

Na análise temática, percebemos que existe uma forte separação entre partidos, com o PEV e PAN a destacarem-se por falarem mais em ambiente e saúde e menos em dívida e segurança social. Mais uma vez, esta observação poderá dever-se às particularidades destes dois partidos. Por outro lado, conseguimos ver uma distinção também clara (embora menos pronunciada) entre partidos de esquerda e direita, com o CDS-PP e PSD a falarem mais em dívida e saúde, e menos em educação e segurança social.

Estas observações podem ser relevantes em diferentes contextos e ajudar a definir estratégias para ações concertadas no Parlamento. Também seria importante comparar estes resultados com os obtidos no estudo de inquérito aos parlamentares.

Em resumo, o discurso político, pelo menos nas discussões plenárias do Parlamento, tem vindo a incluir cada vez mais menções a SDD e JI, particularmente nos contextos do ambiente, segurança social (SS) e dívida. As secções seguintes dedicam-se a tentar perceber se este efeito também é visível fora do Parlamento, nomeadamente nos jornais e nas redes sociais.

2.

IMPRESA ESCRITA *ONLINE*



Neste capítulo analisamos a presença dos temas JI e SDD em três jornais nacionais de grande tiragem e com forte presença online. A secção 2.1 justifica a seleção e as secções 2.2 e 2.3 analisam a presença de JI e SDD, respectivamente. Dentro de cada uma destas secções é feita a análise temporal, temática (ou de contexto) e de conteúdo.

2.1. SELEÇÃO DE JORNAIS, NOTÍCIAS E DIVISÃO TEMÁTICA

Do universo de todos os jornais portugueses generalistas, com presença *online*, seleccionámos os três jornais listados como tendo o maior número de visitas (<https://www.marktest.com/wap/a/n/id~1c4c.aspx>). São estes o Público (www.publico.pt), o Expresso (www.expresso.pt) e o Correio da Manhã (CM, www.cmjornal.pt). Para esta análise considerámos o período entre Janeiro de 2007 e Dezembro de 2018. Note-se que o período temporal da análise dos jornais é inferior ao da análise do Parlamento devido à baixa disponibilidade de dados em anos anteriores, sendo que o jornal Expresso só disponibiliza dados a partir desse ano.

A obtenção de notícias nestes três jornais foi automatizada através dos próprios motores de busca de cada jornal. Presume-se portanto que a extração tenha a maior cobertura possível de notícias. Por uma questão de coerência aplicámos os mesmos critérios utilizados na análise do Parlamento para a obtenção de notícias: filtrámos notícias com as palavras-chave *intergeracional*, *gerações vindouras* e *gerações futuras* como primeira abordagem, definindo o dataset **Intergeracional (JI)**. Note-se que o termo *Justiça intergeracional* é pouco referido nos média portugueses, daí termos utilizado estas três palavras-chave. Ainda assim fomos confrontados com um baixo volume de resultados, portanto decidimos expandir a pesquisa com a palavra-chave *sustentabilidade*, definindo o dataset **Sustentabilidade (SDD)**. As palavras-chave foram pesquisadas no título, *lead* e corpo das notícias. A análise destes dois temas é feita em separado nas próximas secções.

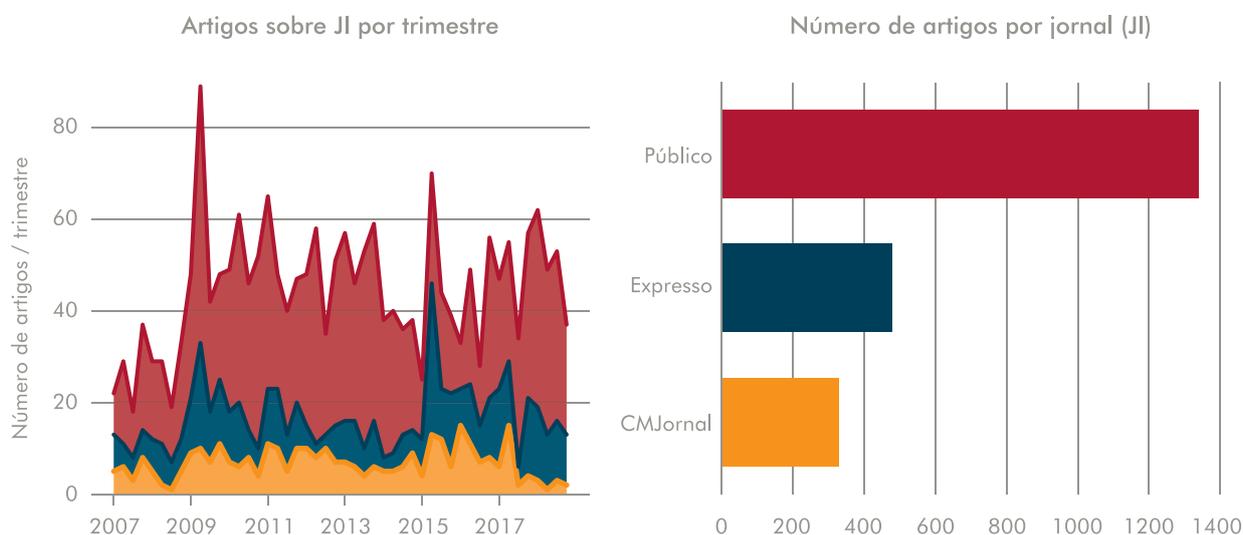
2.2. JORNAIS ONLINE – JUSTIÇA INTERGERACIONAL

2.2.1. Análise Temporal: Como variam as notícias de Justiça Intergeracional ao longo do tempo?

Figura 2.1.

Volume de notícias por trimestre por jornal (esquerda) e total de notícias por jornal (direita)

○ Público está a vermelho, o Expresso a azul e o CM a amarelo



Obtivemos um total de 2148 artigos no *dataset* JI. O volume de notícias variou nos três jornais durante o período contemplado. O Público publicou no total mais artigos (1340) que o Expresso (480) e o Correio da Manhã (328) (Figura 2.1). Fazendo a média por trimestre, o Público publicou cerca de 28 artigos, o Expresso 10 e o CM 7, mas com grande variação trimestral. No primeiro trimestre de 2009 observa-se um pico de artigos no Público e no Expresso, mas não no CM. O Expresso tem outro pico expressivo durante o primeiro trimestre de 2015, sem grande expressão nos outros dois jornais. Em geral, as correlações entre as séries temporais dos três jornais são baixas e não significativas (entre Público e CM, $\rho=0.0004$, entre Público e Expresso $\rho=0.18$ e entre Expresso e CM $\rho=0.22$, sempre usando o método de Spearman).

De modo a perceber se de facto o Público publica mais sobre o tema que os outros jornais, precisamos de uma contagem geral de artigos. O método de *scraping* que usámos para obter estes artigos não permite esse tipo de análise, porque não retorna o número total. Usámos então a *Media Cloud* (<https://mediacloud.org/>) que permite obter dados de vários jornais. Esta plataforma só tem informação desde 2013, sendo que nos primeiros anos tem algumas falhas.

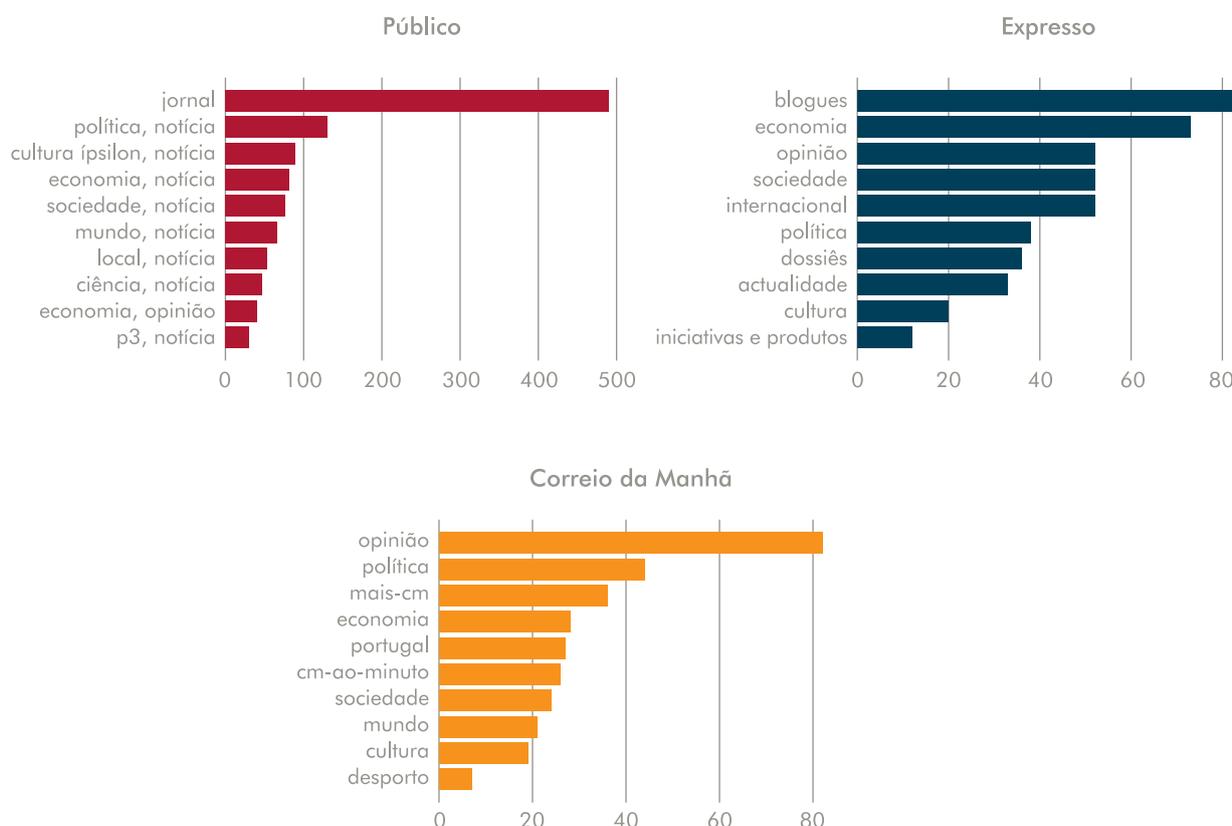
Por exemplo, falta o ano de 2014 aos registos do Correio da Manhã. Deste modo, optámos por contar todos os artigos publicados em 2017 e 2018 por cada jornal. Esses valores são: 68 784 no Público, 50 867 no Expresso e 104 773 no Correio da Manhã. Se assumirmos que a quantidade relativa de artigos se mantém de 2007 a 2018, podemos calcular a taxa de artigos que falam em justiça intergeracional para cada jornal e obtemos 0.33% no Público, 0.16% no Expresso e 0.05% no Correio da Manhã.

2.2.2. Análise temática: em que contextos se fala de justiça intergeracional?

Categorias dos artigos

Figura 2.2.

Top 10 da contagem de categorias das notícias extraídas dos jornais, dentro dos artigos classificados em JI. As categorias foram extraídas dos links (URL) de cada artigo, que variam de jornal para jornal. No caso do Público, o URL fornece dois tipos de classificação: o tipo de artigo e a temática em que está inserido. Grande parte dos artigos contém apenas o tipo de artigo e não a temática. No caso do CM as categorias 'cm-ao-minuto', 'exclusivos' e 'tv-media' também não permitem conhecer o tema dos artigos



Os três jornais informam a categoria a que cada artigo pertence. Durante a extração automática de artigos optámos por extrair esta informação directamente dos links (por exemplo, o artigo “cmjornal.pt/portugal/detalhe/57-jovens-fazem-censo-de-idosos” pertence à categoria ‘portugal’ no CM). No entanto, note-se que há uma elevada heterogeneidade nas categorias dos diferentes jornais. O Público, por exemplo, possui dois tipos de categorias em alguns artigos: uma que informa o tipo de artigo e outra a temática em que se insere. Pode-se observar na Figura 2.2 que prevalecem, nos três jornais, as categorias de Economia, Sociedade e Política e, no caso do CM e no Expresso existe um elevado número de artigos de opinião. Extraímos então os artigos identificados como sendo de opinião (de forma automática) e o Anexo IV mostra os cronistas que mencionam JI em pelo menos duas das suas crónicas. É importante notar que alguns autores escrevem muito mais do que outros pelo que estes números absolutos não informam de todo sobre a frequência ou a relevância dada ao tema. No entanto, pode ser interessante identificar os autores que mais se dedicam a este tema, para abordagens futuras. Note-se também que o método utilizado não permite inferir a temática dos artigos que se inserem na categoria ‘cm-ao-minuto’ do CM ou ‘jornal’ do Público.

Para entender melhor o contexto da discussão de JI nos média portugueses consideramos uma análise análoga à do parlamento, onde definimos 6 categorias cuja inclusão depende da presença de palavras-chave específicas (Tabela 1.1). Deste modo, conseguimos classificar 70% (1508) dos artigos sendo 28% classificados no sub-tema ambiente, 25% educação, 19% segurança social, 14% dívida, 10% saúde e 5% classificados como outros (Figura 2.3). A atenção dos média à temática do ambiente foi inicialmente elevada, mas decresce entre 2011 e 2015, a partir de onde volta a expressar valores mais elevados. A dinâmica temporal das temáticas da dívida e segurança social revela um padrão inverso ao do ambiente, com valores inicialmente baixos que aumentam de expressão durante os anos da crise, diminuindo depois a partir de 2015-2016 (Figura 2.3). De facto, a tendência temporal dos artigos do tema ambiente estão negativamente correlacionados com a dívida ($p = -0.9$, $p < 0.001$). Isto é semelhante ao observado no estudo dos debates parlamentares pelo que tentámos compreender qual a sobreposição destes temas com referências à política nacional.

De modo a continuar a comparação com o Parlamento, calculámos a proporção de artigos dentro de cada temática que contém palavras-chave relacionadas com política parlamentar, por exemplo “Assembleia da República” e referências a partidos políticos. É interessante notar que a maioria dos artigos das temáticas dívida, segurança social, saúde e outros estão associadas à política parlamentar mas isso não acontece com os artigos incluídos no sub-tema do ambiente (Figura 2.3 a sombreado).

Uma vez que uma parte substancial dos artigos classificados estão associados a política parlamentar, procurámos entender a co-ocorrência dos artigos de cada tema com referências a partidos políticos. Analogamente ao critério de inclusão das temáticas, só consideramos a associação de cada artigo a um partido se esse partido é referido pelo menos duas vezes no artigo (seja pelo acrónimo ou por extenso). Note-se que cada artigo pode ter referências a mais do que um partido.

Figura 2.3.

Distribuição temática de artigos ao longo do tempo (esquerda) e total (direita) com base nas palavras-chave definidas na Tabela 1.1.

No gráfico da esquerda o sombreado a branco representa a proporção de artigos que incluem termos associados à política (assembleia da república, governo, ministros, partidos políticos, etc)

Artigos por categoria, normalizado pelo total de artigos

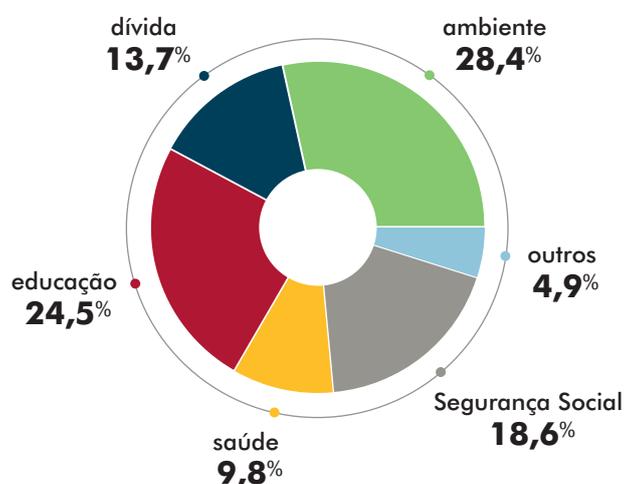
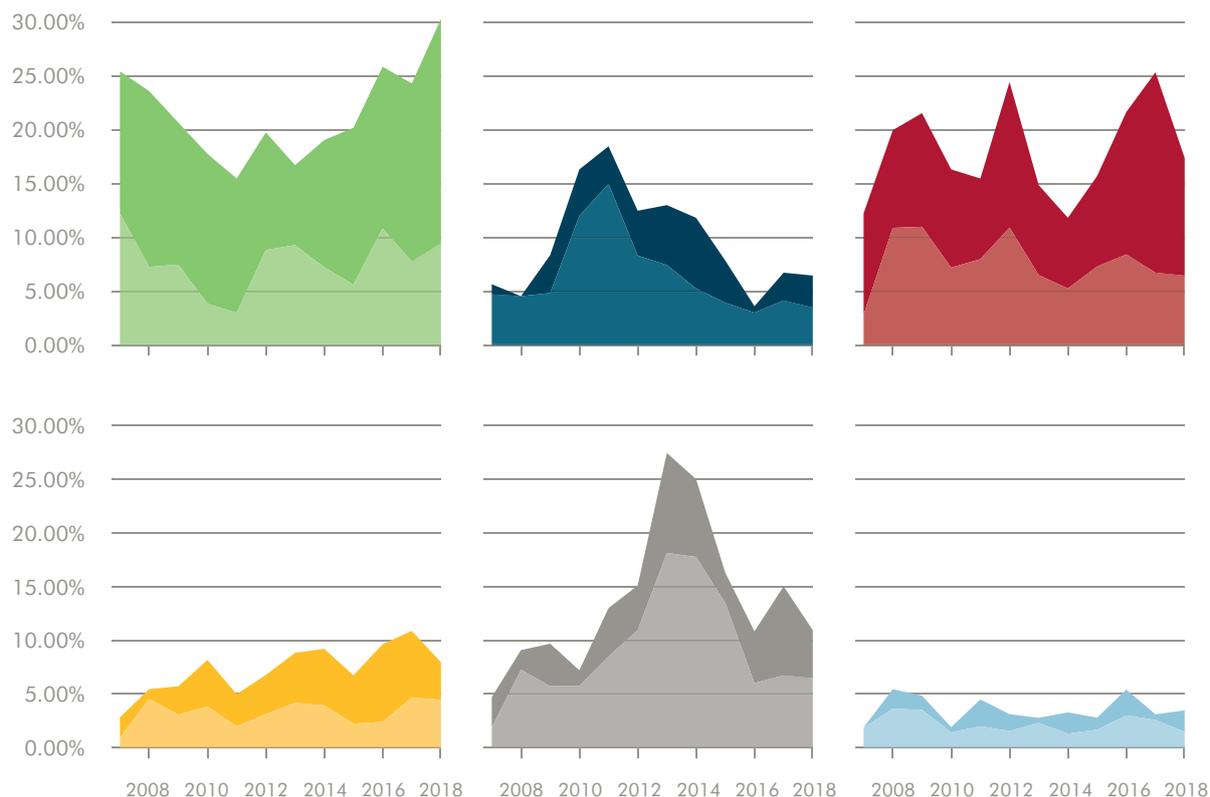
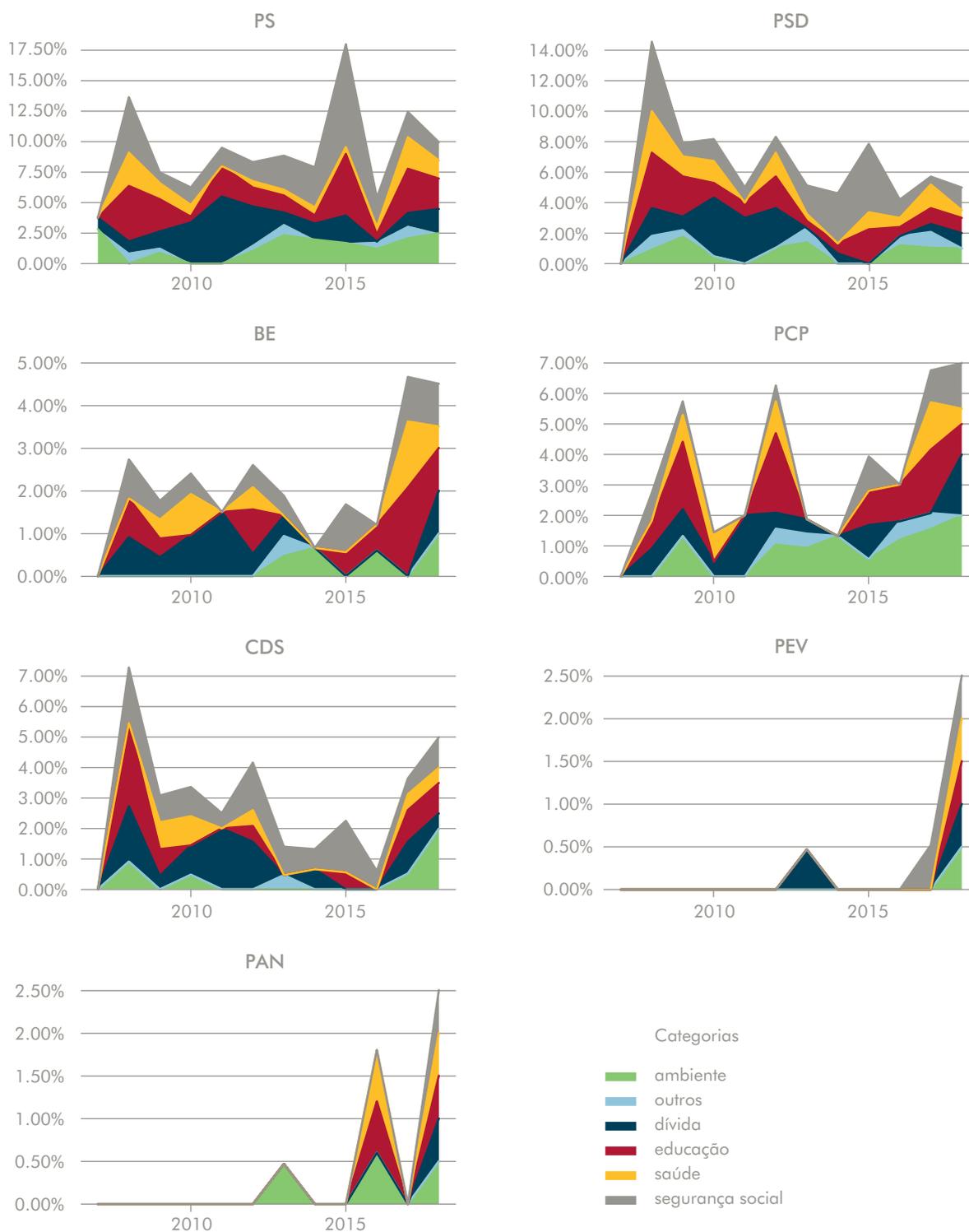


Figura 2.4.
**Dinâmica temporal (por ano) das notícias do dataset agregado,
 por temática e por partido**

Os dados foram normalizados pelo total de artigos por ano

Dinâmica temporal de artigos com referências a partidos (por categoria)



A Figura 2.4 valida a questão da baixa politização dos artigos da temática ambiente (verde), que apesar de ser a temática com mais publicações é, na generalidade, das menos associadas a referências a partidos políticos. Já a SS (cinzento) parece ser a temática mais comum, seguida da educação (vermelho) e dívida (azul escuro).

O PS foi o partido que atingiu uma maior expressão nos artigos extraídos e classificados como mencionando JI. O volume de artigos associado ao PS manteve-se relativamente equilibrado ao longo do tempo, à excepção do notável pico em 2015, principalmente associado à SS. Este pico, também observado no caso do PSD e CDS é referente ao pico de artigos de JI observado no primeiro trimestre de 2015 (ver Figura 2.1), principalmente em Maio de 2015, ainda em período de governação PSD e CDS. Note-se que o BE, PCP-PEV e PAN não tiveram expressão neste pico de 2015. No entanto, desde as eleições de 2015 que a expressão destes partidos nos artigos relacionados com SDD e JI tem vindo progressivamente a aumentar, chegando mesmo a quadruplicar no caso do BE em relação ao período “pré-Geringonça”. Os seguintes títulos de artigos exemplificam o debate político:

PSD pede “consenso” e “serenidade” para sustentabilidade da segurança social (*in Público, 26-05-2015*)

Costa acusa coligação de “falta de coragem” para assumir solução para a segurança social (*in Público, 30-05-2015*)

António Costa não cede na baixa da TSU dos trabalhadores (*in Expresso, 28-05-2015*)

Para perceber como os temas se distribuem pelos partidos calculámos a proporção de cada tema por partido. Podem-se observar, na Figura 2.5A, diferenças entre os diferentes partidos (não significativas, análise de χ^2 , $p > 0.05$). De modo a entender estas diferenças mais pormenorizadamente fizemos uma análise de componentes principais (PCA) com as frequências de temas por partido. As duas primeiras componentes principais explicam 79% dos e 11% dos dados, respetivamente. A primeira componente tem uma correlação positiva com o ambiente e negativa com a SS, e a segunda componente está maioritariamente associada (inversamente) ao sub-tema da educação (Tabela 2.1).

Pode-se observar que a primeira componente separa o PAN e o PCP dos restantes partidos e a segunda componente separa o PEV, o CDS e os restantes três partidos. Isto poderá indicar que os artigos que referem o PAN e o PCP estão mais associados ao ambiente e menos à segurança social e que os artigos que referem o PEV estão menos associados à educação. Este resultado é um pouco diferente do observado no parlamento e na SDD (mais à frente neste relatório). Isto poderá dever-se ao reduzido número de artigos sobre JI, ou a uma diferença no modo como os partidos são mencionados pelos jornais no contexto da JI.

Figura 2.5.

A – Distribuição dos artigos com tema identificado com referências a cada partido. B – Análise de componentes principais à frequência de artigos por tema e por partido. Ver a Tabela 2.1 para interpretar as componentes principais 1 e 2



Tabela 2.1.

Correlação entre a componente principal 1 (CP1) e componente principal 2 (CP2) com cada tema. Uma correlação elevada (positiva ou negativa) implica que um tema tem um elevado peso nesta componente

| | ambiente | dívida | educação | saúde | SS | outros |
|------------------------|----------|--------|----------|-------|--------|--------|
| Componente Principal 1 | 0.633 | -0.39 | 0.17 | 0.21 | -0.621 | -0.014 |
| Componente Principal 2 | 0.41 | 0.082 | -0.71 | 0.30 | 0.29 | -0.37 |

2.2.3. Análise do conteúdo dos artigos

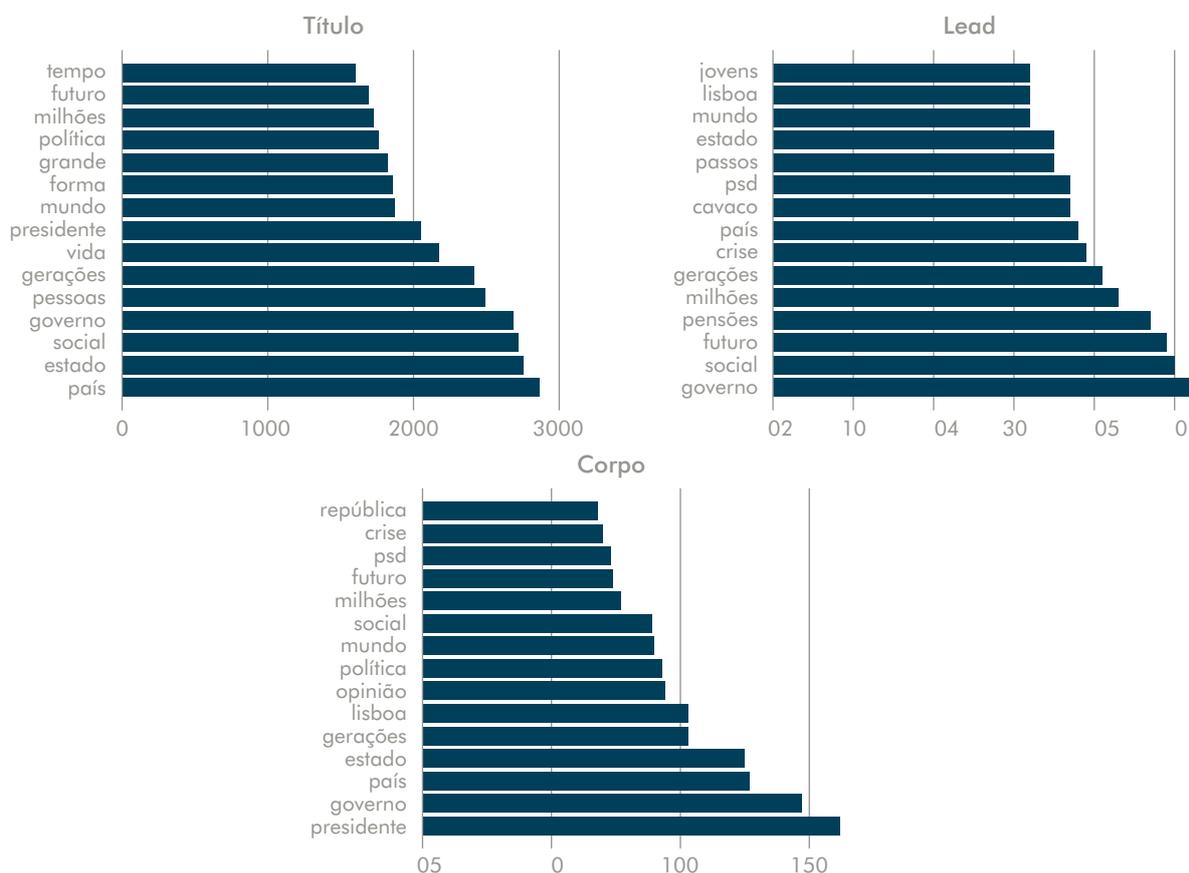
Uma vez que estamos a lidar com uma escala de milhares de artigos é difícil analisar o conteúdo de cada um. No entanto, há métodos de análise de texto que permitem ter uma noção geral do conteúdo destes artigos. Deste modo, optámos por calcular a contagem de palavras nos artigos, após a filtragem de palavras pouco informativas (“palavras vazias”, ou “stop words”), como determinantes (o, a, de), acentos, números, entre outros.

Contagem de palavras nos títulos, *leads* e corpo dos artigos

O título, *lead* e corpo dos artigos diferem na quantidade de informação que cada um fornece. Deste modo, para esta análise optámos por fazer a contagem de palavras separadamente nos três segmentos que constituem um artigo.

Figura 2.6.

Contagem do top 15 de palavras no título, *lead* e corpo do dataset JI



Na Figura 2.6 pode observar-se que há uma prevalência de termos associados à política e economia e pensões, tanto no título como no *lead* e no corpo dos artigos. A nível de figuras políticas há referências a Passos Coelho, Cavaco Silva, e ao PSD. Note-se aqui que o Público não segue o acordo ortográfico (1990) ao contrário do CM e do Expresso, havendo alguma ambiguidade na contagem de palavras iguais. No entanto, este factor não deverá alterar significativamente os gráficos apresentados, até porque esta opção ortográfica não afeta nenhum dos termos principais utilizados quer nas pesquisas quer nas classificações.

Assim, repetimos a mesma análise para todos os jornais e para cada ano, de modo a obter uma noção da dinâmica temporal do conteúdo dos artigos. As Figuras 2.7, 2.8 e 2.9 mostram a contagem de palavras por ano do *título*, *lead* e *corpo* dos artigos, respetivamente.

Figura 2.7.
Contagem das top 15 palavras do *título* das notícias classificadas em JI por ano



Figura 2.8.
Contagem das top 15 palavras do lead das notícias classificadas em JI por ano

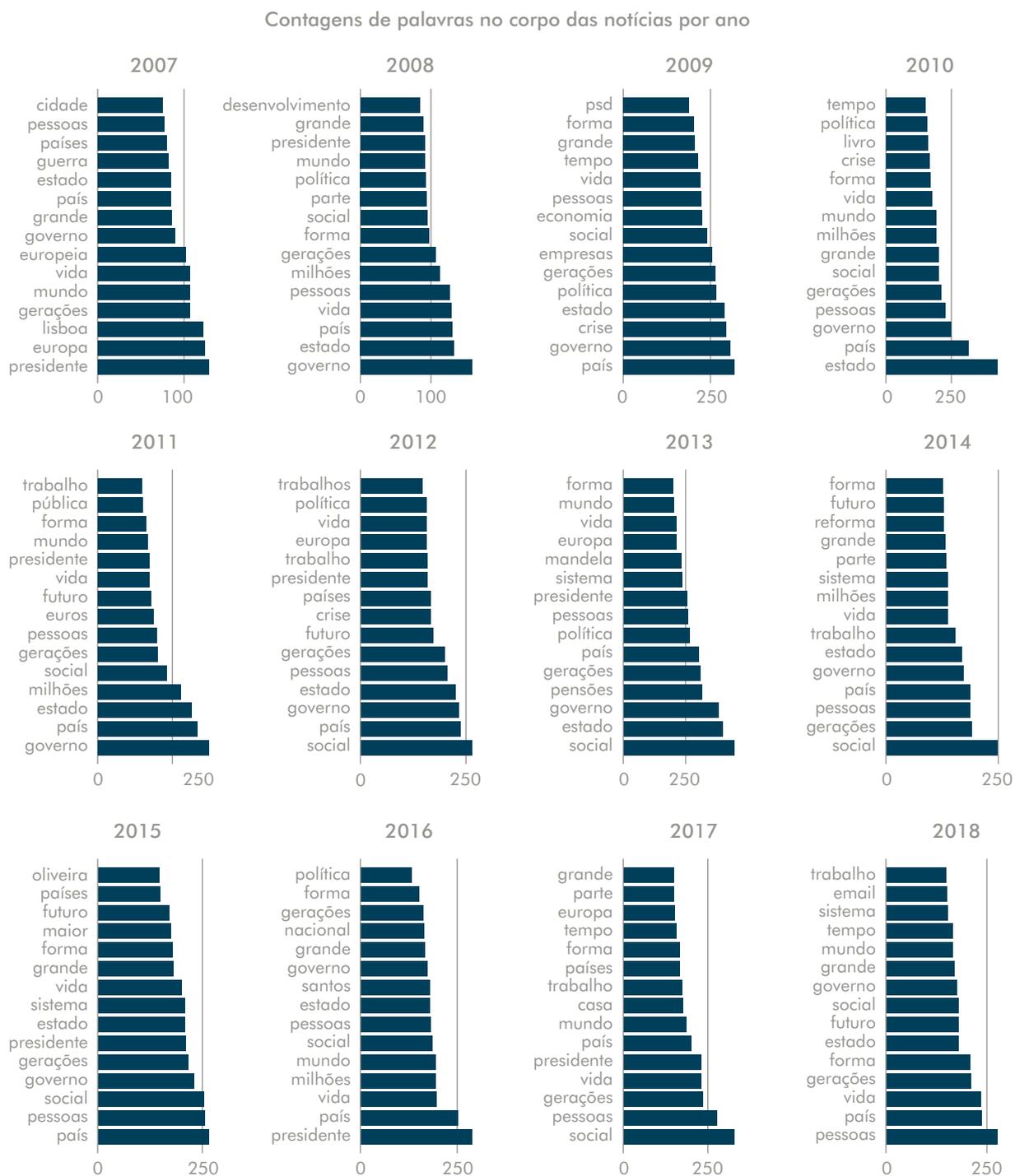


Figura 2.9.
Contagem das top 15 palavras do corpo das notícias classificadas em JI por ano



As palavras **governo**, **milhões** e **pensões** continuam a ser bastante prevalentes, ano após ano, tanto nos títulos, como *leads* e corpo dos artigos, o que indica que um conjunto substancial dos artigos extraídos está associado à política, economia e segurança social. Em 2009, surgem palavras como **crise** e **medo**. Nos últimos anos surgem palavras como **EUA** e **Trump**, claramente associadas aos Estados Unidos.

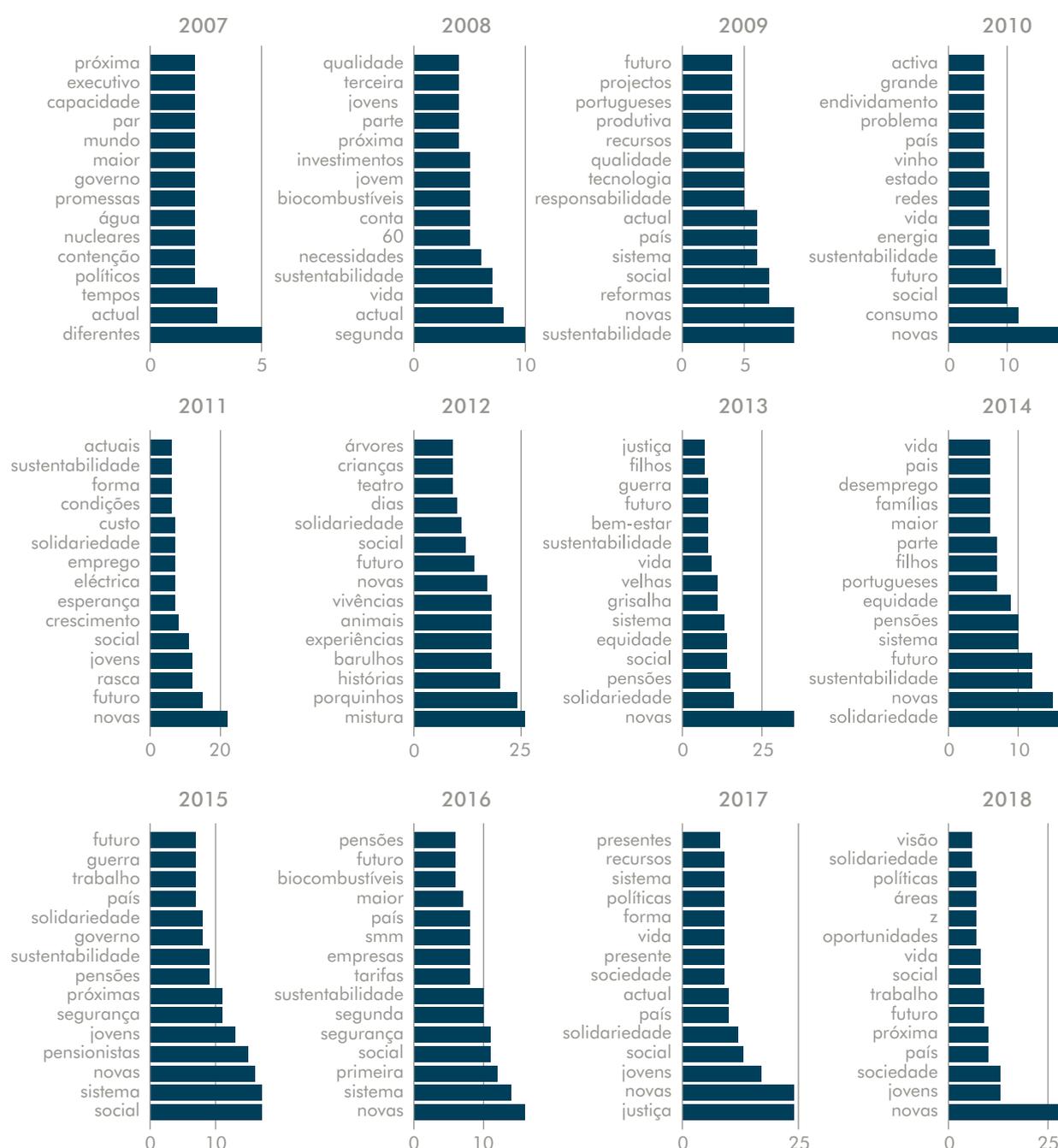
Contagem de palavras na vizinhança de palavras-chave

A contagem de palavras no título, *lead* e corpo dos artigos é efetivamente uma análise bastante ampla. Para entendermos mais concretamente as palavras que co-ocorrem com questões de JI optámos por extrair as 4 palavras a jusante e a montante das palavras-chave *geração*, *gerações* e *intergeracional*. Pode-se observar na Figura 2.10 que há uma co-ocorrência generalizada das palavras *intergeracional* e *gerações* com as palavras **solidariedade** e **futuro**.

Figura 2.10.

Contagem das top 15 palavras na vizinhança de 'intergeracional' e 'gerações' (considerando uma vizinhança de -4 a +4 palavras) por ano (SDD+JI)

Contagens de palavras na vizinhança de 'geração', 'gerações' e 'intergeracional'



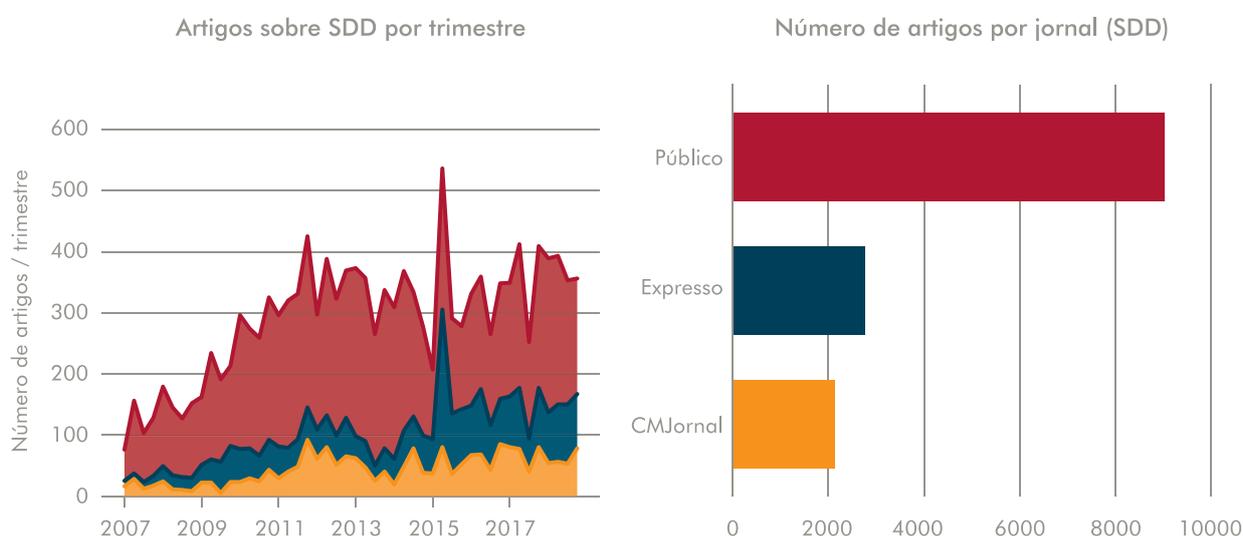
2.3. JORNAIS ONLINE – SUSTENTABILIDADE

2.3.1. Análise Temporal: Como variam as notícias de Sustentabilidade ao longo do tempo?

Figura 2.11.

Volume de notícias por trimestre por jornal (esquerda) e total de notícias por jornal (direita)

○ Público está a vermelho-escuro, o Expresso a azul e o CM a vermelho



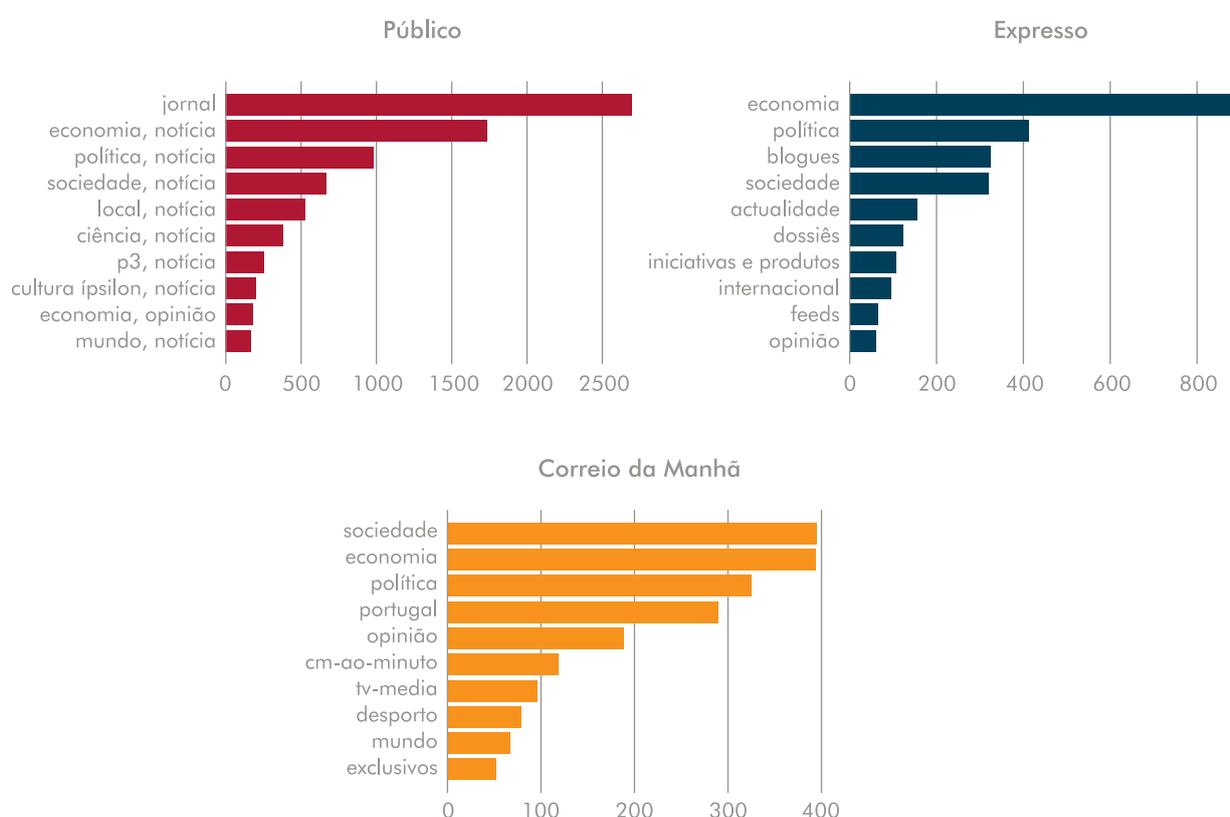
À imagem do descrito para a JI fizemos também uma análise independente para o tema da sustentabilidade (SDD) na imprensa escrita e obtivemos um total de 13917 artigos no *dataset* classificado como mencionando SDD. Tal como para a JI, o Público publicou no total mais artigos (9026) do que o Expresso (2765) e o Correio da Manhã (2126) – Figura 2.11. Em média, o Público publicou 188 artigos por trimestre, o Expresso 58 e o CM 44. O padrão é semelhante ao da JI, mas sem o pico de 2009. O pico de 2015 está presente, novamente sem grande expressão no CM. O Público e o Expresso são pouco correlacionados ($\rho = 0.3$), mas, para este tema tanto o Público e o CM ($\rho = 0.59$) como o Expresso e o CM ($\rho = 0.68$) mostram correlações expressivas e, ao contrário do que se verificava na JI, todas estas correlações são significativas ($p \leq 0.03$). Muito possivelmente isto deve-se ao volume de notícias que mencionam SDD ser muito superior ao número de artigos que menciona JI. Utilizando o método descrito anteriormente para a criação de uma “baseline” de publicação de artigos total podemos estimar que a taxa de artigos que mencionam SDD para cada jornal é: 2.2% no caso do Público, 0.9% no Expresso e 0.3% no Correio da Manhã.

2.3.2. Análise temática: em que contextos se fala de Sustentabilidade?

Categorias dos artigos

Figura 2.12.

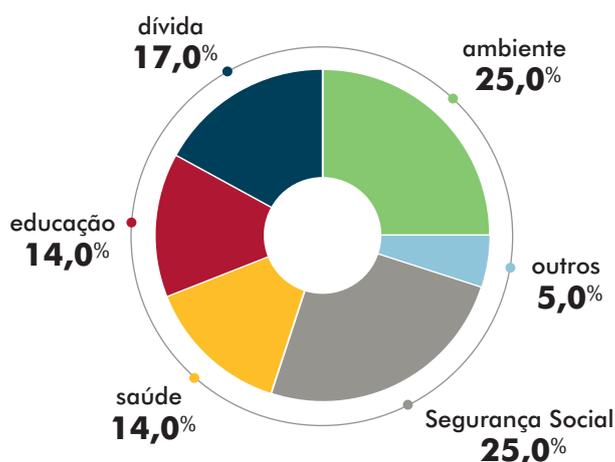
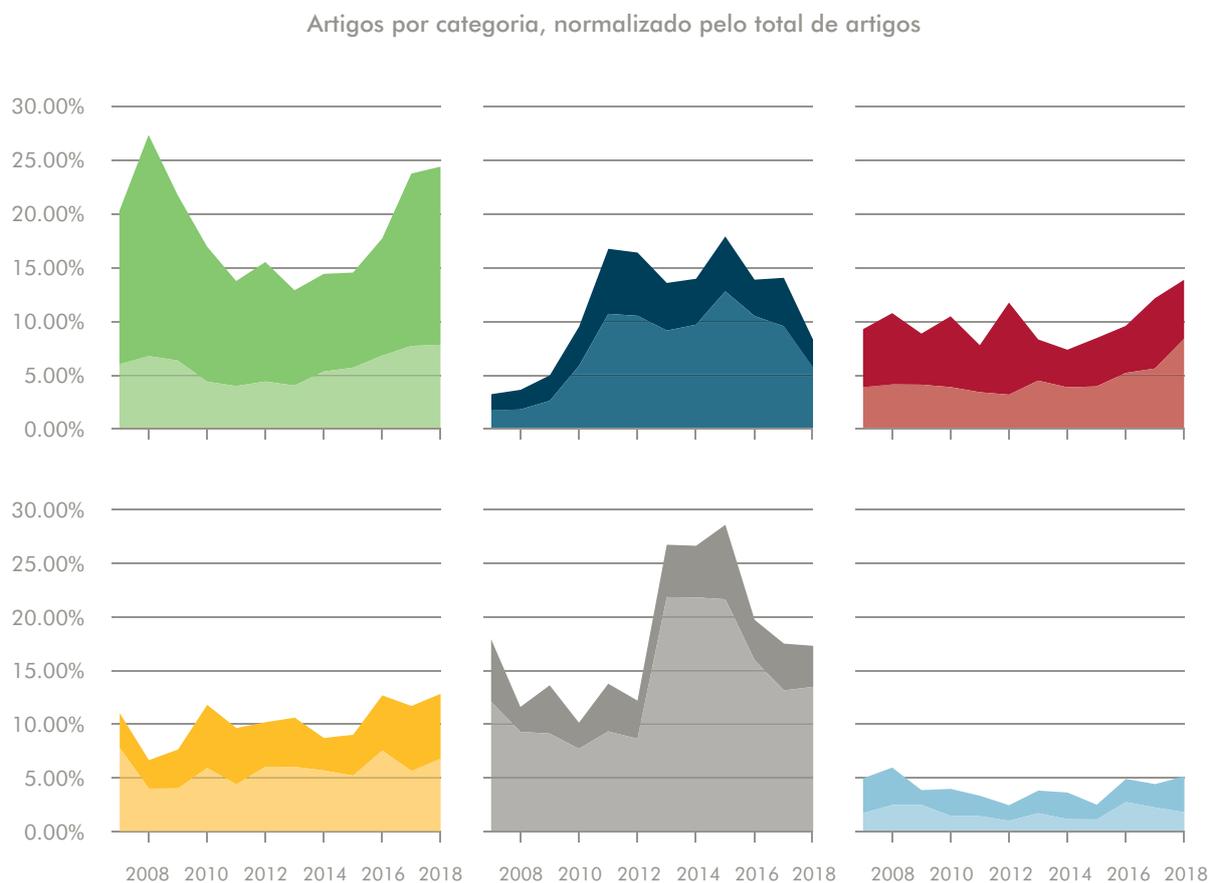
Top 10 da contagem de categorias das notícias extraídas dos jornais, dentro dos artigos classificados em SDD e JI. As categorias foram extraídas dos links (URL) de cada artigo, que variam de jornal para jornal. No caso do Público, o URL fornece dois tipos de classificação: o tipo de artigo e a temática em que está inserido. Grande parte dos artigos contém apenas o tipo de artigo e não a temática. No caso do CM as categorias 'cm-ao-minuto', 'exclusivos' e 'tv-media' também não permitem conhecer o tema dos artigos



À semelhança da análise anterior, fomos olhar para as categorias onde mais se menciona SDD. Os resultados são semelhantes embora haja uma mudança de *ranking* para algumas categorias, nomeadamente os artigos de opinião do CM já não são os mais comuns. De seguida fomos categorizar os artigos com os temas definidos na Tabela 1.1, mais uma vez considerando apenas artigos em que as palavras-chave apareciam pelo menos duas vezes. Conseguimos assim classificar 10177, ou 73% dos artigos: 25% foram classificados no sub-tema ambiente, 25% segurança social (SS), 17% dívida, 14% saúde, 14% educação e 5% como outros (Figura 2.13). Tal como na JI, a atenção dos média à temática do ambiente foi inicialmente elevada, mas decresce entre 2011 e 2015, a partir de onde volta a expressar valores mais elevados. A dívida tem uma dinâmica oposta. Novamente, estes dois temas têm uma correlação negativa ($\rho = -0.6, p = 0.04$).

Figura 2.13.

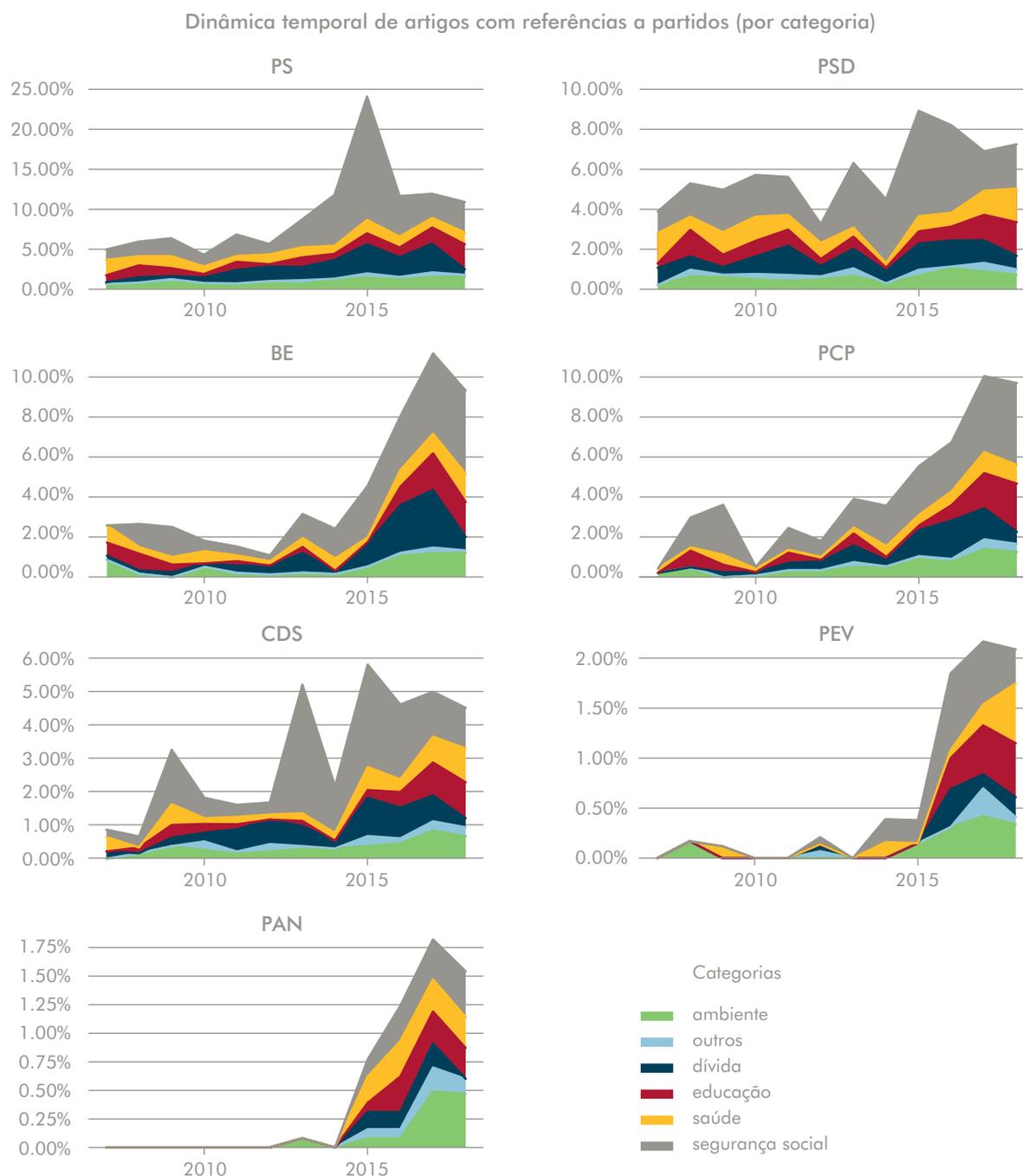
Distribuição temática de artigos ao longo do tempo (esquerda) e total (direita) com base nas palavras-chave definidas na Tabela 1.1. No gráfico da esquerda o sombreado a branco representa a proporção de artigos que incluem termos associados à política (assembleia da república, governo, ministros, partidos políticos, etc)



Também voltamos a observar uma baixa associação entre ambiente e política (área mais clara na Figura 2.13). Em termos de associação dos temas a partidos, a temática da segurança social destaca-se, estando associada a todos – Figura 2.14.

Figura 2.14.

Dinâmica temporal (por ano) das notícias do dataset agregado, por temática e por partido. Os dados foram normalizados pelo total de artigos por ano



O PS foi novamente o partido que atingiu uma maior expressão nos artigos extraídos, mostrando um pico em 2015 motivado pela segurança social. Este pico é também observado no caso do PSD e CDS. Para perceber como os temas se distribuem pelos partidos calculámos a proporção de cada tema por partido. Podem-se observar, na Figura 2.15A, diferenças claras entre os diferentes partidos, que são significativas (análise de χ^2 , $p < 0.001$). Repetindo a PCA, com as frequências de temas por partido, obtemos uma primeira componente que explica 92.2% dos dados, e uma segunda que explica 3.7% dos dados.

A primeira componente tem uma correlação moderada positiva com o ambiente e elevada negativa com a SS. Já a segunda componente está maioritariamente associada com a educação e inversamente correlacionada com a dívida e a saúde (Tabela 2.2).

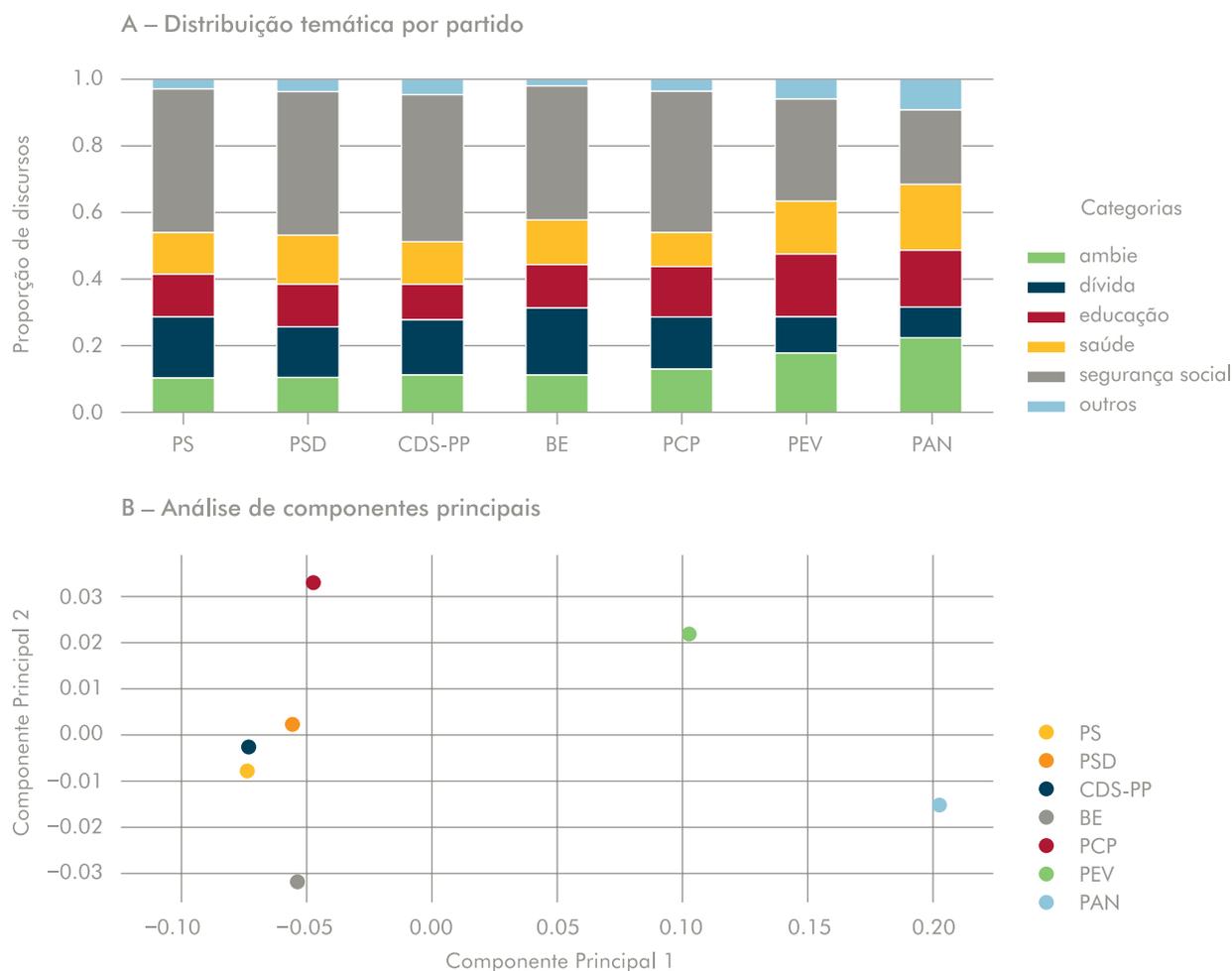
Tabela 2.2.

Correlação entre a componente principal 1 (CP1) e componente principal 2 (CP2) com cada tema. Uma correlação elevada (positiva ou negativa) implica que um tema tem um elevado peso nesta componente

| | ambiente | dívida | educação | saúde | SS | outros |
|------------------------|----------|--------|----------|-------|-------|--------|
| Componente Principal 1 | 0.42 | -0.3 | 0.22 | 0.24 | -0.76 | 0.20 |
| Componente Principal 2 | 0.14 | -0.62 | 0.512 | -0.46 | 0.35 | 0.073 |

Figura 2.15.

A – Distribuição dos artigos com tema identificado com referências a cada partido. B – Análise de componentes principais à frequência de artigos por tema e por partido. Ver a Tabela 2.2 para interpretar as componentes principais 1 e 2.



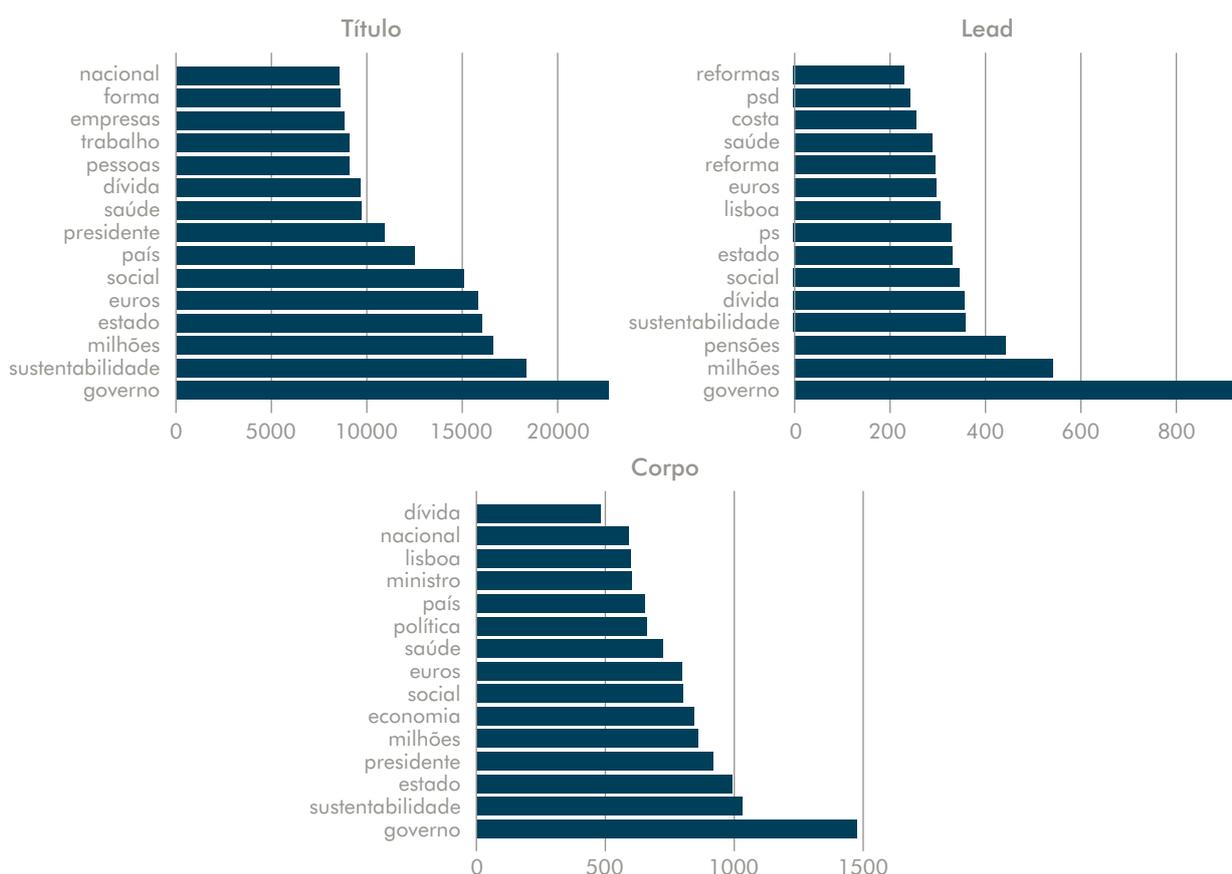
Mais uma vez, e revelando consistência na análise, a primeira componente separa o PAN e o PEV dos restantes partidos, e a segunda componente separa o BE do PCP, sendo que os outros partidos se encontram a meio destes. Isto poderá indicar que os artigos que referem o PAN e o PEV estão mais associados ao ambiente e menos à segurança social. Já os artigos que referem o BE estão menos associados à educação e mais à dívida e saúde.

2.3.3. Análise do conteúdo dos artigos

Do mesmo modo que fizemos para os artigos sobre justiça intergeracional, analisámos o conteúdo dos artigos classificados em sustentabilidade de uma forma automática.

Contagem de palavras nos títulos, *leads* e corpo dos artigos

Figura 2.16.
Contagem do top 15 de palavras no título, *lead* e corpo do dataset de sustentabilidade



A Figura 2.16 mostra que há uma prevalência de termos associados à política, economia e saúde, tanto no título como no *lead* e no corpo dos artigos. A nível de figuras políticas há referências frequentes a António Costa e ao PS. De notar que esta observação está em oposição à JI, onde surge o nome de Passos Coelho e o PSD.

As Figuras 2.17, 2.18 e 2.19 mostram a mesma coisa, mas por ano.

Figura 2.17.

Contagem das top 15 palavras do título das notícias por ano (SDD+JI)

Contagens de palavras no título das notícias por ano

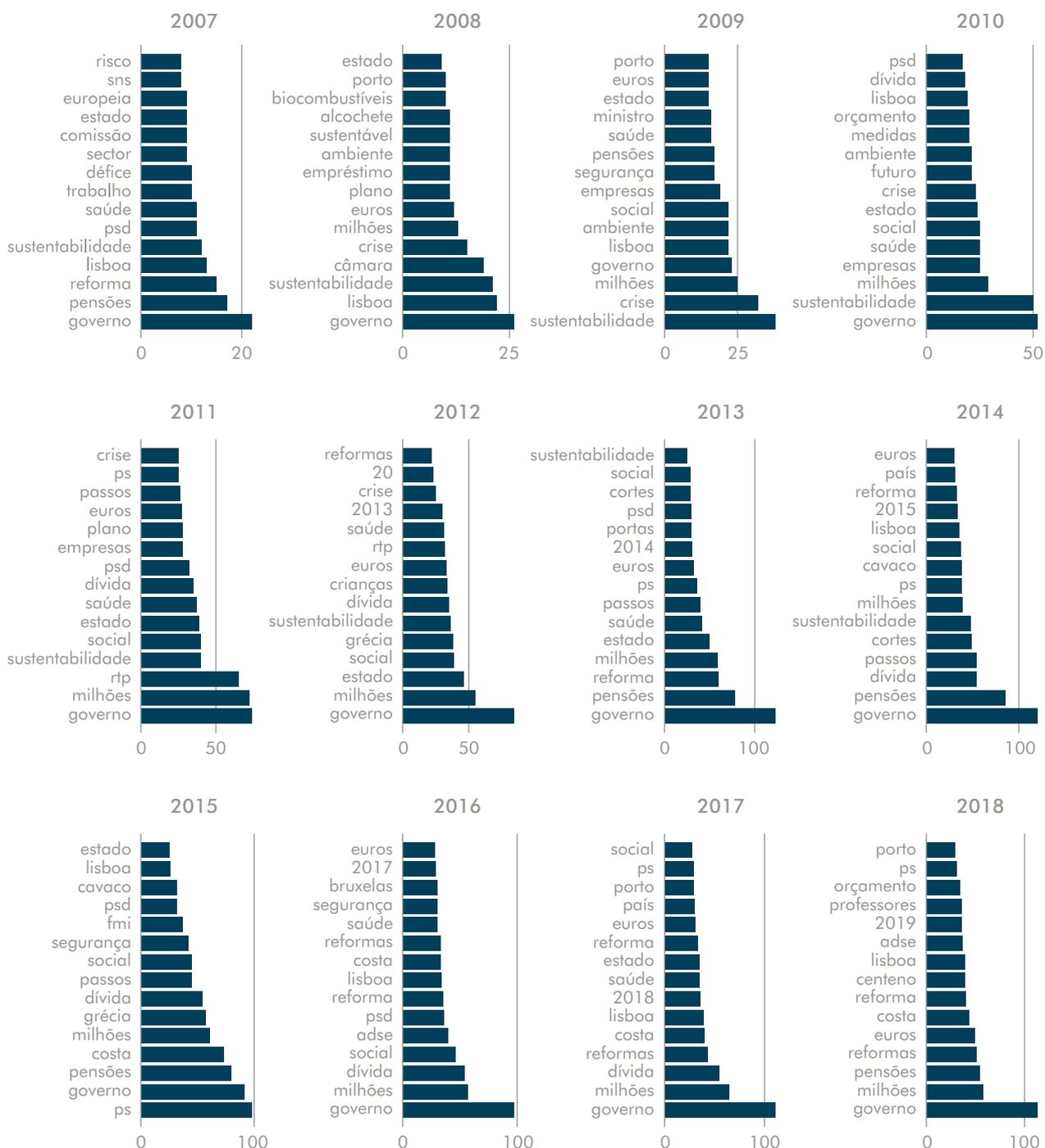


Figura 2.18.

Contagem das top 15 palavras do lead das notícias por ano para SDD

Contagens de palavras na lead das notícias por ano

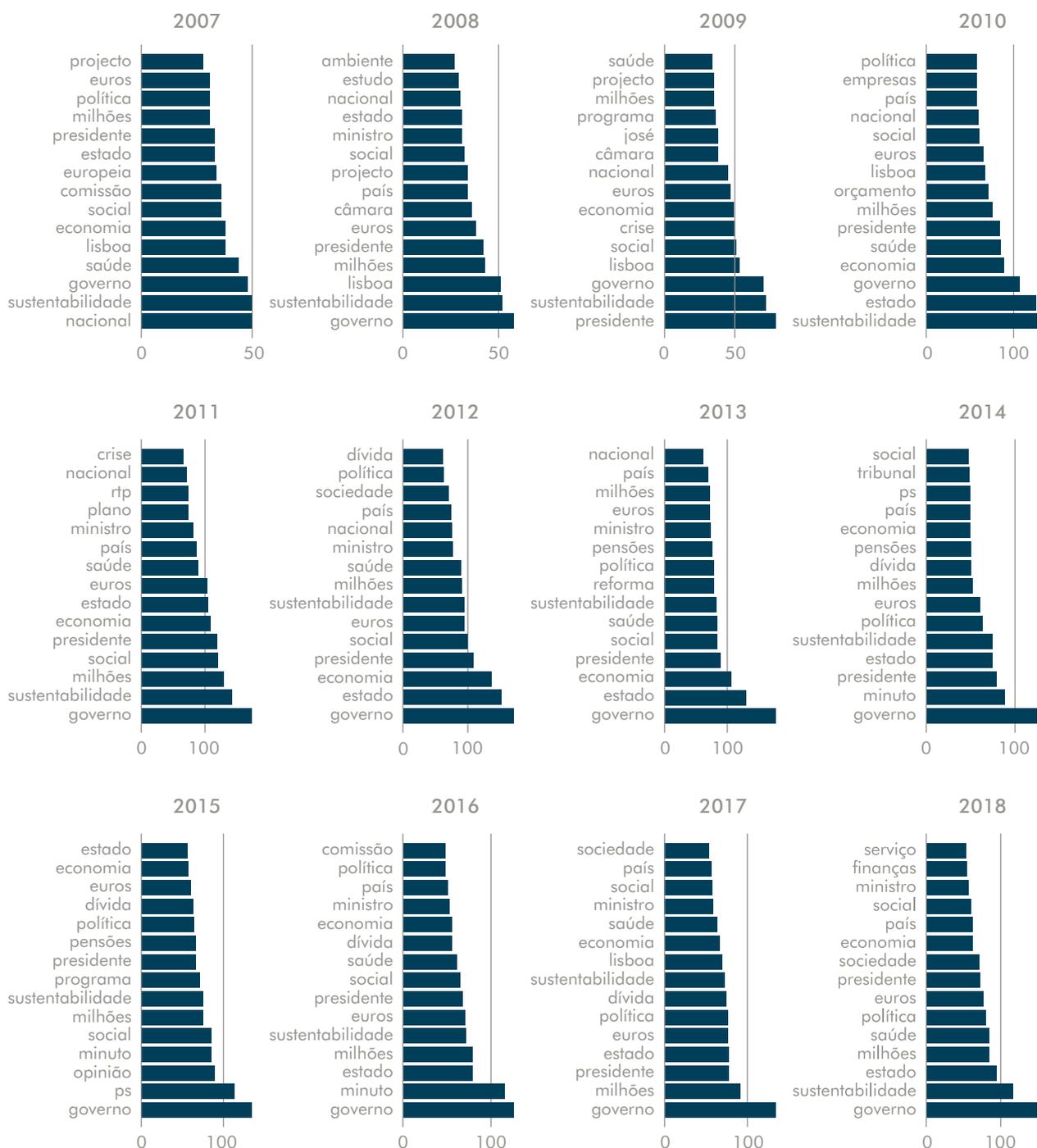
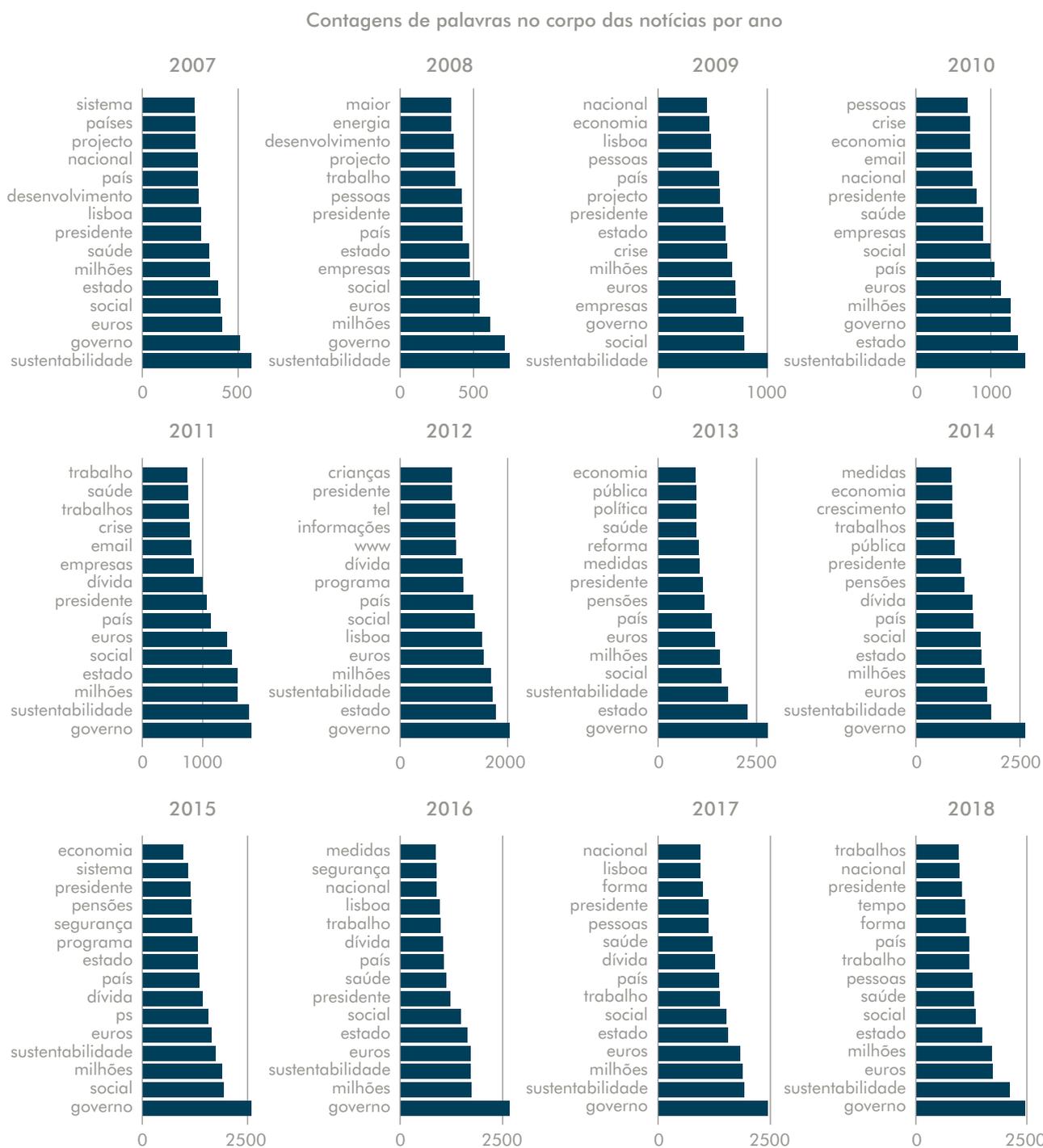


Figura 2.19.
Contagem das top 15 palavras do corpo das notícias de sustentabilidade por ano



As palavras **governo**, **milhões** e **pensões** continuam a ser bastante comuns, ano após ano, tanto nos títulos, como no *leads* e corpo dos artigos, o que indica que um conjunto substancial dos artigos extraídos está associado à política, economia e segurança social. Pode-se observar,

no entanto, algumas variações pontuais: em 2008 encontramos palavras como **desenvolvimento, sustentável, biocombustíveis** e **ambiente** que perdem expressão a partir de 2009, para dar lugar a palavras como **crise** e **dívida**, o que parece validar os resultados anteriores sobre a perda de expressão do tema ambiente em prol da dívida e segurança social. Nesta análise não se observa um retorno de termos associados ao ambiente a este “top” de termos no período pós-crise, passando a existir mais referências a **reformas antecipadas, adse** e **professores**.

Contagem de palavras na vizinhança de palavras-chave

Uma vez que a contagem de palavras no título, *lead* e corpo dos artigos é muito geral, extraímos também as 4 palavras a jusante e a montante das palavras-chave *sustentabilidade* e *sustentável* no corpo da notícias. Esta abordagem oferece uma lista de palavras que co-ocorrem com as palavras de referência, permitindo refinar a identificação de tópicos e revela um contexto diferente do caso da JI. A Figura 2.20 mostra uma grande co-ocorrência da palavra sustentabilidade com as palavras **financeira, social, dívida**, e também com **ambiental**. É novamente óbvio o padrão da palavra ambiental a perder expressão durante os anos da crise, para voltar a estar no topo das co-ocorrências a partir de 2017.

Figura 2.20.

Contagem das top 15 palavras na vizinhança de ‘sustentável’ e ‘sustentabilidade’ (considerando uma vizinhança de -4 a +4 palavras) por ano

Contagens de palavras na vizinhança de ‘sustentabilidade, ‘sustentável’ das notícias por ano

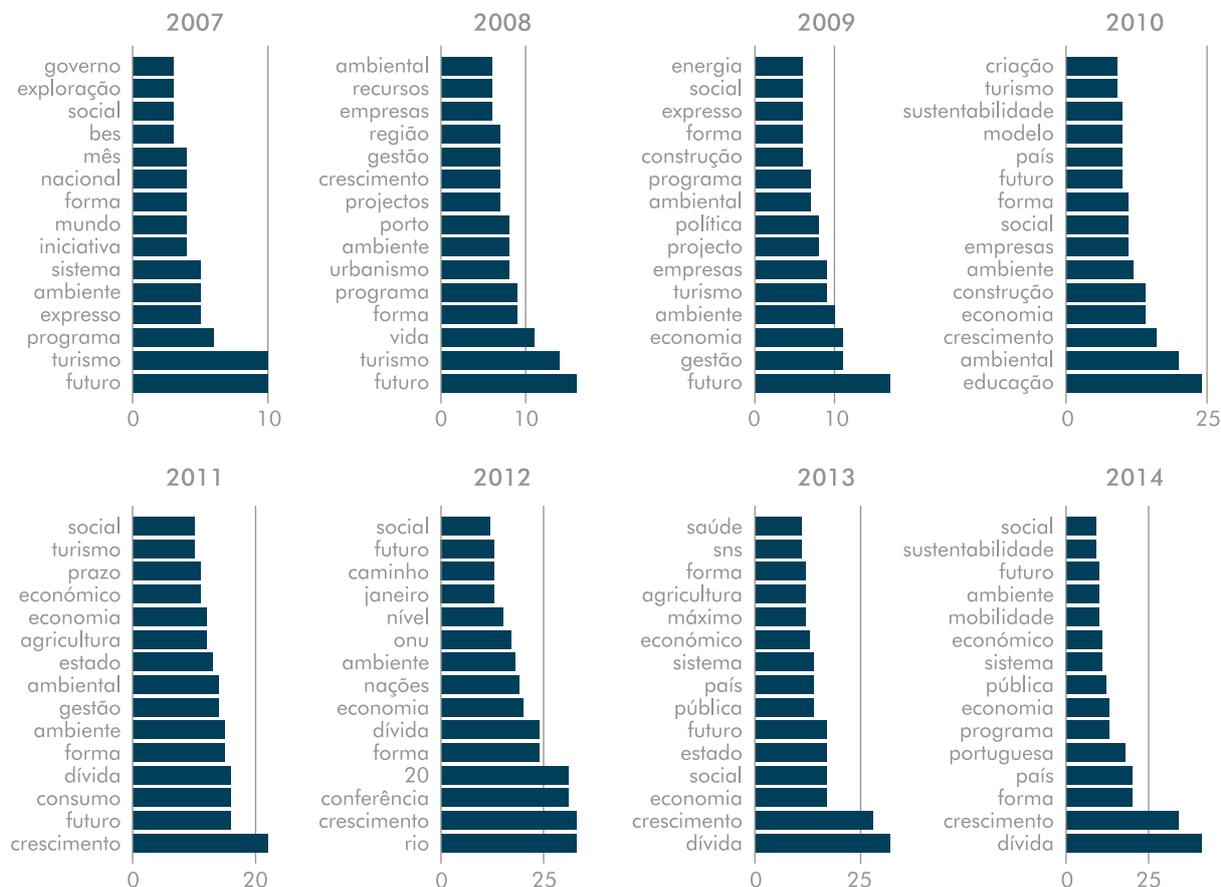
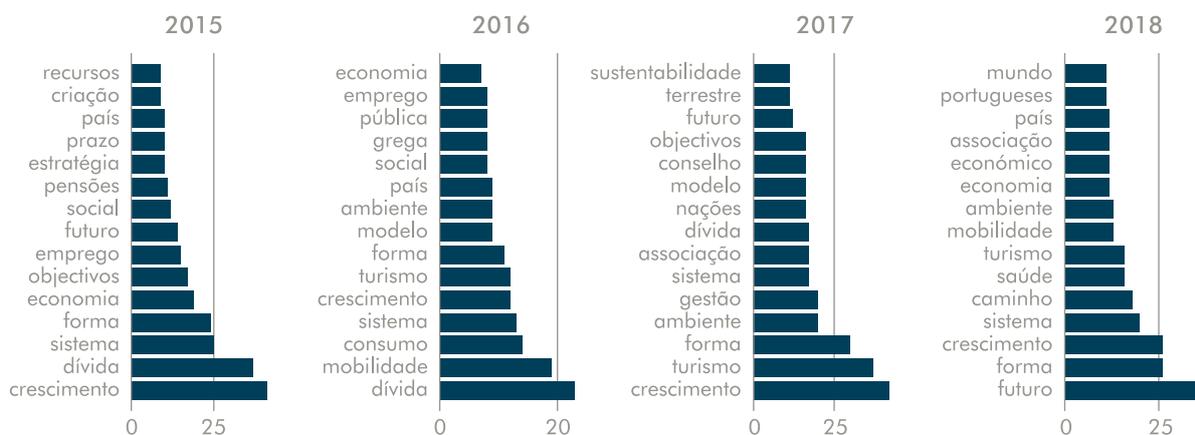


Figura 2.20. (continuação)



2.4. CONCLUSÃO – JORNAIS ONLINE

A atenção mediática às questões de JI e de SDD é baixa mas tem vindo a aumentar ao longo da última década. Grande parte dos artigos extraídos parecem estar associados a temas políticos, incluindo política parlamentar, à exceção dos artigos relacionados com o sub-tema do ambiente. Entre 2007 e 2009, o ambiente foi o tema com maior expressão, no entanto diminuiu consideravelmente durante a crise, quando os temas da dívida e segurança social ganharam maior visibilidade na imprensa escrita em Portugal.

3.

TWITTER



Este capítulo descreve a análise de publicações na rede social “Twitter”. Uma vez que não existe presença do tema Justiça Intergeracional, só se analisam menções a Sustentabilidade. Primeiro a metodologia e por fim algumas conclusões.

3.1. METODOLOGIA

Para perceber se estes temas também são discutidos no contexto das redes sociais, extraímos dados do *Twitter* (www.twitter.com) com recurso às palavras-chave utilizadas nas análises anteriores. Uma vez que existe muito conteúdo em português do Brasil no *Twitter*, filtrámos mensagens (“*tweets*”) geocodificadas para Lisboa com um raio de 2500km, o suficiente para captar utilizadores das Ilhas da Madeira e dos Açores. Isto implicou um sacrifício em termos de volume (uma vez que poucos utilizadores optam por partilhar a localização dos *tweets*) em prol de publicações originadas em Portugal. Deste modo, o volume de *tweets* com os termos *intergeracional* e *gerações futuras/vindouras* (cerca de 30) não foi suficiente para retirar qualquer ilação. Apresentamos portanto apenas a análise dos *tweets* extraídos através do termo *sustentabilidade* (cerca de 3000), uma vez que a análise anterior revelou padrões temporais e temáticos consistentes entre os tópicos JI e SDD.

3.1.1. Tweets de Sustentabilidade em Portugal

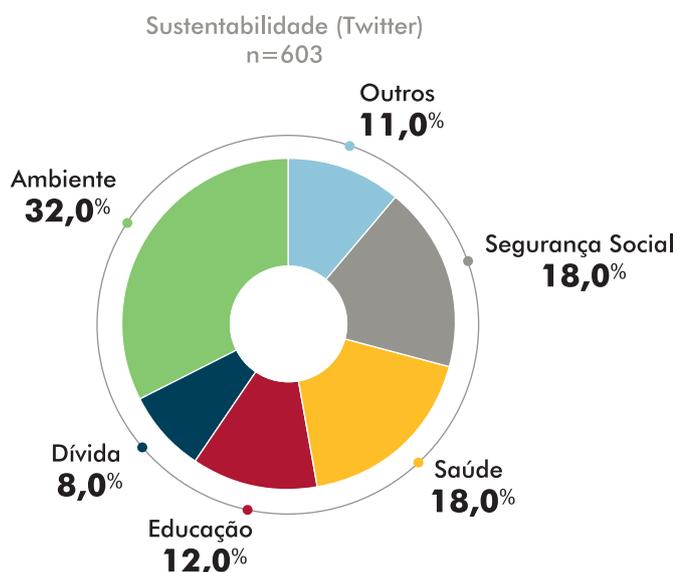
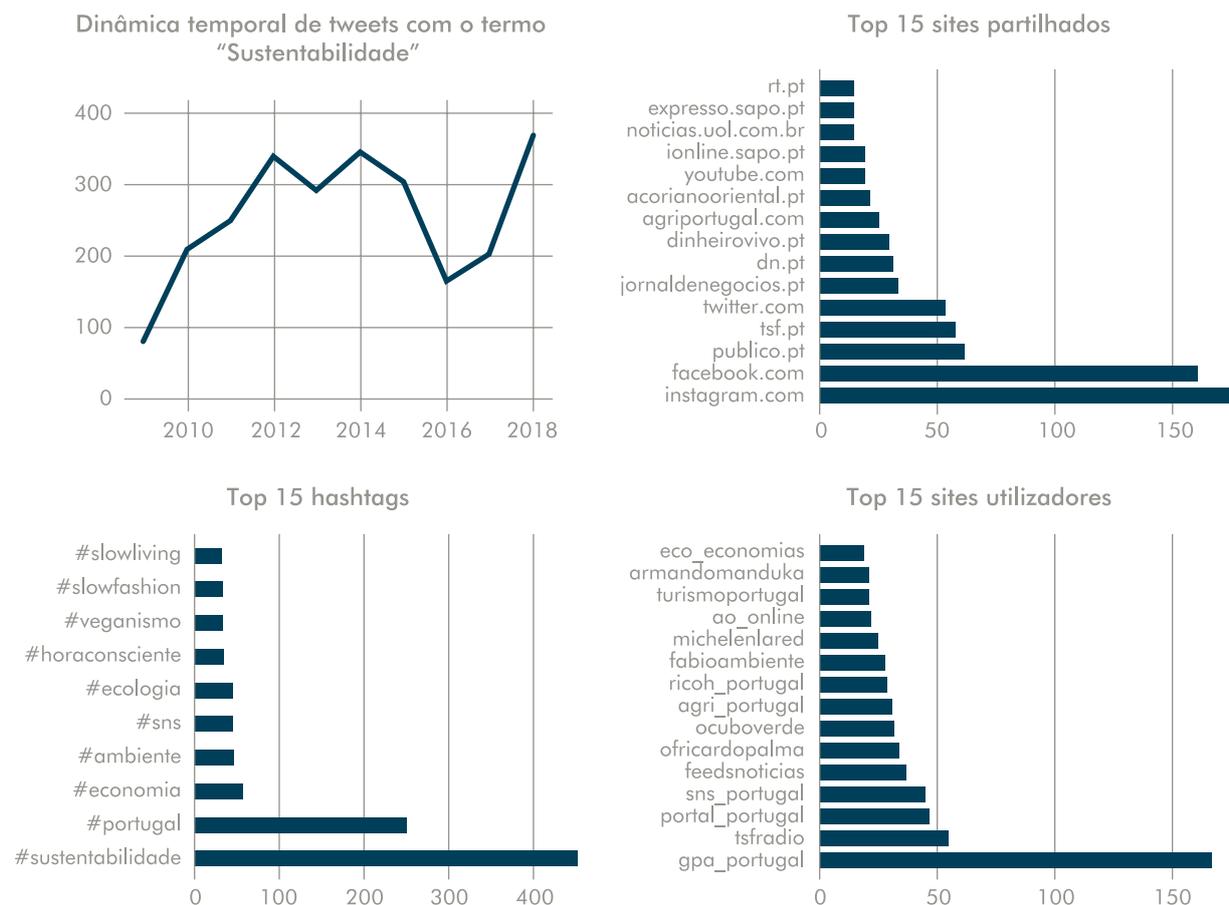
O interesse em sustentabilidade na “Twittersfera” portuguesa parece estar a aumentar desde 2009 (Figura 3.1). No entanto, convém notar que os dados não estão normalizados pelo total de *tweets* publicados e que este aumento pode ser simplesmente um reflexo do aumento da utilização da plataforma em geral. De facto, o uso do Twitter tem vindo a aumentar nos últimos anos (ver por exemplo os dados da empresa Statista: <https://www.statista.com/statistics/384450/social-network-penetration-in-portugal/#statisticContainer>).

Quando utilizámos os critérios de categorização referidos na Tabela 1.1, dos 2936 *tweets* apenas 21% foram classificados. Após uma análise manual tornou-se claro que os critérios de inclusão definidos para os contextos do Parlamento e dos média tradicionais não se adequam a uma análise de *micro-blogging* ou redes sociais; por exemplo, os cinco *tweets* seguintes não foram classificados, apesar de uma curadoria humana perceber facilmente em que categoria se deveriam incluir.

Figura 3.1.

Descrição do dataset *Twitter* – Sustentabilidade

Os tweets foram extraídos na área geográfica de Portugal continental e Ilhas, desde 2009 até 2018, utilizando o termo “sustentabilidade”, obtendo-se um total de 2936 tweets únicos. No painel superior esquerdo mostra-se a dinâmica ao longo do tempo de tweets contendo este termo. Nos restantes painéis mostra-se o top 15 de utilizadores (em número de tweets publicados), sites e hashtags partilhados



Privados assumem interesse na Águas de Portugal, mas querem garantias de sustentabilidade financeira.

FMI tem dúvidas sobre a sustentabilidade do ajustamento externo – Jornal de Negócios – Portugal

VERTICAL FORREST – Lindo projeto aliando a sustentabilidade do verde e a modernidade.

RT @greensavers: Nova Iorque triplicou investimento em energia solar. E está a encorajar hackers a entrar na sustentabilidade...

Promover o crescimento assegurando a sustentabilidade. Portugal no bom caminho.

Os termos selecionados anteriormente tinham como principal objetivo reduzir falsos positivos. Isto faz sentido uma vez que tanto os debates parlamentares como os artigos publicados nos média tradicionais tendem a ter mais texto, e utilizam também um léxico muito próprio. Em redes sociais como o *Twitter*, onde o texto partilhado é tendencialmente mais curto e o léxico poderá ser diferente, para além do número reduzido de instâncias identificadas, leva a dificuldade de identificação. Infelizmente, dado o pequeno volume de *tweets* não nos é possível utilizar abordagens de “supervised machine learning”, treinando um classificador automático. Uma abordagem possível mas não testada é a análise do *lead* das notícias dos jornais para extração de possíveis sinónimos ou co-ocorrências (por exemplo, “verde” no caso do ambiente). Assim, e por uma questão coerência, optámos por utilizar os mesmos critérios que nas análises prévias.

3.2. **COMPARAÇÃO**

Contrariamente ao Parlamento e aos jornais portugueses, o ambiente é a principal temática discutida dentro da sustentabilidade. De facto, a contagem de *#hashtags* mostra que *#ambiente*, *#ecologia* e *#veganismo* foram dos mais publicados. A análise dos utilizadores que mais publicaram sobre sustentabilidade em Portugal também evidencia esta tendência, com utilizadores que publicam especificamente questões relacionadas com o ambiente (por exemplo: *eco_economics*, *fabioambiente*, *ocuboverde*). De modo a evitar duplicações ou spammers, filtrámos os retweets (tweets que foram partilhados múltiplas vezes) ficando apenas com o tweet original.

O *Twitter* permite aos utilizadores partilharem links nas suas publicações. Tirámos partido desta funcionalidade para entender quais os sites mais partilhados nos *tweets* relacionados com sustentabilidade em Portugal. A grande maioria dos links partilha-

dos remetem ao *Instagram* e ao *Facebook*. No entanto, há um conjunto substancial de links que remetem a jornais *online* (Público, TSF, Jornal de Negócios), o que implica que alguns destes *tweets* estão relacionados com atividade mediática. Para suportar esta associação, a série temporal de sustentabilidade dos jornais *online* tem um coeficiente de correlação de $\rho=0.42$ com a série temporal de sustentabilidade do *Twitter*. Isto também se pode dever ao facto de os jornais *online* utilizarem esta plataforma para partilharem as suas notícias; por exemplo, o utilizador tsfradio (conta oficial da TSF) partilhou aproximadamente 50 notícias relacionadas com sustentabilidade através do *Twitter*. Adicionalmente, identificámos o total de 89 notícias dos três jornais selecionados (Público, CM e Expresso) partilhadas por vários utilizadores.

3.3. CONCLUSÕES TWITTER

O número de *tweets* sobre JI e SDD é muito baixo mas, analogamente ao Parlamento e aos jornais, as partilhas de *posts* relacionados com sustentabilidade tem vindo a aumentar no *Twitter*, desde 2009. Uma vez que algumas destas partilhas parecem ser dependentes da atividade dos jornais, ou por serem partilhadas pelos próprios ou por outros utilizadores que partilham notícias, a independência dos datasets não é óbvia. No entanto, uma vez que estas partilhas representam uma escolha dos utilizadores, esta observação tem relevância. De facto, e contrariamente às análises do Parlamento e dos jornais, a sustentabilidade é maioritariamente discutida no contexto do ambiente.

Importa também referir que uma análise semelhante foi tentada na rede social Facebook, quer através de análise computacional quer através de extração manual. Infelizmente, quer as pesquisas quer a identificação de grupos (abertos ou fechados) temáticos, revelou uma quase ausência de referências a Justiça Intergeracional. As poucas exceções identificadas tinham origem (ou maior presença) no Brasil, não tendo sido identificado um único grupo de discussão relacionado com JI em Portugal.

4.

CONCLUSÕES



Com este relatório pretendemos perceber quando, quem e em que contexto se fala em sustentabilidade e justiça intergeracional no Parlamento Português, em três jornais representativos e no *Twitter*. Pretendemos assim definir uma *baseline*, a partir da qual pode ser medido o impacto de uma intervenção futura. De um modo geral, os temas da sustentabilidade e justiça intergeracional ainda têm pouca expressão mas têm vindo a aumentar, quer no parlamento quer nos *média*. No caso do *Twitter* a expressão é ainda tão baixa, que nem foi possível analisar as tendências associadas aos termos de JI, apenas de SDD. A tendência não é clara, mas parece ter havido um aumento de menções desde 2009 mas, uma das dificuldades em interpretar estes dados é que os jornais *online* utilizam esta plataforma para publicar os seus artigos, pelo que este dataset não é inteiramente independente do dataset de artigos dos *média* Portugueses.

Quando olhamos para os temas é importante notar que, apesar de haver um grande alinhamento entre o observado no Parlamento e nos jornais *online*, a classificação por sub-temas foi de 85% nos discursos parlamentares e de 70% nos artigos dos 3 jornais seleccionados. Esta diferença pode ser explicada pelos sub-temas terem sido definidos com base na análise preliminar feita ao parlamento e não aos *média*. Por outro lado, a expressão de questões de sustentabilidade no *Twitter* está maioritariamente associada ao ambiente. Isto pode revelar uma maior preocupação dos cidadãos, não necessariamente espelhada pelos políticos e editores tradicionais, mas também é verdade que existe um pequeno conjunto de utilizadores muito activos e com grande número de publicações sobre questões ambientais, que podem estar a enviesar a amostra. No entanto, esta preocupação dos cidadãos tem sido revelada em estudos independentes e a questão do ambiente pode oferecer indicações de estratégia diferenciada: tanto no Parlamento como nos *média* o período de crise implicou uma menor expressão do tema do ambiente, em prol das questões da sustentabilidade da segurança social e da dívida mas uma observação interessante é não ter havido igual quebra de menções a SDD no *Twitter* durante os “anos da crise”. Isto pode indicar uma maior resiliência dos temas relacionados com o ambiente (e da JI e SDD neste contexto) na opinião pública, independentemente da imprensa escrita e das prioridades parlamentares e oferecer uma informação útil para o “outreach” da população em geral. Conforme já referido

parece-nos então que os media tradicionais estão mais alinhados com o discurso parlamentar do que com o observado no Twitter. No entanto, não é possível obter uma medida quantitativa de correlação entre dados do Parlamento e dados dos média por diferenças de escala: porque o período da análise dos artigos de jornal é bastante inferior ao do parlamento e porque existe um volume maior de artigos por dia do que discursos parlamentares. Mas, com a continuidade da publicação de notícias *online*, esperamos que se torne possível fazer uma correlação temporal entre os discursos parlamentares e os artigos. Da mesma forma, expandindo o número de palavras-chave na análise do *Twitter* e na classificação, e caso se mantenha a tendência positiva de *posts*, talvez seja possível identificar tendências de mais longo prazo nesta rede social e como estas se comparam com os outros contextos. Por fim, e apesar de observarmos um aumento sistemático de menções a JI e SDD ao longo do tempo em todas as plataformas analisadas, não pode ser afastada a hipótese deste aumento ser dependente do aumento das menções aos sub-temas identificados. Também voltamos a referir que existe uma sobre-representação de MGs nos oradores que mencionam JI com maior frequência e que isto poderá indicar que esta é uma preocupação mais presente no Governo do que no Parlamento. Infelizmente não conseguimos identificar a presença de menções a JI no Twitter de políticas e outras personalidades, mas poderá valer a pena fazer essa análise mais próxima no futuro e à medida que as menções aumentem.

De uma forma geral, este estudo oferece uma base de partida para medir o impacto de estratégias futuras. O facto destes temas terem pouca expressão na agenda política garante o espaço para crescer e o facto de já existir uma tendência crescente e quantificável cria a expectativa que estratégias deliberadas devam fazer aumentar a taxa de crescimento (“slope”) e não só os números absolutos.

5.

ANEXOS



5.1.

ANEXO I – EXCERTOS DE DISCURSOS POR CLASSIFICAÇÃO

Excertos de discursos representativos de cada um dos temas e ainda discursos não classificados.
– Sustentabilidade.

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|----------|------------|---|--|
| ambiente | 1998-10-14 | Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura | Assim, para assegurarmos um desenvolvimento sustentável , serão necessárias não só políticas setoriais distintas, que tenham em conta o parâmetro ambiente , mas, acima de tudo, uma verdadeira política de ambiente, integrada e horizontal. |
| ambiente | 2001-03-22 | Isabel Maria de Almeida e Castro | A vontade política que faça, por exemplo, deste caderno de encargos do plano de desenvolvimento sustentável de 1998, não um documento inútil, por regulamentar, mas um documento de intervenção estratégica e eficaz para contrariar as práticas existentes e favorecer o combate à desertificação, a conservação da natureza e a biodiversidade, hoje, totalmente ignoradas. [...] Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, para nós, a questão da floresta também é importante, porque é estruturante em qualquer política de ambiente , é um elemento estratégico fundamental num país como o nosso, com problemas gravíssimos de empobrecimento do solo, e é importante para o desenvolvimento. |
| ambiente | 2010-04-15 | Maria Cecília Vicente Duarte Honório | Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projecto de lei que o Bloco de Esquerda traz a esta Câmara visa criar um programa de gestão das práticas ambientais relativamente aos campos de golfe e tem claramente dois objetivos definidos: em primeiro lugar, o de reconhecer que estes equipamentos não podem ser criados à luz dos interesses dos especuladores e devem ter em conta os critérios de desenvolvimento das diferentes regiões (portanto, o que deve orientar a instalação destes equipamentos são os critérios de desenvolvimento económico e social de uma região); e, em segundo lugar, o de que os campos de golfe devem ser (e só podem ser) ambientalmente sustentáveis , nomeadamente em relação a um bem de primeira necessidade água . |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|--------|------------|---|---|
| saúde | 2006-03-16 | Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro | O terceiro ponto de discrepância entre a realidade e o que está no Programa do Governo é a sustentabilidade do Serviço Nacional de saúde . Sabemos que, ao fim de um ano de Governo, embora não haja um plano e se desconheça o que o Governo vai fazer, o Sr. Ministro nomeou uma comissão, com personalidades de reconhecido mérito – e deixe-me que lhe diga, Sr. Ministro, que concordamos que, primeiro, é preciso estudar para, depois, anunciar, apesar de o Sr. Ministro não ter cumprido este princípio – para, durante um ano, avaliar a sustentabilidade do Serviço Nacional de saúde. Sucede que só ao fim de metade da Legislatura, ou seja, ao fim de dois anos, é que, finalmente, se vai saber ou ter uma ideia de qual será o futuro do sistema de financiamento do SNS e, por inerência, qual será a política integrada na área da saúde. |
| saúde | 2012-04-11 | Paulo Macedo | O processo de mudança em curso é constante e aponta num sentido determinado: a sustentabilidade do SNS e a preservação dos ganhos em saúde alcançados ao longo dos últimos anos, num sistema que agrega entidades de natureza pública a par dos operadores pertencentes ao setor privado e ao setor social. |
| saúde | 2012-11-26 | Manuel Ferreira Teixeira | Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, penso que uma das áreas na saúde em que a reforma foi mais profunda foi exatamente a área do medicamento. O acesso das pessoas ao medicamento aumentou de forma muito significativa. Existe consenso que a racionalização nesta área permitiu que o Serviço Nacional de saúde garantisse uma sustentabilidade mais firme e, neste sentido, as medidas que o Governo implementou levaram a que Portugal, que tinha como indicador uma despesa per capita e no PIB um consumo de medicamentos dos mais elevados, de facto, tivesse indicadores mais próximos da média. A proposta que o Bloco de Esquerda apresenta sobre a criação do fundo de inovação oferece-nos, quer em termos de filosofia, quer em termos de sustentabilidade financeira e orçamental, fortes críticas. |
| dívida | 2010-04-25 | José Manuel de Sousa Rodrigues | O que o «patriotismo económico» nos obriga a fazer é a reduzir a despesa, em vez de aumentar a carga fiscal; é a disciplinar a administração, em vez de sacrificar a sociedade; é a poupar nas empresas públicas, em vez de atacar as pequenas e médias empresas; é a praticar a austeridade do Estado, em vez de empobrecer a classe média, como tem acontecido. A História prova que não há crescimento económico duradouro e sustentável com demasiada dívida e demasiado défice. É por isso que existe um terceiro d – o desemprego. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|----------|------------|--|---|
| dívida | 2014-04-16 | Mariana Rodrigues Mortágua | Este não é o País que nós podemos querer ou defender em democracia. A necessidade de manter o garrote da dívida é tal, por parte dos partidos da maioria, que o Governo inventa números para provar que a dívida é sustentável – todas as semanas temos novos números! Há meses, o Sr. Primeiro-Ministro dizia «1,8% de saldo primário, 2% de PIB e a dívida é sustentável e ainda pode ser reduzida no futuro». O FMI veio desmenti-lo: não é possível! E há também instituições financeiras e fundos de investimento a desmenti-lo. |
| dívida | 2014-05-12 | José Manuel Marques de Matos Rosa | Tivemos de agir rapidamente, para minimizar a trajetória de recessão, para estancar a dívida , para preservar o Estado social e preparar o crescimento sustentável da economia. |
| educação | 2002-07-19 | José Honório Faria Gonçalves Novo | Do ponto de vista do PCP, importa igualmente que na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável o pilar social assuma o protagonismo pré-anunciado. Da mesma maneira, considera o PCP que não pode deixar de ser associada ao pilar social a sustentabilidade produtiva da economia e a sua íntima ligação à sustentabilidade humana, seja ao nível da educação , da formação, da saúde, da segurança social ou dos serviços públicos de qualidade. |
| educação | 2008-10-08 | José Sócrates | Depois, Sr. Deputado, há um ponto absolutamente essencial, que defendo, e defenderei, que é a sustentabilidade das políticas sociais. Eu gosto demasiado do Estado e tenho tanto apreço pelas políticas sociais que não aceito que o facto de o Estado ter dívida a mais ou défice a mais ponha em causa o futuro dessas políticas sociais. E foi justamente num esforço patriótico, de defesa das políticas sociais – na segurança social, na escola pública, na saúde –, que fizemos as reformas e as mudanças em favor de um Estado social, que está aqui hoje para ajudar quem precisa e que estará, no futuro, para desenvolver essas políticas, com o mesmo nível de intensidade como as desenvolve hoje. |
| educação | 2014-04-30 | Duarte Filipe Batista de Matos Marques | É por isso que percebemos que a verdadeira violência neste País foi uma violência que aconteceu contra o desenvolvimento sustentável do nosso País, com exemplos como o da Parque Escolar e a falta de rigor que gerou em Portugal. Sr.as e Srs. Deputados, não podia terminar esta intervenção sem deixar de recordar a todos que o que é muito importante é que ninguém deixe de falar, que ninguém deixe de exigir que, no próximo ano letivo, não voltem a acontecer abusos, como aconteceram no passado, e a campanha de divulgação, a campanha de tolerância zero à praxe violenta e à praxe estúpida deve ser uma campanha que nos una a todos. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|----------------------|------------|---|--|
| SS | 2005-10-21 | Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro | Como dizia, esta teria sido uma oportunidade para que o Governo expusesse o que pensa e que medidas pretende adoptar para uma verdadeira reforma da Administração Pública, para uma verdadeira avaliação do desempenho pelo mérito e pela qualidade dos serviços, mas também para que nos dissesse se tem alternativas construtivas, e não apenas penalizadoras, para assegurar a sustentabilidade da segurança social , como irá criar mais emprego, aumentar a produtividade dos trabalhadores, elevar a competitividade das nossas empresas e gerar e mais riqueza. Mas não, ficamos, mais uma vez, numa nebulosa. |
| SS | 2009-01-14 | Paulo Sacadura Cabral Portas | Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fiz-lhe uma pergunta muito concreta: por que é que uma geração onde era frequente ter dois ou mais filhos, que já contribuíram com os seus descontos para a sustentabilidade da segurança social , há-de ser penalizada como outras, não nas mesmas circunstâncias nas suas pensões, quando chega a idade de se reformar? |
| SS | 2014-03-26 | Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves | Mas, Sr.as e Srs. Deputados, e com isto termino, também tivemos ocasião de abrir um debate, para o qual queremos chamar todos, relativamente à sustentabilidade demográfica, à política da natalidade e à sustentabilidade da nossa segurança social . Todos sabemos – e não é de agora, é de há várias décadas – que temos um problema de sustentabilidade. A questão está em cada um de nós dar o seu contributo e podermos também aqui estabelecer um compromisso, um compromisso interpartidário, um compromisso que possa contar também com o contributo dos parceiros sociais, mas um compromisso para as pessoas, para os nossos cidadãos e, voltando ao princípio, para aqueles que aqui estão hoje e para aqueles que aqui estarão a seguir a nós. |
| outros – agricultura | 2006-04-26 | Miguel João Piseiro de Freitas | Esta é que é a questão: os senhores não sabem, mas, se esta medida tivesse sido decidida, estaria em causa a sustentabilidade do sistema agro-ambiental, em Portugal. Foi isso que não permitimos. Foi por isso mesmo que o Sr. Ministro tomou aquela decisão, naturalmente, a favor do futuro, que é o que mais interessa nesta altura. [...] Fica-lhe muito mal, Sr. Deputado Miguel Freitas, ofender a honra de quem aqui não está e de quem já fez muito mais pela agricultura em Portugal do que alguma vez o Sr. Deputado porventura há-de fazer neste país. Sr. Presidente, peço a palavra. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|--------------------|------------|---|--|
| outros – segurança | 2007-06-08 | Nuno Miguel Miranda de Magalhães | Os orçamentos de funcionamento e equipamento na área da segurança têm de aumentar, garantindo, simultaneamente, que a gestão das forças policiais é capaz de renovar, com saldo positivo, os efetivos. Não podemos esquecer o crescimento e diversificação de fenómenos que, em si mesmos ou articulados com ameaças já existentes (como o tráfico de droga e o terrorismo), constituem novos motivos de insegurança. Daí a exigência de uma política que reforce a autoridade do Estado e que garanta a existência de um investimento planeado, sustentável e atualizado das nossas forças de segurança. Ora, à semelhança do que propusemos para as Forças Armadas, só com uma lei de programação de investimentos é possível enquadrar, programar e racionalizar este investimento. |
| Não classificado | 2012-01-13 | Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria | Sr. Presidente, para concluir, acrescentaria ainda o seguinte: a Organização Internacional da Vinha e do Vinho lançou, recentemente, novas normas ambientais para o setor vitivinícola, onde recomenda a utilização da rolha de cortiça enquanto produto sustentável . |
| Não classificado | 2014-03-12 | Sandra Maria Sias Cardoso | Nesse sentido, relembramos que, em 2013, foi aprovada a Resolução da Assembleia da República n.º 128/2013, de 7 de agosto, que recomenda ao Governo o estudo e a adoção de medidas urgentes de apoio e sustentabilidade do setor automóvel nacional. |
| Não classificado | 2015-02-04 | Fernando Luís de Sousa Machado Soares Vales | Todos nos lembramos, ainda, da célebre imagem do Ministro da Economia, Manuel Pinho, enfiado na piscina com um atleta olímpico a posar para as câmaras ou a tirar uma selfie sorridente. Não são este tipo de episódios que promovem o turismo em Portugal; pelo contrário, optamos agora por uma abordagem mais sustentável e eficaz: mostramos in loco o País aos profissionais dos média internacionais da área do turismo; agimos em ações organizadas de relações públicas para formar líderes de opinião, de blogues, de redes sociais, de meios de comunicação especializados. São esses os canais que captam a atenção e trazem turistas. |

Excertos de discursos representativos de cada um dos temas e ainda discursos não classificados.
– justiça intergeracional

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|----------|------------|----------------------|---|
| ambiente | 1992-03-05 | André Martins | Iremos requerer a vinda dos responsáveis do Ministério do ambiente e Recursos Naturais à Comissão de Administração do Território, Poder Local e ambiente para que nos seja dito aquilo que o Ministério fez, está a fazer e vai fazer no sentido de prever, no futuro, situações de degradação do ambiente ; [...] Isto é apenas aquilo que vemos, porque, tal como todos sabem, os efeitos dos produtos lançados no rio têm, a médio e a longo prazo, diversas repercussões. Esses efeitos só serão, talvez, visíveis para as gerações futuras . Devido à falta de investigação e de investimento que existe neste domínio, em Portugal, apenas constatamos aquilo de que nos apercebemos das imagens que a televisão ou a comunicação social nos apresenta. |
| ambiente | 1997-07-03 | Helena Roseta | Não podemos associar ambiente e ordenamento numa perspetiva de desenvolvimento sustentado ou que liberte as gerações futuras dos problemas que criámos e trazemos de trás sem melhorar a eficiência institucional e os mecanismos democráticos. É por isso que, quando as Sras. Deputadas do Partido Ecologista Os Verdes aqui se queixam de que há muitos protestos da população contra a localização dos aterros, não estão mais do que a dar sinal de uma forma de funcionamento dos mecanismos democráticos. |
| ambiente | 2001-06-27 | José Eduardo Martins | Estamos a voltar atrás 40 anos nessa decisão, sobretudo tendo em conta a perspetiva absolutamente insustentável dos Estados Unidos de identificarem o interesse mundial com o seu interesse nacional, de recusarem um princípio de solidariedade intergeracional que vem do tempo de Jefferson. [...] É evidente que o grande desafio que se coloca à política de ambiente, ao desenvolvimento sustentável e ao cumprimento dos objetivos de Quioto é a capacidade de um ministério do ambiente praticar uma política transversal, de influenciar outros ministérios. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|-------|------------|-------------------|--|
| saúde | 2012-04-05 | João Pedro Semedo | Deputados do PSD e do CDS já se esqueceram ou, porventura, ignoram a campanha que têm feito, responsabilizando os direitos dos mais velhos pela perda dos direitos dos mais jovens, criando e instigando, sim, a um falso conflito intergerações ? Já se esqueceram disso?! Dizem agora, nas vossas resoluções, que é preciso melhorar as condições para entrar na reforma. Será que isso significa que vão aumentar a idade da reforma, porque é essa a política que têm defendido? Será que isso significa que vão devolver os subsídios – que ainda agora acabámos de discutir – aos reformados a quem acabaram de os retirar? Será que vão aumentar o valor das pensões? A vossa política vai exatamente no sentido contrário. Por último e se me permitem a expressão, têm até o descaramento de dizer que é necessário sensibilizar os mais velhos para os cuidados de saúde . |
| saúde | 2012-12-19 | Michael Seufert | Mas tem de ser uma Constituição que responsabilize os governantes por aquilo que fazem e que impeça que tenhamos de dizer mais uma vez aos nossos filhos e aos nossos netos que desfizemos o País em nome de políticas sociais que não serviram a justiça intergeracional . Temos de ter políticas sustentáveis e uma rede de proteção que permita que todos tenham educação, saúde e direito à dignidade humana. |
| saúde | 2013-10-25 | Mariana Mortágua | Procura, também, além de definir e determinar o que é bem público, esclarecer e determinar muito claramente que o que é de todos, exatamente porque é de todos, não pode ser vendido, não pode ser alienado e não pode ser concessionado. Fazemo-lo porque achamos que nenhum governo tem o direito de vender aquilo que é de uma sociedade, aquilo que é das gerações anteriores e que é também das gerações futuras . [...] Em segundo lugar, a importância da definição deste domínio público prende-se com a garantia de que o que é público não pode nem deve ser gerido com princípios de lucro, tem de ser gerido com outros princípios, e por uma razão muito simples: porque implica direitos de saúde , direitos de defesa, de mobilidade, de educação. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|----------|------------|------------------------|---|
| dívida | 1986-04-03 | José Nogueira de Brito | Ao discutirmos e participarmos ativamente num processo que foi positivo na perspetiva do trabalho desta Assembleia, a nossa primeira preocupação foi, como sempre e acima de tudo, uma preocupação com o País. Desde logo, foi a preocupação com o montante da dívida pública e a hipoteca sobre as gerações futuras que ela representa. De resto, somos já futuro e estamos já a pagar aquilo que desde há uns anos atrás foi indevidamente despendido. |
| dívida | 2010-09-24 | Luís Mota Soares | Sabe, Sr. Ministro, há duas grandes diferenças entre um português que compra casa e este Governo. A primeira é que um português só compra casa quando sabe que a pode pagar e o Governo constrói obras endividando-se e passando esse encargo para as gerações futuras . A segunda é que um português que compra casa faz contas, o Governo só faz inaugurações. |
| dívida | 2012-07-11 | Pedro Passos Coelho | Sr. Deputado, é por isso que não podemos endossar às gerações futuras um peso, uma dívida e um desregramento herdado das gerações atuais e passadas. Essa é a razão por que entendo que o Estado deve impor limites às escolhas dos governos, independentemente de podermos pensar que o Estado possa ter mais ativismo ou menos ativismo, possa levar políticas públicas mais longe ou menos longe, apostar mais no setor público ou deixar mais recursos para a economia privada, independentemente disso, não temos o direito de endossar, qualquer que seja a nossa visão sobre esse ponto, um condicionamento como aquele que nesta altura está a acontecer às gerações futuras. |
| educação | 2010-10-07 | Isabel Alçada | Esta obra, que foi realizada e continua em curso, inclui ainda uma adequação dos edifícios escolares às exigências de funcionalidade, segurança e conforto que são bem conhecidas por todos. No dia 5 de Outubro, abrimos muitas escolas para que a comunidade educativa pudesse visitá-las. As escolas estão abertas, os portugueses podem visitá-las e ver diretamente a obra que a nossa geração está a realizar. Aplausos do PS Aliás, a nossa geração pode orgulhar-se de legar às gerações vindouras um parque escolar de muito melhor qualidade do que aquele que recebeu. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|----------|------------|--|--|
| educação | 2002-10-02 | Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá | Sabemos que os erros de hoje poderão hipotecar o futuro da nossa e das gerações vindouras , por isso lançamos este repto à nossa geração, para que, em parceria, todos assumamos este projeto de sociedade e de País. Deixamos claro que a política de juventude não pode, não deve e não será certamente uma política para minorias mas, sim, uma política integrada e que atravessa todas as áreas da governação - e estamos conscientes de que o atual Governo de Portugal tem a perfeita noção destas palavras. Sabemos que o voluntariado jovem e o associativismo juvenil são fundamentais, mas a política de juventude não se pode resumir a isso. Na educação , por exemplo, todos sabemos que o futuro do País será o reflexo do seu sistema de ensino. E o que tivemos nestes últimos anos? Uma política enganosa por parte do Estado, em que se abriram desregradamente cursos, a torto e a direito, lançando milhares de jovens com formação no desemprego. Uma política de ilusão com a qual não pactuamos! |
| educação | 2013-11-26 | António José Seguro | O Estado social absorvente com tentação de Estado totalitário de que o Governo fala é o mesmo Estado que permitiu que o nível de vida dos portugueses se aproximasse dos padrões de bem-estar europeus; é o mesmo Estado que permitiu recuperar atrasos civilizacionais e colocar o nosso País no grupo dos países com melhores desempenhos na evolução da esperança de vida e na diminuição da mortalidade infantil; é o mesmo Estado que, na educação , permitiu melhorar a preparação dos mais jovens e investir nas gerações futuras , reduzindo o abandono escolar precoce e aumentando a taxa de escolarização na pré-primária, investindo na ciência e na tecnologia, fazendo dos atuais jovens a geração mais qualificada de sempre; é o mesmo Estado que reduziu a pobreza e garantiu níveis de proteção social universal, em particular aos mais idosos. |
| SS | 2010-07-14 | Maria José Gamboa Santos | Por isso, ao pensar no complemento solidário para idosos, entende que este não pode ser pensado na lógica das pensões , porque é apenas um complemento, sujeito a uma condição de recurso. A principal dimensão desta condição de recurso é também uma novidade na forma de pensar a sociedade e a solidariedade intergeracional . Esta condição de recurso supõe, entre outras dimensões, a responsabilidade familiar, que é uma dimensão concreta do que consideramos ser o pensamento das políticas de esquerda: conciliar a solidariedade intergeracional com a responsabilidade do Estado, subsidiária a esta solidariedade. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|----------------------|------------|----------------------------|--|
| SS | 2016-05-04 | Tiago Barbosa Ribeiro | O PSD e o CDS não o esconderam, defenderam a privatização progressiva da segurança social com a introdução do plafonamento. Ao abrigo de uma falsa liberdade de escolha, a direita quer transformar um sistema que é público, que é universal, que é obrigatório, que é intergeracional numa espécie de conta-poupança individual, optativa para os mais ricos, assemelhada a um depósito a prazo. |
| SS | 2016-07-06 | Diana Ferreira | O CDS que, tantas vezes se afirma pela solidariedade, quer acabar com a solidariedade intergeracional na segurança social e faz da guerra de gerações a base onde assenta a sua política e as suas propostas. |
| outros – agricultura | 1982-07-01 | Augusto Ferreira do Amaral | Essa preocupação tem que ser nossa, porque nós não estamos a legislar para a nossa geração nem para a nossa época, mas sim para um país que pretendemos continue indefinitivamente a assegurar no seu suporte físico, no seu território, a capacidade de produção de produtos agrícolas de que as gerações vindouras hão-de necessitar. |
| outros – agricultura | 1983-06-28 | José Vitorino | Mas isso implica, além de competência, uma vontade e determinação férreas, estabelecendo as prioridades e atuando sem recuos nem transigências. E na parte que respeita ao Estado deverá investir e incentivar, mas ao mesmo tempo regulamentar e controlar o que claramente possa prejudicar o interesse colectivo e as gerações vindouras . Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em todo o País, e mesmo no estrangeiro, é hoje perfeitamente conhecida a riqueza potencial que o Algarve constitui em 3 sectores fundamentais da actividade económica nacional: a agricultura , a pesca e a piscicultura e o turismo. |
| outros – segurança | 2006-01-25 | Sónia Mendes | Afinal, o nosso dia-a-dia e o destino das gerações vindouras dependem das opções que nessa sede se fizerem. A política criminal define-se através de leis ou decretos-leis do Governo autorizados pela Assembleia da República, existindo, contudo, política criminal muito para além deste nível. A prevenção e repressão da criminalidade integram, a par da segurança interna, a política geral do País, que, por força da Constituição, cabe ao Governo desenvolver. É, aliás, ao Governo que pedimos contas se a zona em que vivemos é deficientemente policida , se determinado tipo de crimes são investigados com lentidão ou se aumenta o seu número. |

| Tema | Data | Orador | Excerto |
|-----------------------|------------|---------------------------|---|
| Não classifica- do | 2001-06-12 | Manuel António dos Santos | Queria apenas dar um pequeno conselho à Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite. É que a Sr.ª Deputada não pôs bem a questão dos seus filhos, porque o problema não se põe em termos de «isto ou aquilo» mas, sim, em termos de conseguir ter força, audácia e vontade para dar tudo. Nós também não podemos sacrificar a geração presente às gerações futuras e por isso é que pensamos que é possível, com equilíbrio e moderação, dar satisfação à geração actual e à geração futura. |
| Não classifica- do | 2007-01-12 | Leonor Pereira dos Santos | Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estamos aqui a falar de 18 anos – a partir da Constituição de 1989 – em que leis importantes para definir os bens que integram do domínio público do Estado e o regime e condições da sua utilização não foram promulgadas. Estamos aqui a falar de lacunas que se vão mantendo. Parafrazeando um chefe índio, eu diria que os bens do domínio público do Estado foram-nos emprestados em herança pelos nossos antepassados para os usufruirmos, os valorizarmos e os transmitirmos às gerações futuras , portanto não se compadecem com estas lacunas. Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia, denuncia, no seu último livro, as consequências catastróficas que podem advir para um país pelo facto de as contas públicas ou nacionais não terem em conta o seu stock de recursos naturais e patrimoniais. |
| Não classifica- do | 2012-04-18 | Vera Lúcia Rodrigues | Não se trata aqui de um exercício de atribuição de culpas, mas de um exercício de memória. O Partido Socialista que hoje fala em desenvolvimento sustentado no seu projeto de resolução é o mesmo que investiu 38% do seu orçamento de transportes na rodovia, é o mesmo que confinou a ferrovia ao megalómano projeto do TGV, é o mesmo que lançava obras sem fazer contas e é o mesmo que hipotecou gerações futuras sem lhes pedir autorização! |

5.2.

ANEXO II – EXCERTOS DE DISCURSOS POR ORADOR

Excertos de discursos de oradores dos vários partidos sobre justiça intergeracional.

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|--|--|
| PSD | 2014-10-09 | Mário José Magalhães Ferreira | Segundo ponto: o acesso da água para todos é exatamente o centro desta questão. Para garantirmos o acesso da água para todos, temos de o garantir agora, para nós, mas temos de o garantir para as gerações futuras . E, para isso, do que precisamos? De sustentabilidade do sistema. |
| PSD | 2014-10-31 | Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves | Sr.º Presidente, Sr. e Srs. Deputados, a mudança controla a despesa, sustém a dívida e não onera as gerações vindouras . A despesa pública primária diminuiu 11,5 mil milhões de euros em quatro anos. A dívida deixou de crescer e está numa trajetória de sustentabilidade. |
| PSD | 2016-05-06 | Luís Manuel Morais Leite Ramos | Os senhores, que criaram a despesa, que apoucam a poupança que foi feita pelo anterior Governo e que agora vêm com «pezinhos de lã» propor uma redução dessas portagens, deveriam ter vergonha por não reconhecerem que deixaram o País, a dívida e encargos aos portugueses para as gerações futuras pagarem. |
| PS | 1997-07-15 | Maria Jesuína Carrilho Bernardo | A ratificação relativa ao alargamento da NATO irá passar, ao longo do próximo ano, pelos parlamentos de todos os países envolvidos, membros atuais e membros aceites. Esta é mais uma razão para que o nosso Parlamento, tal como está a acontecer com outros, não deixe de demonstrar que está atento a tão importante acontecimento. O significado de todo este processo será certamente memorável para as gerações vindouras . |
| PS | 2010-06-25 | Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes | Não será aplaudido por aqueles que procuram a facilidade mas receberá, seguramente, o aplauso das gerações futuras , que perceberão melhor os riscos que Portugal correria se não estivesse à altura das suas responsabilidades. É por isso que devemos sublinhar, saudar e cumprimentar o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro pelas medidas que aqui apresentaram hoje. |

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|--|--|
| PS | 2013-06-18 | Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas | Os problemas económicos, ambientais , sociais e políticos que precisamos de resolver e para os quais precisamos de preparar as gerações futuras , são globais no seu âmbito e exigem uma cidadania reforçada, informada, exigem competências para avaliar a evidência histórica, competências para pensar criticamente os princípios económicos, competências para comparar visões diferentes de justiça social. |
| PEV | 2014-04-03 | Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia | O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito onde o ambiente ganha uma dimensão de centralidade, na lógica do desenvolvimento, e visa corresponder às necessidades das gerações presentes sem pôr em causa a satisfação das necessidades das gerações futuras . |
| PEV | 1992-03-19 | André Valente Martins | É a partir desta evidência que todos reconhecemos, mas pela qual nem todos parecem dispostos a assumir a responsabilidade que lhes cabe no encontrar das soluções mais eficazes e adequadas para evitar que as gerações vindouras nos acusem de lhes deixarmos como herança um futuro hipotecado, que trazemos hoje à Assembleia da República um dos problemas mais: graves que afetam o nosso futuro comum e que tem particular incidência no nosso país: a situação da floresta. |
| PEV | 2002-05-08 | Isabel Maria de Almeida e Castro | O nuclear, Srs. Deputados, foi, de modo preocupante, trazido de novo para a agenda política europeia pela mão da Comissária Europeia da Energia, a propósito dos compromissos de Quioto. Uma clareza que, perante este fenómeno e face a uma opção energética, exige uma nova atitude, que veio impor aos povos, aos Governos, aos Estados uma nova ética de responsabilidade e que veio questionar a nossa responsabilidade em relação às gerações futuras . |
| PCP | 2009-07-23 | António Filipe Gaião Rodrigues | Assim, todas as razões aconselham a que se não dê este passo negativo, a que esta decisão seja suspensa e seja estudado outro trajeto, em resultado do debate público alargado que tem de ser efectuado e, fundamentalmente, que este pulmão da cidade de Coimbra, como é a Mata do Choupal, seja efetivamente preservado. Há uma canção belíssima de José Afonso que começa com o verso «Do Choupal até à Lapa» e seria uma tristeza que as gerações futuras tivessem de a cantar dizendo «Do IC2 até à Lapa». |
| PCP | 2016-07-06 | Diana Jorge Martins Ferreira | O CDS que, tantas vezes se afirma pela solidariedade, quer acabar com a solidariedade intergeracional na segurança social e faz da guerra de gerações a base onde assenta a sua política e as suas propostas. |

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|-----------------------------|--|
| PCP | 2012-02-29 | Miguel Tiago Crispim Rosado | Sr. Deputado, uma outra ideia particularmente grave é vir aqui tentar deixarnos a ilusão de que tudo se trata de solidariedade intergeracional , esse novo chavão da direita, como se estivessem a sacrificar os direitos da juventude atual, dos trabalhadores atuais e dos pensionistas atuais a bem dos trabalhadores jovens e pensionistas do futuro, escondendo que, na verdade, estão a beneficiar os grandes interesses do presente. |
| PAN | 2017-05-09 | André Lourenço e Silva | É neste sentido que são promovidas medidas como o sancionamento da utilização de venenos. Aliás, são entidades como o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do ambiente) e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) que confirmam a morte de vários animais selvagens e domésticos decorrentes da utilização de venenos na atividade da caça.[...] Mas, se esta audição não é vinculativa, então, para que serve?! Para lançar areia para os olhos dos que compreendem que o desenvolvimento sustentável de Portugal passa por energias totalmente limpas e renováveis e não pela perpetuação de um modelo obsoleto assente em energias fósseis?! |
| PAN | 2015-11-10 | André Lourenço e Silva | Muitos são os riscos e os impactos que já se conhecem sem que haja qualquer vantagem para o consumidor, para o ambiente ou para as gerações futuras . Deve imperar o princípio da precaução, no mínimo, e até lá os OGM, os transgénicos devem ser proibidos. |
| PAN | 2016-02-23 | André Lourenço e Silva | A atividade do ser humano está a comprometer as gerações futuras e a sobrevivência das várias espécies, incluindo a humana. Temos de alterar práticas, devemos repensar consumos, necessitamos de novas políticas. O fim de um ciclo está a chegar, urge desenvolver e promover políticas integradas, políticas que, simultaneamente, defendam os interesses dos seres humanos, do planeta e daqueles que conosco o coabitam. |
| CDS-PP | 1990-02-15 | Narana Sinai Coissoró | Sr. Presidente, Srs. Deputados: A dignidade humana e a solidariedade são os valores da democracia cristã. A proteção e o respeito pelos valores do ambiente é inerente a estes ideais, pois o homem, enquanto criatura biológica, social e cultural, só existe como parte da natureza projectado no seu meio total. Desta realidade resulta o dever das consciências de atender às necessidades do nosso tempo e às gerações futuras , conciliando os imperativos da sociedade e da economia com o meio físico e vivo de que dependem mutuamente. |

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|----------------------------------|--|
| CDS-PP | 1998-03-26 | Jorge Alexandre Silva Ferreira | Foi esse conflito, essa fratura que ficou bem marcada. O que se fez foi guardar esses atavismos, não querendo, de facto, fazer frente ao futuro e ao que é hoje um ato de justiça em relação às gerações futuras e, certamente, em relação aos mais fracos. Não podemos ficar alheios ao correr dos tempos. Em suma, Sr. Primeiro-Ministro, ficamos sem saber se estes documentos vão ou não constituir uma base de trabalho para um pacto de regime, se eles se vão ou não traduzir em propostas de lei; |
| CDS-PP | 2012-12-19 | Michael Lothar Mendes Seufert | E isso, Srs. Deputados, viola diretamente a Constituição da República Portuguesa, porque viola o princípio da dignidade da pessoa humana, porque não garante a justiça intergeracional . Os nossos jovens, as nossas crianças, os nossos filhos vão andar a pagar anos e anos a dívida pública portuguesa. |
| BE | 2002-04-17 | Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda | Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que, como bem dito foi pela, ao tempo, Sr. ^a Deputada Manuela Ferreira Leite, fez-se uma operação em leasing, exportando para gerações futuras obrigações que deveriam ter outro tipo de incidência orçamental, e a um crédito superior àquele que se praticava no mercado. |
| BE | 2012-05-03 | Catarina Soares Martins | Em terceiro lugar, Sr. Primeiro-Ministro, e não menos importante, pagar as suas obrigações é também pagá-las na hora devida e não mais tarde. Sabe, há pessoas que trabalham a recibo verde que ganham tão pouco que não conseguem pagar essas contribuições, mas, como não são Primeiro-Ministro, também mais tarde não conseguem pagar esses anos todos para se poderem reformar com a idade. Protestos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares. O Sr. Primeiro-Ministro comprou anos de reforma mas não foi solidário com as reformas atuais e, portanto, o Sr. Primeiro-Ministro negou essa obrigação básica, cidadã, da construção intergeracional da segurança social. |
| BE | 2010-05-05 | Jorge Duarte Gonçalves da Costa | Mas essa expectativa foi gorada. Percebemos hoje que o PS e o Governo insistem na sua teimosia quanto ao investimento público. É uma teimosia que vai ficar cara ao País, vai ficar cara aos portugueses, vai cara às gerações vindouras . É um fardo pesado. |

Excerptos de discursos de oradores dos vários partidos sobre sustentabilidade.

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|--|--|
| PSD | 2011-12-07 | Carlos Henrique da Costa Neves | O Grupo Parlamentar do PSD votará a favor da resolução proposta pelo Governo, convicto de que, embora chegando tarde, o mecanismo de estabilidade financeira é um elemento indispensável à sustentabilidade do euro, tão indispensável como insuficiente. São, aliás, as razões de indispensabilidade que nos levam a votar a favor. |
| PSD | 2004-10-06 | Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira | Na minha opinião, este novo modelo a criar deve englobar a valência do tratamento e da divulgação da informação jurídica por suporte eletrónico, garantindo, assim, de um modo verdadeiramente sustentado, o acesso integrado e articulado aos conteúdos das várias bases de dados que compõem o Projecto Digesto. Para isso, de uma forma séria, como todos devemos atuar, é necessário aferir rigorosamente as necessidades tecnológicas, as melhores práticas internacionais, a sustentabilidade económico-financeira do modelo a implementar e, por último, mas não menos importante, assegurar a validade jurídica como meio de prova do suporte eletrónico. |
| PSD | 2002-07-09 | José Manuel Durão Barroso | Com a proposta de lei de bases da segurança social pretende-se assegurar, nomeadamente, a sustentabilidade financeira do sistema público de segurança social e a liberdade de escolha dos cidadãos, como acontece, aliás, em toda a Europa mais desenvolvida. |
| PS | 2017-01-13 | Luís Miguel da Graça Nunes | E nesse sentido, Sr.ª Deputada, o que é necessário é garantir que o Estado social funciona, que o Serviço Nacional de saúde funciona, que os serviços públicos funcionam. E era esse o compromisso que o PSD hoje deveria trazer aqui: o de que estava disponível para apoiar medidas que visassem a sustentabilidade do Estado social, que o Estado social correspondesse melhor aos desafios do presente e do futuro. |
| PS | 2010-10-21 | Maria Hortense Nunes Martins | E o PS acredita no desenvolvimento e no turismo sustentável . Acreditamos na compatibilização entre ambiente e desenvolvimento e achamos mesmo que é indispensável a boa preservação do nosso ambiente e da nossa diversidade, para enriquecer o nosso turismo. |

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|---|--|
| PS | 2009-11-05 | Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina | Fi-lo nesta Assembleia muitas vezes, fi-lo fora da Assembleia sempre que tive oportunidade e fui sempre uma promotora da discussão com os titulares da pasta da saúde do apoio que tem de ser dado ao Governo na sua participação nos Conselhos Europeus de ministros da saúde no sentido de reconduzir a diretiva àquilo que ela, efetivamente, deve conter, ou seja, no sentido de garantir os melhores cuidados de saúde em tudo aquilo que cada um dos países não consegue assegurar, mas não contribuir para um agravamento das desigualdades em saúde, porque sabemos que são os cidadãos mais informados que recorrem aos mecanismos mais sofisticados e não podemos pôr os cidadãos mais informados, que, neste momento, já têm indicadores de saúde superiores, a beneficiar daquilo que, potencialmente, poderia ser individualmente interessante mas que, do ponto de vista coletivo, põe em causa a sustentabilidade do sistema de saúde . |
| PEV | 2013-07-12 | Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia | Além do mais, Sr.as e Srs. Deputados, é muito triste estarmos perante um Governo que, face a erros absolutamente crassos, como foi o do aumento do IVA na restauração, não consiga fazer sequer esse «remendozinho» nas medidas que tomou, ou seja, retificando o que seria tão fácil e que é tão óbvio que foi uma machadada na nossa economia e na delapidação da nossa economia. Quando o Governo nem tem capacidade para ir a estes pormenores e a estes erros crassos, de facto estamos perante um Governo que não serve rigorosamente para nada no que se refere à sustentabilidade do País. |
| PEV | 2008-11-07 | Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes | Quando o Governo decidiu a baixa de salários, o agravamento de reformas e pensões, o congelamento de carreiras, despedimentos na função pública, quando o Governo cortou, ao longo de três anos, no investimento público de qualidade, privando não só o País de infra-estruturas importantes como a economia da alavanca pública, quando o Governo poupou em despesas sociais, como a saúde ou a educação , quando o Governo aumentou impostos, ao contrário do que tinha prometido, quando deixou o tecido produtivo degradar-se, assistindo impávido ao encerramento de empresas e ao agravamento do desemprego, ao mesmo tempo que, agora, reduz a abrangência do subsídio de desemprego, agrava a nossa dependência do exterior a todos os níveis, designadamente energético, alimentar e de bens de consumo, quando o Governo negligenciou a tomada de medidas de aumento da poupança e eficiência energéticas, quando o Governo prossegue a sua senda de privatizações e de desresponsabilização do Estado em áreas fundamentais, o que o Governo de José Sócrates fez, e faz, é fragilizar a sociedade e a economia portuguesas, é fragilizar o País que, assim, está menos preparado para enfrentar esta crise mundial.[...] Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O País precisava de voltar a acreditar, a ter esperança num futuro melhor, por isso este país precisa de mudar e de exigir políticas conformes ao desenvolvimento sustentável . |

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|----------------------------------|--|
| PEV | 2002-11-13 | Isabel Maria de Almeida e Castro | Precisamente o que queremos com esta proposta é que uma parte da verba resultante do Imposto sobre Produtos Petrolíferos seja destinada ao investimento em transportes públicos, que, naturalmente, serão sempre deficitários, pelo que carecem desta proposta, seja utilizada para reforçar, melhorar e modernizar a frota circulante, adaptando-a do ponto de vista ambiental, e para inverter uma tendência que nosso país ainda está longe de ser invertida, dando-se prioridade ao transporte público em detrimento do transporte privado e a um sistema de transportes eficaz, moderno e seguro, que manifestamente hoje não temos (muito menos ambientalmente sustentável).[...] É este o sentido da proposta que fazemos. Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, todo este conjunto de propostas visa beneficiar, ao nível do imposto automóvel, a aquisição de veículos que, do nosso ponto de vista e numa perspetiva de futuro, é fundamental introduzir com maior e mais significativo peso na nossa frota circulante. São propostas que visam beneficiar e, dessa forma, favorecer o gradual consumo de combustíveis amigos do ambiente , operando desta forma uma transformação que no nosso país tarda em fazer-se. |
| PCP | 2013-12-04 | Miguel Tiago Crispim Rosado | Ora, não deixa de ser curioso que o mesmo Governo que diz sempre que não é preciso haver preocupação, porque a dívida é sustentável e que é possível pagá-la nos prazos definidos, venha agora vangloriar-se por ter conseguido, por mais dinheiro, por mais juros, protelá-la porque afinal não era benéfico para o País pagá-la nesta altura. É uma contradição que também merece algum destaque. |
| PCP | 2006-07-12 | Jerónimo Carvalho de Sousa | É esta política que permite e garante a brutal contradição que se exprime na comparação entre o desmesurado crescimento dos lucros da banca em 2005 e as dificuldades crescentes da generalidade das micro, pequenas e médias empresas das diversas áreas económicas, em particular dos setores produtivos. Talvez por isso, também estejamos a assistir ao aumento insustentável do endividamento das famílias e das empresas não financeiras. |
| PCP | 2000-12-06 | Joaquim Manuel da Fonseca Matias | o quadro da nova lei de bases do ordenamento do território, aprovada por esta Assembleia há cerca de dois anos e meio, e do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado há cerca de um ano, este diploma completa um edifício legislativo que deverá, do ponto de vista do PCP, definir e orientar as linhas programáticas do desenvolvimento sustentável do nosso país, orientado para a melhoria da qualidade de vida da nossa população.[...] Não nos resta muito tempo e espaço para salvaguardar o nosso património e garantir a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida das nossas populações. |

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|---|--|
| PAN | 2017-05-09 | André Lourenço e Silva | É neste sentido que são promovidas medidas como o sancionamento da utilização de venenos. Aliás, são entidades como o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do ambiente) e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) que confirmam a morte de vários animais selvagens e domésticos decorrentes da utilização de venenos na atividade da caça.[...] Mas, se esta audição não é vinculativa, então, para que serve?! Para lançar areia para os olhos dos que compreendem que o desenvolvimento sustentável de Portugal passa por energias totalmente limpas e renováveis e não pela perpetuação de um modelo obsoleto assente em energias fósseis?! |
| PAN | 2016-11-05 | André Lourenço e Silva | Considerando o contexto em que este Orçamento se apresenta e esta necessidade de obtenção de receita, considerando que para fazer face à profunda recessão ecológica em que vivemos e para cumprir metas de sustentabilidade , precisamos alterar hábitos e de iniciar uma trajetória de adoção de uma verdadeira justiça fiscal sobre todas as atividades que não internalizam custos. [...] As políticas agrícolas têm que se renovar urgentemente, Srs. Ministros! As exigências dos consumidores, dos cidadãos e do ambiente assim o ditam e Portugal está a resistir, continua a resistir! |
| PAN | 2016-01-20 | André Lourenço e Silva | É fundamental defender uma agricultura sustentável , orientada para a proteção da biodiversidade e do direito dos povos à soberania sobre o seu património genético e alimentar comum. Os impactos ambientais dos transgénicos atualmente produzidos no nosso País são vários e com um enquadramento técnico complexo. As toxinas produzidas interferem de forma hostil nos ciclos naturais de vários insetos e organismos auxiliares ao desenvolvimento da agricultura e da vida. |
| CDS-PP | 2012-03-21 | Luís Pedro Russo da Mota Soares | O Memorando foi necessário porque tínhamos um défice a hipotecar o futuro; uma despesa pública a onerar o presente; e uma dívida a descredibilizar o País. Não foi uma opção; tratou-se da única via para Portugal evitar a insolvência. Inverter este rumo, a bem da reconquista da sustentabilidade nacional, era fundamental. |
| CDS-PP | 2012-01-26 | Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro | Sr. Deputado Miguel Santos, isto vem demonstrar a determinação, a coragem e o verdadeiro empenho, por parte deste Governo e do Ministério da saúde, em fazer as reformas que são necessárias para assegurar a sustentabilidade do Serviço Nacional de saúde , que todos pretendemos que continue universal, geral e tendencialmente gratuito, tendo em conta as condições socioeconómicas do utente. |

| Partido | Data | Orador | Excerto |
|---------|------------|-------------------------------------|---|
| CDS-PP | 2012-02-08 | João Manuel de Serpa Oliva | Não passou pelo argumentário do Bloco de Esquerda a hipótese de ser exatamente para salvaguardar a função social do Estado que esta medida é tomada?! Que passa por aqui o sentido de uma integração orçamental e económica mais estreita e irrevogável e uma governação mais forte na zona do euro?! Que o acordo melhorará significativamente as perspetivas, no que se refere à sustentabilidade orçamental e à dívida soberana na área do euro, favorecendo o crescimento?! Que o acordo, ao criar o mecanismo europeu de estabilidade – instrumento que será permanente para a resolução de crises e que contribuirá para aumentar a confiança, a solidariedade e a estabilidade financeira na área do euro –, tem como objetivo proteger os Estados na crise atual?! E que, por via disto, o articulado do acordo tem em vista a salvaguarda e não a restrição da função social do Estado, através da sua solvência financeira. |
| BE | 2015-11-09 | Catarina Soares Martins | Quando olhamos para as outras prioridades do Programa, aí temos verdadeiramente o humor negro: é o Estado responsável; próximo das pessoas; amigo da economia; garantir sustentabilidade ; aprofundar Estado de direito; e afirmar Portugal no mundo. Isto foi escrito pelo Governo que não fez mais do que ser bom aluno de Berlim, pelo Governo que não conseguiu fazer nenhum Orçamento do Estado que respeitasse a Constituição da República Portuguesa, pelo Governo que triplicou a dívida , pelo Governo que acabou 2014 com o mesmo défice que existia em 2011, pelo Governo que fez a pobreza infantil ficar em números do século passado e fez o PIB recuar duas décadas. |
| BE | 2012-05-03 | Mariana Rosa Aiveca | Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: A primeira questão que pode colocar em causa – e coloca – a sustentabilidade da segurança social é o desemprego, porque sem contribuintes e sem beneficiários não há sustentabilidade da segurança social. |
| BE | 2009-05-07 | Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo | Na verdade, a arte extraordinária que é a arte circense deve, hoje, começar a dar o primeiro e significativo passo no sentido de ser multifacetada, complexa e corresponder a uma nova era na forma como nós, seres humanos, respeitamos a natureza diversa dos animais. Respeitando essa natureza, percebemos que a sustentabilidade das sociedades humanas passa pela sustentabilidade dos recursos naturais e, nesse sentido, pelo respeito pela natureza dos outros seres vivos que conosco coabitam este maravilhoso ecossistema que nos é dado usufruir. |

5.3.

ANEXO III – DEPUTADOS COM MAIOR NÚMERO ABSOLUTO DE DISCURSOS EM SDD

Tabela 5.1.

Oradores com uma maior número de discursos sobre sustentabilidade

| Partido | Nome | Número de discursos |
|---------|---|---------------------|
| BE | Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda | 26 |
| BE | Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo | 41 |
| BE | Mariana Rosa Aiveca | 36 |
| BE | Mariana Rodrigues Mortágua | 31 |
| CDS-PP | Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro | 34 |
| CDS-PP | Luís Pedro Russo da Mota Soares | 46 |
| CDS-PP | João Rodrigo Pinho de Almeida | 35 |
| PCP | Artur Jorge da Silva Machado | 47 |
| PCP | José Honório Faria Gonçalves Novo | 32 |
| PS | Luísa Maria Neves Salgueiro | 10 |
| PS | Jorge Lacão Costa | 11 |
| PS | Teixeira dos Santos | 12 |
| PS | Jorge Manuel Monteiro de Almeida | 8 |
| PS | Maria José Guerra Gamboa Campos | 12 |
| PS | Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa | 10 |
| PS | Luís Miguel Morgado Laranjeiro | 14 |
| PS | José Carlos das Dores Zorrinho | 14 |
| PS | Luís Filipe Marques Amado | 14 |
| PS | Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira | 13 |
| PS | Pedro Manuel Dias de Jesus Marques | 10 |
| PS | Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches | 9 |
| PS | Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita | 10 |
| PS | Francisco Nunes Correia | 9 |
| PS | Maria Amélia do Carmo Mota Santos | 9 |
| PS | Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henrique... | 15 |
| PS | Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues | 9 |

| | | |
|-----|--|----|
| PS | Jovita de Fátima Romano Ladeira | 8 |
| PS | Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins | 8 |
| PS | Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro | 8 |
| PS | António Lacerda Sales | 8 |
| PS | João Paulo Moreira Correia | 8 |
| PS | Francisco Jose Ferreira da Rocha | 10 |
| PS | José António Fonseca Vieira da Silva | 15 |
| PS | Maximiano Alberto Rodrigues Martins | 8 |
| PS | José Vieira da Silva | 19 |
| PS | Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves | 15 |
| PS | Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira | 16 |
| PS | Augusto Ernesto Santos Silva | 26 |
| PS | Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto | 16 |
| PS | Alberto de Sousa Martins | 33 |
| PS | António José Martins Seguro | 25 |
| PS | Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão | 15 |
| PS | João Saldanha de Azevedo Galamba | 27 |
| PS | Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos | 24 |
| PS | Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal | 30 |
| PS | Ana Paula Mendes Vitorino | 18 |
| PS | José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa | 43 |
| PS | Maria Hortense Nunes Martins | 23 |
| PS | António Luís Santos da Costa | 19 |
| PS | Renato Luís de Araújo Forte Sampaio | 21 |
| PSD | António Egrejas Leitão Amaro | 15 |
| PSD | Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes | 8 |
| PSD | Paulo César Lima Cavaleiro | 9 |
| PSD | António Bagão Félix | 8 |
| PSD | António Joaquim Almeida Henriques | 8 |
| PSD | Luís Manuel Morais Leite Ramos | 8 |
| PSD | Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes | 8 |
| PSD | Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro | 8 |
| PSD | Cristóvão da Conceição Ventura Crespo | 8 |
| PSD | Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves | 48 |
| PSD | Adão José Fonseca Silva | 48 |

| | | |
|-----|---|----|
| PSD | Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra | 8 |
| PSD | Nilza Marília Mouzinho de Sena | 8 |
| PSD | Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares | 8 |
| PSD | Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Ve... | 8 |
| PSD | Luís Miguel Pereira de Almeida | 8 |
| PSD | Joana Catarina Barata Reis Lopes | 9 |
| PSD | António Pedro Roque da Visitação Oliveira | 9 |
| PSD | Adriano Rafael de Sousa Moreira | 24 |
| PSD | José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira | 9 |
| PSD | Paulo Miguel da Silva Santos | 14 |
| PSD | Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos | 14 |
| PSD | Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco | 13 |
| PSD | José Eduardo Rego Mendes Martins | 17 |
| PSD | Nuno Filipe Miragaia Matias | 12 |
| PSD | Carlos Manuel dos Santos Batista da Silva | 12 |
| PSD | Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra | 12 |
| PSD | Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque | 19 |
| PSD | Sérgio Monteiro | 11 |
| PSD | Pedro Augusto Lynce de Faria | 11 |
| PSD | Teresa de Andrade Leal Coelho | 11 |
| PSD | Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva | 11 |
| PSD | Vitor Gaspar | 11 |
| PSD | Maria Manuela Dias Ferreira Leite | 10 |
| PSD | Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho | 20 |
| PSD | Bruno Manuel Pereira Coimbra | 10 |
| PSD | José Manuel Durão Barroso | 10 |
| PSD | Paulo Macedo | 10 |
| PSD | Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis | 9 |
| PSD | Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso | 9 |
| PSD | Pedro Manuel Mamede Passos Coelho | 63 |

5.4. ANEXO IV – CRONISTAS COM MENÇÕES A JI

Tabela 5.3.
Autores de textos de opinião com menções a JI

| Jornal | Cronista | Número de menções (JI) |
|----------|--------------------------------|------------------------|
| CM | Armando Esteves Pereira | 7 |
| CM | Octávio Ribeiro | 4 |
| CM | Reginaldo Rodrigues de Almeida | 3 |
| CM | Ricardo Rio | 3 |
| CM | João Pereira Coutinho | 2 |
| CM | Rui Pereira | 2 |
| CM | Fernanda Palma | 2 |
| CM | Almeida Henriques | 2 |
| CM | Luís Campos Ferreira | 2 |
| Expresso | Daniel Oliveira | 5 |
| Expresso | João Vieira Pereira | 4 |
| Expresso | Cartas dos leitores | 4 |
| Expresso | Nicolau Santos | 3 |
| Expresso | Clara Ferreira Alves | 2 |
| Expresso | Miguel Sousa Tavares | 2 |
| Expresso | Luís Marques | 2 |
| Expresso | Reginaldo Almeida | 2 |
| Expresso | José Tolentino Mendonça | 2 |
| Expresso | Miguel Monjardino | 2 |
| Expresso | Editoriais | 2 |
| Expresso | Henrique Raposo | 2 |
| Público | Jorge Miguel Bravo | 7 |
| Público | Filipe Duarte Santos | 4 |
| Público | Rui Tavares | 4 |
| Público | Paulo Trigo Pereira | 3 |
| Público | Gonçalo Calado | 3 |
| Público | Paulo Rangel | 3 |

| | | |
|---------|----------------------------------|---|
| Público | Pedro Sousa Carvalho | 3 |
| Público | José Jorge Letria | 3 |
| Público | António Bagão Félix | 3 |
| Público | Editorial | 2 |
| Público | Gustavo Cardoso | 2 |
| Público | Fernando Tenreiro | 2 |
| Público | Paulo Martins Barata | 2 |
| Público | Maria Amélia Martins-Loução | 2 |
| Público | Teresa de Sousa | 2 |
| Público | Carla Martins Branco | 2 |
| Público | José Pedro Teixeira Fernandes | 2 |
| Público | Rute Lima | 2 |
| Público | Maria Margarida Corrêa de Aguiar | 2 |
| Público | Carlos Pereira da Silva | 2 |
| Público | João Miguel Tavares | 2 |
| Público | João Pedro Castro Mendes | 2 |
| Público | Luis Teles Morais | 2 |
| Público | Frei Bento Domingues O. P. | 2 |

